

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DOUTORADO**

**Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra**

**A GESTÃO SOLIDÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: estudo de  
caso da cadeia produtiva do mel no sertão piauiense**

**São Caetano do Sul  
2022**

**JAKELINE RODRIGUES DE AQUINO BEZERRA**

**A GESTÃO SOLIDÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: estudo de caso  
da cadeia produtiva do mel no sertão piauiense**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de Concentração: Gestão e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani

**São Caetano do Sul-SP  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

BEZERRA, Jakeline Rodrigues de Aquino.

A Gestão solidária na agricultura familiar: estudo de caso da cadeia produtiva do mel no sertão piauiense / Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra. – São Caetano do Sul: USCS, 2022.

196 p.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani.

Tese (doutorado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.

1. Empreendimento Econômico e Solidário. 2. Sertão Nordeste. 3. Cooperativismo. 4. Agricultores Familiares. 5. Relações de Reciprocidade. I. Título. II. Bresciani, Luís Paulo. III. USCS - Programa de Pós-Graduação em Administração.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul**

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Carmo Romeiro

**Gestor do Programa de Pós-graduação em Administração**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva (Gestor)

**Tese defendida e aprovada em 25/02/2022 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:**

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani (orientador) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS)

Prof. Dr<sup>a</sup>. Priscila Ferreira Perazzo (Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS)

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Raquel da Silva Pereira (Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS)

Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas (Universidade de São Paulo-USP)

Prof. Dr Sidney Lianza (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ)

Aos meus filhos, com amor:

Quando, chegando no início da caminhada de doutoramento, me apresentou o verdadeiro sentido da vida;

Ao (a) meu (minha) anjinho (a) que, no final desse doutoramento e por meio de sua breve passagem, mostrou-me o quanto nossa vida é frágil e efêmera.

## **Agradecimentos**

Por muitas vezes, pensei que seria impossível chegar até aqui. No entanto, as inúmeras voltas do mundo foram me mostrando os caminhos e eis que agora escrevo os meus agradecimentos. Antes destes, quero honrar a minha ancestralidade que, com uma enxada empunhada e pés no chão semiárido, fizeram-me acreditar que este sim é lugar o qual devo ocupar. Honro também todas as mulheres que, antes de mim e através de muita luta e resistência, abriram os caminhos permitindo-me estar aqui.

Nesta última seção que escrevo, a emoção transborda em forma de lágrimas e de memórias de uma história de vida que sempre me visita. Não daria conta de escrevê-la em detalhes, contudo, cabe destacar que o que vivi nesses últimos quatro anos de doutoramento foi intenso o bastante a ponto de me ressignificar enquanto ser humano e, especialmente, enquanto mulher.

Aqui, agradeço a todos aqueles que não soltaram a minha mão durante esse processo de intenso aprendizado, em especial:

Aos meus filhos, que me tornaram mãe e com amor e carinho me transformaram em uma pessoa muito melhor. Gratidão, lasmin, por toda a sua compreensão; por ter caminhado lado a lado comigo, desde o dia que você chegou até a defesa deste doutorado e por ter me apresentado o amor incondicional. Filha amada, você tornou esse percurso mais leve, alegre e colorido! Gratidão também ao (a) meu (minha) anjinho (a) que, no final desta caminhada, veio para me ensinar que o amor cura toda ferida e me mostrar que depois da tempestade vem um lindo arco-íris, com o cantar dos pássaros e o dançar das flores.

Ao meu companheiro Jairon, pelo apoio incondicional e por cuidar tão bem da nossa lasmin, principalmente nos momentos em que precisei me ausentar para cumprir as obrigações do doutorado.

A todos os agricultores familiares e gestores das cooperativas que se disponibilizaram e dedicaram o seu tempo para compartilhar comigo tanto conhecimento e sabedoria. Gratidão, S. Sitonho, por tanta dedicação e empenho junto à apicultura piauiense; Às famílias dos agricultores que gentilmente acolheram a minha família nas comunidades,

em nome de Natanael e de sua companheira Adriana; S. Bento Esperidião e sua companheira D. Maria Dalva, da comunidade Barroso, em Itainópolis; S. Sidney, em Anísio de Abreu, que além da acolhida, carinhosamente presenteou lasmin com um litro de mel; S. José Filho e Adailton, em Lagoa do Sítio. Agradeço carinhosamente a S. Pedro Luís, da comunidade Barroso, que atentamente me falou: “um dia você pode até levar jeito no ramo da apicultura, mas eu te aconselho a continuar na labuta da caneta mesmo”.

Ao meu orientador Luís Paulo Bresciani, que com maestria, sabedoria e paciência, guiou-me nos caminhos percorridos para esta tese. Prof. Bresciani, levarei comigo não apenas os seus ensinamentos acadêmicos, mas, sobretudo o seu exemplo de ser humano, humildade, calma e empatia. Gratidão pelos ensinamentos, pela constante melhora e aperfeiçoamento do objeto pesquisado e, especialmente, por todo o carinho e apoio quando estive grávida. Jamais esquecerei suas palavras: “lasmin será o melhor gol da sua vida!”. E como bom mestre, sempre com inestimável sabedoria.

Aos meus familiares e amigos, pelo suporte, carinho e compreensão durante os momentos de ausência física e necessária para que eu chegasse até aqui. Ao Roger que, no momento mais difícil e doloroso da minha vida, acolheu-me e me trouxe as palavras mais gentis. À Kelsma, pelo apoio e amizade de longa data. A todos os amigos que fiz durante o percurso de doutoramento e estada em São Paulo, especialmente aqueles da Vila Liviero e Tamarutaca. Gratidão pela acolhida!

Às políticas públicas implementadas no Governo Luís Inácio Lula da Silva, em especial as políticas educacionais, as quais me deram oportunidade de chegar até uma universidade pública (UFPI), conhecer o universo da pesquisa e transformar a minha vida.

À Universidade Municipal de São Caetano do Sul, pela oportunidade de crescimento; A todos os professores do PPGA da USCS pela aprendizagem de cada aula, e agradeço de forma particular ao Professor Antônio Carlos Gil pela rica contribuição durante a escolha e definição da metodologia usada no presente estudo. Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação, que indicaram caminhos para a continuidade da pesquisa. Agradeço aos funcionários da USCS, em especial à Denise, por toda atenção e todo o apoio recebido. Agradeço, ainda, ao Programa de

Doutorado da USCS que, através da concessão de Bolsa de estudos, possibilitou-me ingressar no doutorado.

À Universidade Federal do Piauí – UFPI, pela concessão de afastamento das minhas funções para dedicação exclusiva ao doutoramento.

Agradeço, por fim, a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste sonho e que, de alguma forma, me deram a convicção de que ser mãe durante o processo de doutoramento é um ato de coragem, ousadia e resistência.

“Se eles olhassem pra nós (governo), nós comprava até avião. Mas eles não querem nós nem andando de avião, imagine aí comprando avião. Minha filha, o nosso mel é ouro!”.

S. Pedro Luís de Oliveira – Agricultor familiar fundador da COMPAI, Localidade Barroso, em Itainópolis – Piauí (*In Memoriam*)

BEZERRA, Jakeline Rodrigues de Aquino. **A gestão solidária na agricultura familiar: estudo de caso da cadeia produtiva do mel no sertão piauiense.** Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2022.

## RESUMO

O Empreendimento Econômico e Solidário (EES) CASA APIS, situado no sertão nordestino, é composto por três cooperativas singulares, abrangendo 58 comunidades, em 30 municípios do Estado do Piauí. O empreendimento soma mais de 800 agricultores cooperados, trabalhando na cadeia produtiva do mel. Tal instituição foi fundada no ano de 2005 com a finalidade de envolver populações pobres e marginalizadas, além de fomentar a apicultura na região, para a geração de ocupação e renda. Tendo em vista a expansão do cooperativismo no Nordeste brasileiro e a atuação deste empreendimento no dia a dia dos agricultores familiares sócios, a tese buscou caracterizar, à luz da teoria de reciprocidade, a relação existente entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades familiares que as integram, considerando os distintos espaços de atuação e gestão que se colocam para esse conjunto de EES. O estudo teve abordagem qualitativa e de natureza exploratória, do tipo estudo de caso intrínseco, sendo seus dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, realização de grupos focais, observação sistemática *in loco*, além da construção de diário de campo e análise documental. A análise dos dados foi realizada a partir do *software* IRAMUTEQ e do uso de técnicas de triangulação. Vale destacar que os conceitos de teoria da reciprocidade, economia solidária, gestão solidária e agricultura familiar estão em permanente construção e a sua aplicação representa um grande desafio para os empreendimentos solidários do Nordeste brasileiro. Como principais resultados alcançados com esta tese, destacamos que a seca ainda aparece como um “*grande vilão*” demonstrando necessidade de estratégias de enfrentamento para evitar a perda de enxames, contudo, a maioria dos agricultores familiares pesquisados manifestaram interesse de viver e sustentar suas famílias exclusivamente através da apicultura. Constatou-se também que, por meio da organização em cooperativa, o processo de produção de mel tem impactado diretamente na vida dos agricultores familiares estudados, tendo em vista que o mercado ao redor do mel permite uma maior circulação da renda nas comunidades pesquisadas. Constatou-se também a presença de relações de reciprocidade simétrica entre os agricultores familiares nas cooperativas singulares e no trabalho dentro dos apiários, fortalecendo laços de amizade, confiança, justiça e responsabilidade. Dessa forma, torna-se relevante para o sertão nordestino a adoção de políticas públicas de fortalecimento da economia solidária com implicações diretas para estratégias de convivência com o semiárido e o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Empreendimento Econômico e Solidário. Sertão Nordeste. Cooperativismo. Agricultores Familiares. Relações de Reciprocidade.

BEZERRA, Jakeline Rodrigues de Aquino. **Solidarity management in family farming: case study of the honey production chain in the Piauí's backcountry.** Municipal University of São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2022.

## **ABSTRACT**

The Economic and Solidarity Enterprise (ESE) CASA APIS, located in the northeastern backcountry, is composed of three unique cooperatives, covering 58 communities, in 30 municipalities in the State of Piauí. The enterprise has more than 800 cooperative farmers, working in the honey production chain. This institution was founded in 2005 with the aim of involving poor and marginalized populations, in addition to promoting beekeeping in the region, for the generation of occupation and income. Considering the expansion of cooperativism in the Brazilian Northeast and the performance of this enterprise in the daily life of family farmers, the thesis sought to characterize, in the light of the theory of reciprocity, the relationship between the cooperative center, its singular cooperatives and the family units that integrate them, considering the different areas of action and management that arise for this set of ESE. The study had a qualitative and exploratory approach, of the intrinsic case study type, and its data was obtained through individual semi-structured interviews, focus groups, systematic observation in loco, in addition to the construction of a field diary and document analysis. Data analysis was performed using the IRAMUTEQ software and using triangulation techniques. It is worth noting that the concepts of reciprocity theory, solidarity economy, solidarity management and family agriculture are under permanent construction and their application represents a great challenge for solidarity enterprises in the Brazilian Northeast. As the main results achieved with this thesis, we emphasize that drought still appears as a "great villain" demonstrating the need for coping strategies to avoid the loss of swarms, however, most family farmers surveyed expressed an interest in living and supporting their families exclusively through beekeeping. It was also found that, through the cooperative organization, the honey production process has had a direct impact on the lives of the family farmers studied, considering that the market around honey allows a greater circulation of income in the communities surveyed. It was also found the presence of symmetrical reciprocity relationships between family farmers in individual cooperatives and at work within the apiaries, strengthening bonds of friendship, trust, justice and responsibility. In this way, the adoption of public policies to strengthen the solidarity economy with direct implications for strategies of coexistence with the semi-arid region and regional development becomes relevant for the northeastern backcountry.

**Keywords:** Economic and Solidary Enterprises. Northeastern backcountry. Cooperativism. Family farmers. Reciprocity Relations.

## Lista de Figuras

Figura 1	Mapa do Piauí dividido pelos territórios da Cidadania, com destaque para o Território do Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Vale do rio Guaribas, Serra da Capivara e Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira	25
Figura 2	Em destaque o mapa do Território Vale do Guaribas, no Piauí, com seta indicando o município de Picos, local que abriga a Central de Cooperativas CASA APIS	26
Figura 3	Mapa do semiárido brasileiro	51
Figura 4	Atores sociais pertencentes ao empreendimento solidário CASA APIS	63
Figura 5	Foto do grupo focal com apicultores da Coopasc em Anísio de Abreu, no dia 30.01.21	70
Figura 6	Foto do grupo focal com apicultores da Compai em Itainópolis, localidade Barroso, no dia 13.02.21	70
Figura 7	Foto do grupo focal com apicultores da Melcoop em Lagoa do Sítio, no dia 03.03.21	71
Figura 8	Distância em quilômetros (km) e percurso realizado nos municípios e comunidades para coleta de dados	72
Figura 9	Sistema de empreendimentos solidários contemplando a CASA APIS e suas respectivas cooperativas singulares	83
Figura 10	Unidade agroindustrial da Central CASA APIS em 2021	85
Figura 11	Representação da Sede das Cooperativas Singulares da CASA APIS e quantidades de cooperados em 2021	86
Figura 12	Representação da organização dos órgãos de gestão da CASA APIS em 2021	88
Figura 13	Organograma administrativo da CASA APIS em 2021	89
Figura 14	Representação do fluxograma operacional da CASA APIS e suas cooperativas singulares em 2021	90
Figura 15	Produtos comercializados pela CASA APIS em 2021: mercado externo (a) e interno (b)	91
Figura 16	Representação dos micro-lugares e relações envolvendo a Central CASA APIS, Cooperativas Singulares e Agricultores familiares estudados	93
Figura 17	Nuvem de palavras, grupo focal	96
Figura 18	Análise de similitude do corpus do grupo focal, considerando palavras com frequência igual ou superior a 20	98
Figura 19	Dendrograma de classes do corpus grupo focal	100
Figura 20	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 6	102
Figura 21	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 4	104
Figura 22	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 3	107
Figura 23	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 5	110
Figura 24	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 2	114
Figura 25	Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 1	117

Figura 26	Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 1	120
Figura 27	Análise de similitude, entrevistas, bloco 1	121
Figura 28	Dendrograma de classes, entrevistas, bloco 1	123
Figura 29	Análise de similitude, Classe 5, entrevistas, bloco 1	125
Figura 30	Análise de similitude, Classe 4, entrevistas, bloco 1	128
Figura 31	Análise de similitude, Classe 3, entrevistas, bloco 1	131
Figura 32	Análise de similitude, Classe 2, entrevistas, bloco 1	133
Figura 33	Análise de similitude, Classe 1, entrevistas, bloco 1	136
Figura 34	Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 2	139
Figura 35	Análise de similitude, entrevistas, bloco 2	140
Figura 36	Dendrograma de classes, entrevistas, bloco 2	142
Figura 37	Análise de similitude, Classe 7, entrevistas, bloco 2	144
Figura 38	Análise de similitude, Classe 1, entrevistas, bloco 2	146
Figura 39	Análise de similitude, Classe 3, entrevistas, bloco 2	148
Figura 40	Análise de similitude, Classe 5, entrevistas, bloco 2	149
Figura 41	Análise de similitude, Classe 6, entrevistas, bloco 2	151
Figura 42	Análise de similitude, Classe 4, entrevistas, bloco 2	153
Figura 43	Análise de similitude, Classe 2, entrevistas, bloco 2	155
Figura 44	Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 3	157
Figura 45	Análise de similitude, entrevistas, bloco 3	159
Figura 46	Nuvem de palavras, entrevista CASA APIS	162
Figura 47	Análise de similitude, entrevista, CASA APIS	163
Figura 48	Dendrograma de classes, entrevista, CASA APIS	165
Figura 49	Análise de similitude, Classe 4, entrevista, CASA APIS	166
Figura 50	Análise de similitude, Classe 3, entrevista, CASA APIS	168
Figura 51	Análise de similitude, Classe 2, entrevista, CASA APIS	170
Figura 52	Análise de similitude, Classe 5, entrevista, CASA APIS	172
Figura 53	Análise de similitude, Classe 1, entrevista, CASA APIS	174

## Lista de Quadros

Quadro 1	Anos de secas registrados no Nordeste nos últimos 50 anos, considerando os séculos XX e XXI	52
Quadro 2	Relação das cooperativas singulares: número de cooperados, municípios, casas de mel e comunidades	62
Quadro 3	Protocolo utilizado para a coleta de dados	65
Quadro 4	Relação dos empreendimentos pesquisados: número de cooperados e municípios/comunidades participantes da pesquisa	68
Quadro 5	Relação dos gestores entrevistados: data, duração e aplicativo utilizado para realização da entrevista	69
Quadro 6	Relação dos grupos focais realizados: data, duração e localidade	72
Quadro 7	Síntese das estratégias para elaboração da tese e de artigos a partir de dados da pesquisa	78

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Produção mundial de mel em 2019	28
Tabela 2	Produção de mel de abelha, percentual e valor de produção no Brasil, em 2020, com mais detalhes para as regiões mais produtoras	29
Tabela 3	Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro de 1970 a 2017	52

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AIAF	Ano Internacional da Agricultura Familiar
CASA APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EES	Empreendimento Econômico e Solidário
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEEPSPI	Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAP	Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SRTE/PI	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí

## SUMÁRIO

Resumo	x
Abstract	xi
Lista de Abreviaturas e Siglas	xii
Lista de Figuras	xiii
Lista de Quadros	xv
Lista de Tabelas	xvi
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
1.1 Justificativa e Relevância	23
1.2 Objetivo Geral e Específicos	30
1.2.1 Objetivo Geral	30
1.2.2 Objetivos Específicos	31
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>32</b>
2.1 A Teoria da Reciprocidade como princípio econômico	32
2.2 A Gestão nas organizações de Economia Solidária	36
2.3 Construção de instrumentos de políticas públicas de economia solidária no Brasil	41
2.4 Os agricultores familiares	43
2.4.1 Agricultura familiar no Brasil	46
2.4.2 Agricultura familiar no Nordeste	49
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>54</b>
3.1 A Pesquisa Qualitativa	54
3.2 Tipo de Pesquisa: Estudo de Caso	56
3.3 Formulação do Problema	58
3.4 Definição da unidade caso	58
3.5 Determinação do número de casos	59
3.6 Sujeitos da pesquisa	60
3.7 Elaboração do Protocolo	64
3.8 Coleta de dados	66
3.9 Tratamento, Análise e Triangulação dos dados	72
3.10 Redação do Relatório	76
3.11 Síntese das estratégias para elaboração da Tese e de artigos a partir de dados da pesquisa	77
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>81</b>
4.1 Caracterização do lócus da pesquisa	81
4.1.1 Contexto regional e local	81
4.1.2 A Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS) e suas Cooperativas Singulares (COMPAI, COOPASC e MELCOOP)	82
4.1.3 Os processos de gestão na CASA APIS e Cooperativas Singulares	87
4.1.4 Políticas públicas acessadas	91
4.1.5 O cotidiano e os micro-lugares na gestão da central CASA APIS, cooperativas	

singulares e unidades familiares .....	92
4.2 Análise dos grupos focais e entrevistas .....	95
4.2.1 Análise dos grupos focais com agricultores familiares de Itainópolis, Anísio de Abreu e Lagoa do Sítio .....	95
4.2.2 Análise das entrevistas com gestores das cooperativas singulares (COMPAL, COOPASC e MELCOOP) .....	119
4.2.2.1 Agricultores familiares e a cooperativa singular .....	119
4.2.2.2 Relações entre central, singulares e unidades familiares .....	139
4.2.2.3 CASA APIS e suporte de atores externos .....	156
4.2.3 Análise da Gestão da CASA APIS.....	161
<b>5 CONCLUSÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>
<b>Apêndice A</b> – Roteiro utilizado na realização do Grupo Focal com Agricultores Familiares	
<b>Apêndice B</b> - Roteiro de entrevista realizada com gestores das cooperativas singulares	
<b>Apêndice C</b> - Roteiro de entrevista realizada com o gestor da central de cooperativa CASA APIS	
<b>Apêndice D</b> - Quadro da relação das comunidades, municípios e cooperativas singulares constituintes da CASA APIS	
<b>Apêndice E</b> - Análise de similitude do corpus do grupo focal	
<b>Anexo</b> - Carta de Anuência para Autorização da Pesquisa	

## 1 INTRODUÇÃO

Com base em estudos realizados pela Embrapa Meio Norte, Veit (2003) afirma que novas atividades agrícolas estão mudando a paisagem socioeconômica de alguns municípios localizados na região semiárida do Nordeste brasileiro. Dentre essas atividades econômicas destaca-se a apicultura, que resulta na produção de mel e produtos derivados.

A atividade apícola tem a maioria de seus produtores localizados na região semiárida do Estado do Piauí, onde se destaca a macrorregião de Picos. Nessa região, a seca se apresenta como uma das principais características e, devido a esse aspecto peculiar, também se mostra carente de atividades geradoras de ocupação e renda para os seus habitantes (BEZERRA, 2015). Contudo, os períodos de estiagem em determinadas épocas do ano podem ser importantes aliados da apicultura, pois favorecem o desabrochar das flores de importantes plantas melíferas abundantes no sertão nordestino.

Nesse contexto, é fundada no ano de 2005 a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro, a CASA APIS, com sede no município de Picos, no Estado do Piauí, tendo suas cooperativas singulares localizadas no sertão nordestino. Tal instituição tem como base a atuação em cadeias produtivas do mel capazes de envolver populações pobres e marginalizadas, além de fomentar a apicultura no país para a geração de ocupação e renda.

O IBGE, por meio da Pesquisa da Pecuária Municipal, aponta que, no ano de 2020, produziram-se mais de 51 mil toneladas de mel em todo o Brasil, equivalendo a um aumento de 12,5% comparado com o ano anterior. O Estado do Piauí teve a terceira maior participação na produção de mel do país, produzindo mais de 5,6 mil toneladas com 11,1% do total. Apenas o Paraná com 7,8 mil toneladas (15,2%) e o Rio Grande do Sul com 7,4 mil toneladas (14,5%) tiveram participação maior que o Piauí (IBGE, 2020).

O mel fracionado da CASA APIS (produto acabado e envasado) é vendido nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Já o mel in natura (em barril de 280kg) é exportado principalmente para os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Holanda, França, Espanha e Itália. A exportação dos produtos oriundos desse empreendimento é resultado da conquista da certificação para o Comércio Justo (*Fair Trade*), modalidade de comercialização que leva em conta requisitos como responsabilidade

social, sustentabilidade e competitividade dos pequenos e médios produtores. Só no ano de 2020, a CASA APIS produziu um total de cerca de 1,3 mil toneladas de mel, o equivalente a R\$ 11 milhões. Já a comercialização no mesmo ano teve um faturamento de aproximadamente 16,7 milhões com a venda de cerca de 1,2 mil toneladas de mel. Para o mercado interno foram destinadas cerca de 110 toneladas, faturando aproximadamente R\$ 2,8 milhões. Já para o mercado externo, a destinação foi superior a 1,1 mil toneladas, com faturamento de R\$ 13,9 milhões.

O EES CASA APIS é composto por três cooperativas singulares que abrangem 58 comunidades em 30 municípios, todos pertencentes ao Estado do Piauí. O empreendimento soma um total de 805 cooperados trabalhando na cadeia produtiva do mel, sendo que é no Território Vale dos Guaribas, na cidade de Picos, onde está localizada a central de processamento da CASA APIS. Já suas cooperativas singulares estão distribuídas pelos Territórios Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Serra da Capivara, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira e Vale do rio Guaribas.

Tendo em vista a expansão do cooperativismo no Nordeste brasileiro e a evidente atuação desse empreendimento no cotidiano dos agricultores familiares sócios, a presente tese partiu da seguinte interrogação: como se caracterizam as relações entre a central de cooperativas e suas cooperativas singulares, tendo em vista os distintos espaços de atuação e gestão dos empreendimentos estudados e das unidades familiares que os integram?

Partindo do pressuposto da possibilidade da gestão solidária nos empreendimentos de agricultura familiar ser uma alternativa efetiva, propomos-nos a analisar como tal vertente vem sendo construída a partir da teoria da reciprocidade e como vem sendo apropriada pela Administração. Tem-se por objetivo, à luz dessas construções, investigar como a gestão solidária e as relações de reciprocidade vêm sendo postas em prática em comunidades rurais e empreendimentos solidários do Nordeste brasileiro.

As discussões que envolvem essa temática têm se direcionado em torno das possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar nos sistemas socioeconômicos vigentes (ZANGARO, 1998). Contudo, neste estudo, levando em consideração as questões que se colocam no cenário agrícola brasileiro, buscou-se destacar agricultura familiar a partir das relações entre as unidades familiares, cooperativas singulares e central, com foco nas estruturas e processos de gestão e governança do empreendimento solidário em questão.

Para este estudo, como agricultura familiar, entendemos os agricultores enquadrados na Lei Federal 11.326 (BRASIL, 2006a), não pertencentes à reforma agrária. Assim, pretende-se fomentar e aprofundar a discussão acerca das relações entre a agricultura familiar e os processos de gestão em empreendimentos solidários.

No tocante às relações que emergem no campo da agricultura familiar, Sabourin (2011) juntamente com diversos autores, dentre eles Simmel, Mauss, Polanyi, Levi-Strauss, dentre outros, reconhecem a validade e a universalidade das relações de reciprocidade tanto nas civilizações como na história, inclusive nas sociedades contemporâneas.

Sabourin (2011) destaca que a reciprocidade está presente nas ciências sociais através da filosofia, ciências das religiões, etnologia, antropologia e sociologia, além de ser apontada recentemente como princípio ou categoria econômica a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (CASTEL, 2006; SERVET, 2003 e 2007; GARDIN, 2006).

Nesse contexto e considerando as várias questões debatidas no cenário agrícola brasileiro, a presença da agricultura familiar tem ganhado destaque. Primeiro, por sua eminente importância na economia e agricultura brasileira, como mostram os estudos de Guanzioli e Cardim (2000). Segundo, por ser uma atividade que integra um novo modelo de agricultura a qual tem em seu bojo preocupações com as dimensões ambiental, econômica, social e institucional.

Dada a relevância da agricultura familiar para a economia e abastecimento alimentício do mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). A iniciativa teve como objetivo promover uma série de eventos, palestras e debates a respeito da agricultura familiar no Brasil e no mundo, conscientizando os países quanto à importância deste setor.

Os resultados de recentes pesquisas apontam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação aos aspectos ambientais, sociais e culturais não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região do país (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). Para esses autores, tal fator tem confirmado a necessidade de aprofundar o conhecimento das realidades rurais que caracterizam o território brasileiro, além de revelar a necessidade de incorporar tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas públicas para o meio rural.

Vale lembrar que os conceitos de economia solidária, gestão solidária, reciprocidade e agricultura familiar estão em permanente construção, e a sua

aplicação representa um grande desafio para os empreendimentos solidários do nordeste brasileiro. Assim, a difusão e a discussão do tema contribuem de forma significativa para o desenvolvimento territorial do espaço rural estudado. Além disso, torna-se importante analisar como a gestão em empreendimentos solidários está sendo aplicada em diferentes contextos, em especial naquele correspondente à integração da agricultura familiar na configuração de empreendimentos produtivos coletivos.

A presente tese está organizada em cinco capítulos, sendo que o primeiro capítulo corresponde a esta Introdução, a qual contempla a contextualização do problema de pesquisa, pressupostos, objetivos geral e específicos, justificativa, relevância e escopo.

No segundo capítulo, intitulado Referencial Teórico, apresentamos a revisão teórica e identificação de constructos que serviram de base para fazer as inferências na etapa das análises e discussões dos resultados. Entre os principais tópicos abordados, destacam-se: a teoria da reciprocidade; a gestão nas organizações de economia solidária; a construção de instrumentos de políticas públicas de economia solidária no Brasil; além de discussões em torno da agricultura familiar no Brasil, no Nordeste, e dos agricultores familiares em si.

No terceiro capítulo, intitulado Procedimentos Metodológicos, apresentamos o detalhamento das etapas da pesquisa desde a fase do planejamento; definição da abordagem da pesquisa, tipo de pesquisa (Estudo de Caso); operacionalização para alcance dos objetivos do trabalho; descrição detalhada do processo de coleta, análise e triangulação dos dados coletados em campo e redação do relatório final.

No quarto capítulo, intitulado Análise e Discussão de Resultados, são apresentados os dados resultantes da coleta de dados, sendo estes divididos em duas subseções. Na primeira, apresentamos o resultado das análises dos grupos focais realizados com os agricultores familiares sócios das cooperativas singulares pesquisadas. Já na segunda subseção, apresentamos os resultados das análises conduzidas nas entrevistas com os gestores da cooperativa central e cooperativas singulares estudadas e, posteriormente, são feitas as discussões e inferências sobre os dados provenientes das entrevistas e dos grupos focais, além da análise de documentos e diário de campo com vistas à triangulação de dados.

O quinto, e último, capítulo refere-se às Considerações Finais, onde apresenta-se uma síntese da tese, desde a sua concepção até os principais resultados

alcançados, incluindo as suas limitações e sugestões de pesquisas futuras. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas na construção do trabalho, apêndices (roteiro de entrevista e grupo focal) e anexos. Deste modo, passa-se a apresentar a contextualização da pesquisa.

## 1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O interesse em estudar os processos de gestão praticados por agricultores familiares pertencentes a EES, no contexto dos desafios para o desenvolvimento da região Nordeste brasileira, veio do trabalho desempenhado por esta pesquisadora enquanto graduanda do curso de Administração e bolsista do Projeto de Comunicação e Mobilização Social junto aos EES CASA APIS e COCAJUPI, na ocasião gerenciados pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES), da Universidade Federal do Piauí. Tal fato propiciou contato direto com a realidade socioeconômica dos agricultores familiares cooperados e das comunidades rurais do sertão piauiense.

Durante a experiência vivenciada em tal trabalho e, posteriormente, por meio de pesquisas desenvolvidas durante o mestrado, percebeu-se que alguns problemas relacionados à gestão dos empreendimentos solidários fazem parte do cotidiano das cadeias produtivas em estudo e dificultam o alcance de resultados das cooperativas, conseqüentemente, refletindo no enfraquecimento das relações socioeconômicas que giram em torno do cooperativismo (BEZERRA, 2015).

Diante desse trajeto, várias questões emergiram em torno da temática, retomadas na presente tese. Como se relacionam a central de cooperativas, cooperativas singulares e as unidades familiares, dentro do contexto da economia solidária? É possível afirmar que há, de fato, uma experiência de gestão solidária no empreendimento estudado? O EES CASA APIS contribui com o desenvolvimento da região estudada? Qual a influência que a cooperativa singular exerce sobre a comunidade local e sobre o Território de atuação? Como as políticas públicas podem contribuir com a realidade socioeconômica dos agricultores familiares que vivem no semiárido piauiense? Desse conjunto de inquietações construiu-se a questão central proposta nessa tese: como se caracterizam as relações entre a central de cooperativas e suas cooperativas singulares, tendo em vista os distintos espaços de atuação e gestão dos empreendimentos estudados e das unidades familiares que os integram?

Em termos teóricos, trata-se de investigar a perspectiva integrada da contribuição que agricultores familiares e empreendimentos econômicos solidários podem trazer para territórios marcados pela superação do esquecimento ligado a trajetórias anteriormente fragilizadas, além de analisar a importância das relações de reciprocidade nas comunidades e organizações de agricultores familiares, conforme aponta Sabourin (2011). Da mesma forma, trata-se de investigar também iniciativas de desenvolvimento local e suas respectivas políticas públicas a partir da própria comunidade.

Ainda no campo teórico, Andion (1998) e Costa (2004) destacam que, no campo da Administração, a discussão acerca da economia solidária é um dos pontos de relevância por possuir objetivos distintos aos das organizações tradicionais. Dessa forma, consideramos que as iniciativas de cunho solidário exigem outros modos de organização e gestão do trabalho, conforme aponta Cattani (2003), os quais necessitam de novas investigações e, assim, contribuir com o avanço conceitual e empírico dessa “outra economia”.

Mesmo diante da amplitude e do dinamismo que a economia solidária assume atualmente, Andion (1998) destaca que “a gestão de suas organizações é ainda um campo inexplorado, seja por causa dos preconceitos ideológicos, seja pela inexistência de fundamentos teóricos adaptados à natureza dessas organizações” (ANDION, 1998, p. 20). De acordo com a autora, a maioria dos trabalhos efetuados em administração não consideram a singularidade de cada organização.

Nos estudos acerca da agricultura familiar, José Eli da Veiga já expressava que a sociedade brasileira ainda não percebeu o quanto uma estratégia centrada na agricultura familiar pode impactar de forma positiva na busca de soluções diante da problemática do desenvolvimento do Brasil. Segundo ele, não há qualquer confirmação de que as fazendas patronais sejam mais eficientes do que os sítios familiares, sendo que a pouca visibilidade dada à agricultura familiar é pautada por motivações de cunho ideológico. O autor também destaca a diminuição dos postos de trabalho em virtude da atual modernização das grandes lavouras, exemplificado no caso da cana-de-açúcar, onde a demanda de força de trabalho foi cortada pela metade nos anos 1990, apesar da expansão de 10% da área cultivada (VEIGA, 2003).

Diante desse contexto, foi selecionado como objeto de estudo o EES CASA APIS, formado por três cooperativas singulares, todos localizados no Estado do Piauí. Para que se tenha melhor entendimento de onde os mesmos estão situados, seus

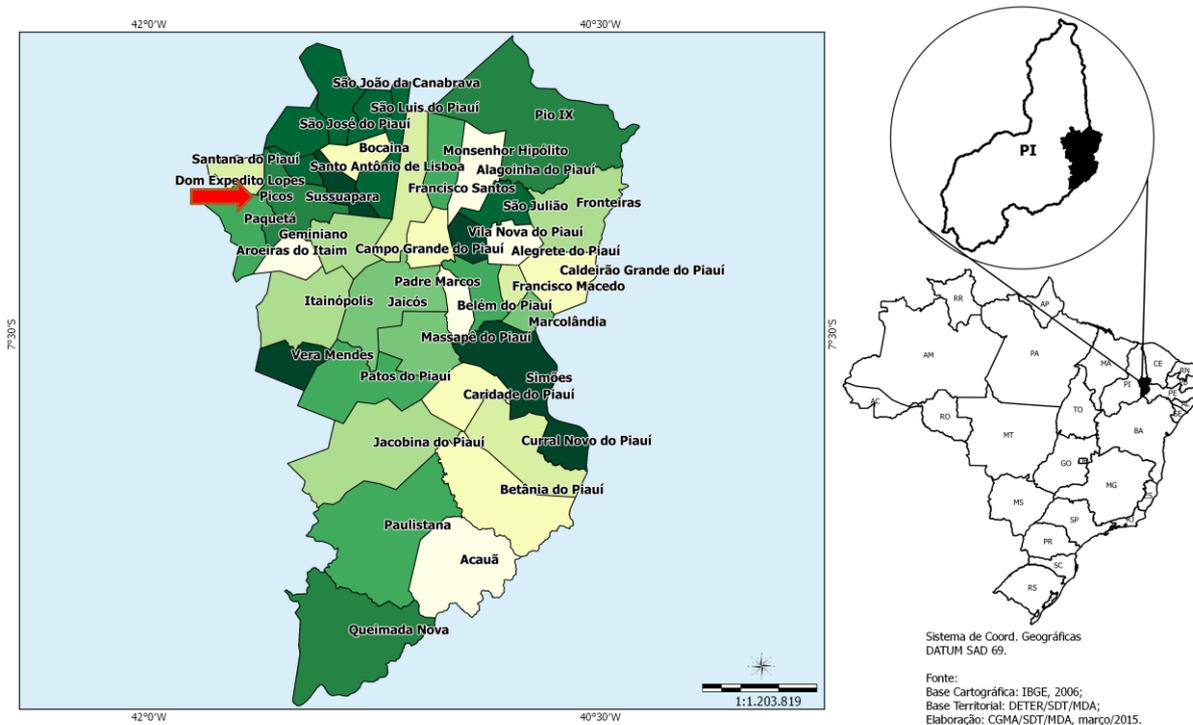
territórios geográficos e suas dimensões espaciais frente às suas atuações, as Figuras 1 e 2 a seguir, permitem essa visualização.

Figura 1 – Mapa do Piauí dividido pelos territórios da Cidadania, com destaque para o Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Vale do rio Guaribas, Serra da Capivara e Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira.



Fonte: Cunha et al., 2018, com adaptações da autora.

Figura 2 – Em destaque o mapa do Território Vale do Guaribas, no Piauí, com seta indicando o município de Picos, local que abriga a Central de Cooperativas CASA APIS.



Fonte: Brasil, 2015.

O Território da Cidadania Vale do Guaribas é composto por 39 municípios, todos no Estado do Piauí. O Território possui uma área de 22,7 mil km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 340 mil habitantes. Destes, cerca de 160 mil habitam as sedes urbanas dos municípios e cerca de 180 mil nas zonas rurais (BRASIL, 2015).

Os indígenas da tribo dos Jaicós, que habitavam a região antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, deram início ao processo de formação histórica do Território (BRASIL, 2006b). Após a criação da cidade de Jaicós, veio a fundação do município de Picos, em 1890, sendo ambos desmembrados de Oeiras, antiga capital do Estado.

No Território Vale do Guaribas predomina o bioma da Caatinga, com vegetação característica do semiárido. A partir de dados do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba – PLANAP – constata-se a contradição dialética no componente socioeconômico do território: “ao mesmo tempo que apresenta indicadores econômicos e sociais sofríveis, mostra um potencial extraordinário para um processo sustentado de desenvolvimento” (BRASIL, 2006b, p. 24).

Assim, é possível observar que há um conjunto de atividades econômicas relevantes no território, principalmente ligadas ao setor primário, dentre elas a

produção e o beneficiamento da cera de carnaúba, do mel e da soja. Tais atividades “podem vir a se tornar molas de propulsão para a redenção socioeconômica da população local e, conseqüentemente, do próprio Estado do Piauí, considerando que os piores indicadores socioeconômicos são observados nesse Território” (BRASIL, 2006b, p. 24). Aqui, vale destacar que a alta produtividade de soja para exportação tem tornado a região conhecida como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), uma vitrine do agronegócio brasileiro.

O IBGE (2020), por meio da pesquisa Produção Agrícola Municipal, constatou um aumento de 120% na área de plantio de soja no estado do Piauí na última década, entre 2010 e 2020. O volume de produção no ano de 2020 atingiu a marca de 2,4 milhões de toneladas, tornando a soja o principal produto agrícola do estado do Piauí.

Tal fato se mostra preocupante tanto para o estado como para toda a região, pois esse modelo de economia é extremamente predatório e, de acordo com especialistas, tem acelerado o desmatamento no Cerrado, um dos biomas mais ameaçados do Brasil e de extrema importância para o abastecimento de aquíferos em toda a América Latina. É notório também, no estado do Piauí, que o movimento de expansão do agronegócio vem colocando em risco populações tradicionais e a disponibilidade de recursos naturais.

Em contraposição, no que diz respeito ao mel, atividade central desse estudo, a FAO (2019) aponta a China como o maior produtor no mercado mundial, com mais de 444 mil toneladas. De acordo com Vidal (2021), o baixo custo de produção do mel chinês o faz um dos mais competitivos no mercado global. Em 2019, a China ganha destaque mundial sendo responsável por 24% de todo o mel produzido no mundo, porém, no ano seguinte, em decorrência do surto do Coronavírus e da quarentena dos apicultores chineses, a produção do mel no país foi prejudicada de tal modo que seus efeitos sociais e econômicos ainda são incertos (VIDAL, 2021).

No cenário mundial, os países da União Europeia, além de grandes consumidores de produtos apícolas, também se destacam e respondem pela segunda maior produção de mel no mundo. Em 2019, esses países, em conjunto, respondem por aproximadamente 250 mil toneladas de mel, ficando atrás apenas da China (VIDAL, 2021). A autora ressalta ainda que entre 2020 e 2022 esse bloco deverá obter aporte de 120 milhões de euros, com cada país produtor recebendo um percentual em função de suas necessidades, potencialidades e mercado.

Considerando a produção total da União Europeia, a FAO (2019) destaca a Turquia como o segundo maior produtor de mel mundial. Após esse país, destacam-se o Canadá, com mais 80 mil toneladas; seguido por Argentina e Irã, com 79 mil e 75,5 mil toneladas da produção mundial, respectivamente.

Tabela 1 – Produção mundial de mel em 2019

<b>Países</b>	<b>Produção (toneladas)</b>	<b>Percentual (%)</b>
China	444100	25,80
Turquia	109330	6,35
Canadá	80345	4,67
Argentina	78927	4,59
Irã	75463	4,38
Estados Unidos da América	71179	4,14
Ucrânia	69937	4,06
Índia	67141	3,90
Rússia	63526	3,69
México	61986	3,60
Etiópia	53782	3,12
Brasil	45981	2,67
Tanzânia	30937	1,80
Coréia do Sul	29518	1,71
Demais países	439136	25,51
<b>Total</b>	<b>1.721.288</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FAO, 2019.

No mundo dos produtos apícolas, o Brasil se apresenta como um dos países de maior capacidade de produção de mel orgânico, destacando-se o Nordeste, em particular, pela elevada competitividade no mercado mundial (VIDAL, 2021). Essa autora destaca ainda que o diferencial do mel dessa região brasileira é o fato de o produto ser proveniente da vegetação nativa, assegurando baixa contaminação por pesticidas e por resíduos de antibióticos.

De acordo com o censo agropecuário de 2017, o semiárido, mais especificamente os Estados do Piauí, Ceará e Bahia, abriga 94% dos estabelecimentos com apicultura no Nordeste brasileiro. Em 2017, existiam 101.797 estabelecimentos com apicultura no Brasil e 24.150 no Nordeste, sendo 80% desses estabelecimentos vinculados à agricultura familiar (IBGE, 2017).

Tabela 2 – Produção de mel de abelha, percentual e valor de produção no Brasil, em 2020, com mais detalhes para as regiões mais produtoras.

<b>Brasil, Grande Região e UF</b>	<b>Produção de mel de abelha (Kg)</b>	<b>Percentual da produção nacional (%)</b>	<b>Valor da produção (Mil Reais)</b>
<b>Norte</b>	999484	1,94	19306
<b>Nordeste</b>	<b>19328617</b>	<b>37,53</b>	<b>196348</b>
Maranhão	2477212	4,81	25523
Piauí	5672514	11,01	46474
Ceará	3895751	7,56	39258
Rio Grande do Norte	598883	1,16	8749
Paraíba	278910	0,54	4186
Pernambuco	938466	1,82	11635
Alagoas	372098	0,72	7047
Sergipe	84944	0,16	1706
Bahia	5009839	9,73	51770
<b>Sudeste</b>	<b>9692678</b>	<b>18,82</b>	<b>122360</b>
Minas Gerais	4103316	7,97	50093
Espírito Santo	687504	1,33	7388
Rio de Janeiro	412882	0,80	12569
São Paulo	4488976	8,72	52310
<b>Sul</b>	<b>19617261</b>	<b>38,09</b>	<b>250077</b>
Paraná	7844255	15,23	98619
Santa Catarina	4306191	8,36	54416
Rio Grande do Sul	7466815	14,50	97043
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1869822</b>	<b>3,63</b>	<b>33357</b>
<b>Brasil</b>	<b>51507862</b>	<b>100,00</b>	<b>621447</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2020.

Em 2020, o Brasil produziu mais de 51,5 mil toneladas de mel, com alta de 12,5% em relação ao ano anterior, conforme é apontado pela FAO e representado na tabela 2. No país, a região Sul continua respondendo pelo maior volume de produção com 19,6 mil toneladas, o que corresponde a 38% da produção nacional. Já o setor apícola nordestino ocupa a segunda posição no país e se aproxima do maior patamar de produção, com 19,3 mil toneladas de mel, abarcando 37,5% da produção brasileira. Em relação ao ano passado, a região nordestina teve uma alta de aproximadamente 22,5 %.

No país, o Estado com a maior produção foi o Paraná, com 7,8 mil toneladas, que representa 15,2% da produção nacional, seguido do Rio Grande do Sul, com 7,5 mil toneladas (14,50% da produção), e do Piauí com 5,7 mil toneladas, o equivalente

a 11,0% da produção total do país. No Nordeste, o Piauí é seguido pela Bahia com 5,0 mil toneladas e 9,7% da produção total do país.

Pelo exposto, a apicultura assume relevante importância social para o semiárido brasileiro, em especial o Nordeste, que historicamente se destaca por apresentar poucas opções de atividades produtivas rentáveis no meio rural, devido às limitações inerentes à própria região. Dessa forma, destaca-se a relevância da discussão deste tema, tendo em vista que o semiárido brasileiro possui características peculiares e que vão ao encontro de condições favoráveis para uma alta produção de mel, com agricultores familiares organizados em cooperativas no território, com culturas locais que impulsionam a dinâmica econômica e social da região.

Dessa forma, este estudo foi vinculado à linha de pesquisa 'Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade' do PPGA da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Esta linha comporta pesquisas que tratam de gestão para o desenvolvimento sustentável, dando prioridade às políticas públicas e outros segmentos que se articulam com fenômenos regionais, a fim de contribuir com o fortalecimento da consciência e da identidade regional. Assim, esta pesquisa teve como foco as conexões de gestão existentes entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades de agricultores familiares pertencentes a um coletivo de EES, como fator determinante e estratégico no arranjo da economia solidária e para o desenvolvimento regional, a partir do empreendimento solidário CASA APIS, no sertão nordestino.

Vale ressaltar que essa pesquisa é fundamental tanto para o EES CASA APIS, no Piauí, como para outras experiências no país, visando explorar potencialidades e deficiências da economia solidária (CATTANI, 2003), que tem como principal característica a inclusão social através da geração de ocupação e renda, sendo possível identificar maneiras de aprimoramento dos seus processos de gestão e políticas públicas associadas.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da presente tese foi caracterizar a relação existente entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades familiares que as

integram, considerando os distintos espaços de atuação e gestão que se colocam para esse conjunto de EES.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para além do objetivo geral acima destacado, a tese buscou atender aos seguintes objetivos específicos:

a) Identificar os mecanismos e as competências de gestão utilizados pela central CASA APIS, pelas cooperativas singulares e pelas unidades familiares, na perspectiva dos agricultores familiares;

b) Averiguar os suportes de atores externos à gestão do sistema estruturado pela CASA APIS, pelas cooperativas singulares e unidades familiares;

c) Discutir a formulação de políticas públicas que estimulem a integração entre agricultura familiar e os empreendimentos solidários, em escala municipal, estadual ou federal.

Exposto o delineamento da tese, passamos para o próximo capítulo com a discussão teórica que suportou o presente estudo

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentada a estrutura e revisão da literatura sobre o tema a ser pesquisado, com a finalidade de proporcionar conhecimento do estado da arte, o estabelecimento do referencial adequado e a fundamentação teórica da investigação.

Assim, procede-se à apresentação de contribuições de diferentes autores, organizadas segundo os tópicos: 2.1) Teoria da Reciprocidade como princípio econômico, 2.2) A gestão nas organizações de economia solidária, 2.3) Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil, 2.4) Os Agricultores Familiares, 2.4.1) Agricultura Familiar no Brasil e 2.4.2) Agricultura Familiar no Nordeste.

### 2.1 A TEORIA DA RECIPROCIDADE COMO PRINCÍPIO ECONÔMICO

Sabourin (2011) traz reciprocidade como sinônimo de solidariedade: “dependência mútua, fato de ser solidário ou de mutualidade. A mutualidade corresponde a sistemas de solidariedade social baseada na ajuda mútua recíproca dos membros que cotizam” (SABOURIN, 2011, p. 21). Simmel e Mauss defendem a reciprocidade como o fundamento das relações sociais, ou ainda como uma norma social universal (BECKER, 1956; GOULDNER, 1960; BECKER, 1986).

A definição do conceito de reciprocidade, do ponto de vista socioantropológico, constitui o primeiro elemento próprio à teoria (SABOURIN, 2011). Dessa forma, Sabourin traz a seguinte conceituação:

O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca (SABOURIN, 2011, p. 22).

Nas civilizações antigas, Mauss identifica uma relação chamada de dádiva-troca, sendo esta diferente da troca mercantil (MAUSS, [1924] 2003). Nessas sociedades primitivas, Mauss lembra que as organizações e obrigações eram mútuas entre grupos ou comunidades, e não entre indivíduos.

O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã – aquele no qual indivíduos e grupos trocam tudo entre si –

constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca. [...] Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam [...] Nessas prestações existem 'misturas entre almas e coisas' (MAUSS, [1924] 2003, p. 200).

Nesse sistema econômico defendido por Sabourin (2011), o autor constata que as relações envolvendo sentimentos também podem acontecer com as atividades econômicas, destacando que estas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. “Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social” (SABOURIN, 2011, p. 34).

O segundo elemento dessa teoria declara que “a reciprocidade pode recobrir várias formas” (SABOURIN, 2011, p. 23). Nesse ponto, há a reciprocidade da dádiva ou a forma positiva da reciprocidade que é composta por oferendas, partilhas, prestações totais. Aparece também uma forma de reciprocidade negativa, a dos ciclos de vingança (SABOURIN, 2011), quando o autor defende que “a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio” (SABOURIN, 2011, p. 23).

Já o terceiro elemento, no sentido antropológico do termo, aponta que “as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas” (SABOURIN, 2011, p. 23). De acordo com Sabourin, as relações de reciprocidade geram valores humanos e sentimentais, além de valores materiais e instrumentais.

A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. [...] E o aspecto mais difícil de validar, visto que ele envolve não somente a produção de valores materiais ou instrumentais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. E também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana (SABOURIN, 2011, p. 23).

Por fim, o quarto e último elemento dessa teoria reporta à existência de “diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos” (SABOURIN, 2011, p. 23). Nesse quesito, o autor destaca a existência de três planos

ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (SABOURIN, 2011).

Na intenção de resumir os quatro elementos da teoria da reciprocidade, Sabourin (2011) enfatiza que existem várias estruturas fundamentais de reciprocidade que podem gerar tanto sentimentos como valores diferentes. Para o autor “o sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas” (SABOURIN, 2011, p. 23). Dessa forma, destaca-se que estruturas, níveis e formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade (SABOURIN, 2011).

Ainda para Sabourin (2011), os três níveis de reciprocidade (real, simbólico e imaginário) dão lugar a três grandes formas de reciprocidade convencionadas como reciprocidade “positiva” e reciprocidade “negativa”, com uma forma mais equilibrada chamada de reciprocidade simétrica (SABOURIN, 2011, p. 48).

Para Temple (2000), as estruturas de reciprocidade são classificadas em dois grupos, a reciprocidade binária e a reciprocidade ternária, sendo que o grupo da reciprocidade binária está dividido em dois outros: o face a face e o compartilhamento.

Nesse sentido, Sabourin (2011) destaca que o sentimento indiviso é produzido pelas estruturas binárias, enquanto a individualização do sentimento e da consciência é produzida pelas estruturas ternárias. “O valor criado nas estruturas binárias de ‘face a face’ e de compartilhamento é indiviso, enquanto é individualizado nas estruturas ternárias, abrindo caminho para a responsabilidade do sujeito” (SABOURIN, 2011, p. 55).

Diversos autores pioneiros defendem a reciprocidade como uma condição das relações humanas. Sabourin (2011) destaca Georges Simmel (1858-1918) como o primeiro sociólogo a tratar da importância da reciprocidade, trazendo-a como fundamento das relações sociais. Para Marcel Mauss (1923-1924), os estudos sobre a dádiva e a reciprocidade envolvem essencialmente as sociedades arcaicas e indígenas: “nós acreditamos ter aqui encontrado uns dos alicerces humanos sobre os quais são construídas nossas sociedades”. Já o sociólogo alemão Simmel faz a distinção das relações de reciprocidade nas sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista epistemológico, Sabourin (2011) destaca que reciprocidade e troca possuem diferenças. De fato, Papilloud (2003) explica que “o efeito de reciprocidade é o conceito mais amplo, enquanto a troca é o conceito mais restrito;

nos comportamentos humanos, o primeiro dos dois aparece sob diferentes formas” (PAPILLOUD, 2003, p. 193).

Já Sabourin (2011) aponta que a principal diferença entre troca e reciprocidade está no fato de que:

A teoria da reciprocidade opõe dialeticamente um princípio de reciprocidade ao princípio de troca. A reciprocidade como relação humana reversível entre sujeitos privilegia o ato sobre o objeto e o interesse privado. A troca visa principalmente à permuta de bens e serviços para a acumulação (geralmente individual) do lucro, mediante uma lógica de concorrência entre os interesses privados (SABOURIN, 2011, p. 24).

Contudo, Sabourin (2011) enfatiza que mesmo partindo do pressuposto de que a reciprocidade é uma regra social universal, isso acontece no sentido da interação. “Reagimos ao outro conforme nossas próprias motivações em função do que percebemos do outro e de nós mesmos em uma dada situação” (SABOURIN, 2011, p. 26). Para esse autor, a sociedade global é formada por um conjunto de atividades sociais que é composta pela totalidade das ações de reciprocidade (SABOURIN, 2011).

No tocante à reciprocidade, Sabourin (2011) destaca ainda os dispositivos partilhados de acesso. Nesses dispositivos, diferente das relações de troca, constata-se que as necessidades econômicas não são separadas do laço social, das relações de solidariedade e da preocupação com a satisfação das necessidades da comunidade.

Corroborando Mauss, em *A Grande Transformação* (1944), Polanyi aponta a reciprocidade como categoria econômica específica, diferente da troca. O autor identifica ainda três formas de integração social (POLANYI e ARENSBERG, 1975, p. 245):

- 1) A reciprocidade é definida como os movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos. Podemos simbolizar essa sequência assim: AB/BA ou AB/BC/CA.
- 2) A redistribuição corresponde aos movimentos de apropriação em direção de um centro e, em seguida, desse em direção ao exterior. Se A é o centro de redistribuição, a redistribuição supõe um tempo de centralização (BA/CA/DA) e um tempo de redistribuição propriamente dita (A/B, C, D, E, F).
- 3) A troca é assimilada aos movimentos de vai e vem tais como a passagem de ‘uma mão para outra’ dos objetos em um sistema mercantil (POLANYI e ARENSBERG, 1975, p. 245).

Já Sabourin (2011) destaca que a reciprocidade constitui um princípio econômico oposto ao da troca, e não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi e Arensberg (1975).

No tocante às articulações entre troca e reciprocidade, Sabourin (2011) aponta a existência de sistemas mistos. Nestes sistemas as relações de troca e reciprocidade coexistem, o que se assemelha à maioria dos casos nas sociedades contemporâneas, inclusive no meio rural (SABOURIN, 2011). De acordo com o autor, essa coexistência pode aparecer de forma simultânea “de maneira paralela e separada; ou mediante tensões, por causa do antagonismo de sistemas. Pode se dar, também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca” (SABOURIN, 2011, pag. 40).

Para Sabourin, as estruturas das relações de reciprocidade são capazes de gerar “valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade” (SABOURIN, 2011, p. 34). O autor aponta que o principal aporte inovador da teoria da reciprocidade consiste no fato de que sentimentos de si mesmo ou sentimentos compartilhados podem dar lugar à produção de valores éticos ou espirituais.

Dessa forma, acreditamos que as estruturas de relações de reciprocidade defendidas por Sabourin podem aparecer nesse estudo a partir das relações entre a CASA APIS, cooperativas singulares e os agricultores familiares, tendo em vista o trabalho coletivo realizado pelos atores sociais que integram o empreendimento pesquisado.

## 2.2 A GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diante das definições teóricas da economia solidária, uma unanimidade é frequente entre os pesquisadores do tema: “ela se apresenta como uma alternativa de luta contra o desemprego” (BEZERRA, 2015). Tauile (2001) defende que a economia solidária pode se inserir nas diversas formas de organização, e os envolvidos objetivam criar sua própria fonte de trabalho ou ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica de solidariedade e reciprocidade que articula interesses individuais e coletivos.

Frente à crise generalizada do emprego na sociedade moderna e à emergência dos laços de solidariedade, França Filho e Laville (2004, p. 18) consideram que:

[...] a economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder-agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 18).

De acordo com Silva (2009), as iniciativas da economia solidária possuem como principal característica a pluralidade de ações e atores sociais que se configuram em diferentes formas de se organizar enquanto coletividade, tais como: “associações de produtores, cooperativas populares, centros de formação, espaços coletivos de comercialização, clubes de trocas, feiras agroecológicas, entre diversas outras, também denominadas de empreendimentos de economia solidária” (SILVA, 2009, p. 47- 48).

O mesmo autor revela, ainda, que tais instituições devem contribuir para a democratização econômica, a partir do engajamento de todos os envolvidos. Além de levar consigo os princípios de preservação do meio ambiente, busca pela igualdade racial, luta por justiça social e, de maneira constante, pela garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (SILVA, 2009).

Para o entendimento da lógica da economia solidária, Singer e Souza (2000) ressaltam que é de fundamental importância reconsiderar “a crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho continuamente [...]” (SINGER e SOUZA, 2000, p. 14).

Singer (2002) destaca que as origens da economia solidária podem situar-se nos reflexos da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, a partir das iniciativas cooperativistas em busca de trabalho e renda. “O surgimento das máquinas industriais e da organização fabril da produção levou os artesãos ao empobrecimento e marginalização” (SINGER, 2002, p. 22).

Contudo, Singer (2002) resalta que foi nas décadas de 1980 e 1990, em meio a uma grave crise industrial no Brasil, que a economia solidária foi retomada no país.

De acordo com o autor, milhares de postos de trabalho foram perdidos, resultando no desemprego em massa e na acentuada exclusão social. “Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias” (SINGER, 2002, p. 122).

De acordo com Singer (2002), os processos de industrialização seriam acompanhados no médio e longo prazo por uma série de crises e desdobramentos, levando a mudanças na estruturação das relações de emprego, precarização do trabalho e elevação do desemprego, como características da reestruturação recorrente. Para Singer (2002), tais aspectos ajudaram a consolidar os princípios da economia solidária no Brasil, movimento extremamente promissor e capaz de efetivar mudanças nas relações e condições de trabalho.

Conforme Gaiger (1996; 2003), pode-se entender como empreendimentos solidários as iniciativas de organização coletiva de trabalho, portadoras do discurso e prática da Economia Solidária. Para o referido autor, esse tipo de empreendimento apresenta os seguintes princípios: autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; autossustentação; desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Assim, pode-se dizer que a empresa privada e a solidária apresentam diferentes modos de gestão. “A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade [...] já a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão” (SINGER, 2002, p.18).

Moreira (2012) reforça que a autogestão é um processo de autonomia no qual as pessoas que fazem parte de um determinado grupo se tornam capazes de solucionar problemas e conflitos no interior das organizações. “A autogestão é um processo holístico onde a somatória das partes é o resultado de esforços simultâneos e direcionados para se chegar a um todo, a um resultado global” (MOREIRA, 2012, p.37).

Misoczky, Oliveira e Passos (2003) defendem que a autogestão é a gestão dos meios de produção e da organização social de forma igualitária, onde pessoas, compondo organizações, empreendimentos, grupos ou movimentos populares, possuem os mesmos direitos e participam efetivamente com voz ativa dentro da organização.

Já Almeida, Villar e Nakano (2004, p.174) enfatizam que um processo produtivo autogerido implica, também, “dimensões não materiais, tais como a liberdade, a

autonomia e a autodeterminação”, no qual a participação é conquistada e autopromovida. Esses autores defendem a ideia da necessidade de organização dos sujeitos a fim de compartilhar decisões sociais e políticas e romper a verticalidade absoluta dos poderes autoritários característicos da gestão hierárquica.

Andion (1998) aponta que as organizações de economia solidária não podem ser geridas tendo como base os antigos pressupostos da administração tradicional, pois estas fazem parte de um fenômeno novo e complexo. Dessa forma, a autora destaca a necessidade de “dar espaço à manifestação da prática cotidiana desse “outro mundo”, cuja riqueza se constrói no dia a dia através da dedicação e da crença das pessoas que dele fazem parte” (ANDION, 1998, p. 22).

Alguns estudiosos indicam que a economia solidária pode ser percebida como uma economia *substantiva*. Andion (1998) esclarece que tal percepção revela que “essa economia não é separada dos valores, nem de regras morais (características do nível doméstico e solidário), nem das motivações dos agentes, nem da política” (ANDION, 1998, p. 19). Para a autora, o nível econômico é somente mais um elemento na dinâmica dessas organizações que possuem características singulares.

Na mesma base ideológica dos autores Misoczky, Oliveira e Passos (2003), Albuquerque (2003) e Almeida, Villar e Nakano (2004), Schmidt e Perius (2003) trazem o conceito de cooperativa. Para estes últimos autores “as cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais” (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 63).

Schmidt e Perius (2003) defendem que indicativos de um Estado cooperativo no Brasil datam do início do século XVII, com a criação das primeiras reduções jesuíticas. “Por mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção” (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 64).

Contudo, é no ano de 1847 que se efetiva o início do movimento cooperativista no Brasil com a fundação da colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas, por Jean Maurice Faivre (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Mas, seria em Limeira, em 1891, que surgiria o cooperativismo com a criação da Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Já a primeira cooperativa de produtores rurais do país, a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industrial*, foi criada por Vicente Montigia, nas áreas de

Alfredo Chaves (hoje, Veranópolis), e Antonio Prado, no Rio Grande do Sul (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Mundialmente, França Filho e Laville (2004) apontam que empreendimentos nessa condição vêm ganhando destaque e se multiplicando pela Europa, sendo que o exemplo mais emblemático é o das cooperativas sociais na Itália. Diferentemente dos outros países do continente, desde 1991, esse país possui estatuto jurídico próprio para esse tipo de organização empresarial (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Entretanto, foi em 1995, no Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sediado em Manchester, que se atualizou a redefinição do conceito de cooperativa e seus valores (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

“Definição: Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.

Valores: As cooperativas estão baseadas nos valores da autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros” (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p.63).

França Filho e Laville (2004) corroboram com Schmidt e Perius (2003), destacando que o objetivo principal de uma cooperativa social é atender as necessidades de uma comunidade. No entanto, enfatizam que essas empresas possuem características distintas das associações e dos organismos públicos em razão do caráter de empresa e da busca de uma democracia interna existente nas cooperativas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Em termos de personalidade jurídica, e com base na Lei 5.764/1971, as sociedades cooperativas singulares no Brasil constituem-se de pelo menos vinte pessoas físicas, já as cooperativas centrais são constituídas de, no mínimo, três singulares. “Os sócios, que podem ser tanto profissionais liberais como de outras profissões, são os verdadeiros donos da cooperativa e como tais, também, os responsáveis pela tomada de decisões desta organização” (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 65).

De acordo com artigo 7º, da Lei 5.764/1971, destacamos ainda que “as cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados”. Já o artigo 8º, desta mesma Lei, prevê que “as cooperativas centrais

objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços” (BRASIL, 1971).

### 2.3 CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

De acordo com Silva (2011), o movimento de Economia Solidária no Brasil tem avançado significativamente na sua organização política, constituindo fóruns e redes. Para esse mesmo autor, as articulações em torno da Economia Solidária ganharam impulso no final da década de noventa com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, no ano 2001, a partir dos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil.

Cronologicamente, Silva (2011) aponta que, no ano de 2002, foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, resultando na criação de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. Já o ano de 2003 teve como marco a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no contexto de retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e execução do Programa Fome Zero, no primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No mesmo período, em junho de 2003, realizou-se também a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

De acordo com Singer (2014, p. 90) a partir da criação desta secretaria, “o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados também o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”. É importante destacar que, além do Fórum Brasileiro, hoje, existem fóruns estaduais, territoriais e municipais com milhares de participantes em todo o território nacional.

Como uma política desenvolvida pela Senaes, foi realizada o mapeamento periódico dos EES no Brasil. Singer (2014) aponta que o primeiro mapeamento realizado teve início em 2003 e foi finalizado em 2005, registrando a existência de 21.859 Empreendimentos Econômicos e Solidários. O mesmo autor destaca ainda

que, frente às limitações de recursos e de tempo, este primeiro mapeamento cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil.

Já o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária foi criado no ano de 2006. Esse sistema consistiu em um banco de dados nacional que possibilitou, no ano de 2007, a ampliação de dados do mapeamento realizado (BRASIL, 2012).

No Brasil, o segundo mapeamento da economia solidária foi finalizado em 2013 e disponibilizado para acesso em 2014. Este segundo mapeamento trouxe aspectos relevantes permitindo análise da atuação dos Empreendimentos de Economia Solidária no país (BRASIL, 2012).

Frente a esse contexto, o Brasil torna-se referência por ter uma secretaria dessa natureza. Contudo, a Senaes foi extinta em 5 de novembro de 2016, no governo de Michel Temer, como resultado da ruptura institucional que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. De acordo com Arcanjo e Oliveira (2017), a força da Economia Solidária no Brasil equivale a 3% do PIB, envolvendo três milhões de pessoas e cerca de 30 mil empreendimentos, que atuam na inclusão produtiva e enfrentamento da exclusão social. Os autores citados acima enfatizam que, na atual conjuntura, o FBES precisa dar continuidade ao seu trabalho e assumir a liderança da luta social e política contra os ditames neoliberais, pela manutenção e avanço das conquistas da Economia Solidária.

De acordo com Singer (2014), a estagnação da economia brasileira foi a principal característica dos dois quadriênios anteriores à posse de Lula na presidência, no entanto, essa característica praticamente cessou a partir de 2004. “Se a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente” (SINGER, 2014, p. 91). Levando em consideração essas condições, Singer (2014) destaca que o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização de parcelas expressivas do povo trabalhador, como ocorreu entre 1994 e 2002.

No Piauí, destaca-se o Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí (FEEPSPI), criado em 13 de fevereiro de 2004. Ressalta-se que o fortalecimento do FEEPSPI ocorreu no Piauí com o I Encontro Estadual de Economia Solidária, que aconteceu em agosto de 2004, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). Atualmente o FEEPSPI tem sede

em Teresina e ocupa a sala de Políticas Públicas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí (SRTE/PI).

Em 2011, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foi sancionada a Lei estadual n.º 6.057 que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, fato considerado uma conquista da mobilização do movimento de economia solidária no Estado. A Lei tem por diretriz “a promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autosustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias e convênios com a iniciativa privada” (PIAÚÍ, 2011).

## 2.4 OS AGRICULTORES FAMILIARES

De acordo com a Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006a), agricultor familiar é aquele que pratica atividades agropecuárias no meio rural e que cumpre os seguintes critérios:

I – não deter área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III – a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV – o estabelecimento ser dirigido pelo(a) agricultor(a) com sua família (BRASIL, 2006a).

Esta lei apresenta o universo familiar integrado simultaneamente aos estabelecimentos de agricultura familiar, atendendo as seguintes condições: “a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; e a sua área é limitada a uma área máxima regional, estabelecida em 15 módulos fiscais” (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011, p. 23).

Guanziroli e Cardim (2000), no trabalho FAO/INCRA, que inspirou a Lei federal 11.326/2006, ampliam o escopo dos agricultores familiares de tamanho médio, para 15 módulos fiscais, enquanto na Lei, o conceito restringe-se aos pequenos produtores rurais com até quatro módulos fiscais.

Frente a essa perspectiva, Guanziroli, Di Sabbato e Vidal (2011) ressaltam a importância de limitar tanto a área de atuação como as relações de trabalho que guiam

os agricultores familiares para evitar que propriedades imensas, mas controladas por famílias, façam parte dessa categoria específica.

Entretanto, esses autores destacam que, do ponto de vista conceitual, o tamanho do estabelecimento não deveria ser condição na definição de agricultura familiar, sendo relevante considerar que a “extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe” (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011, p. 29).

Considerando o relatório do Projeto de Cooperação Técnica entre Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA), Santilli (2010) pontua que “nenhuma metodologia é inteiramente satisfatória para definir os agricultores familiares, pois há variáveis com pesos e significados diversos, dependendo dos contextos sociais, culturais e econômicos em que estão inseridos” (SANTILLI, 2010, p. 86).

Assim, definir agricultores familiares ou estabelecer um critério com vistas à diferenciação e caracterização dos estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011). Nessa tentativa, Olalde e Portugal (2004) apontam algumas terminologias usadas para se referir àquele sujeito: “camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p.3). As autoras destacam ainda que a evolução do contexto social e as novas percepções sobre a mesma categoria contribuíram para a substituição desses termos. Contudo, as autoras pontuam que “a utilização dessas terminologias aparece, com frequência, carregada de profundo significado político-ideológico” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p.3).

Olalde e Portugal (2004) apontam ainda a existência histórica das categorias latifúndio e minifúndio, na estrutura agrária brasileira, sendo que os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, expressando oposição aos latifúndios. Já os estudos realizados na década de 1990 pela FAO/INCRA (2000) trazem uma nova classificação para os estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os em dois modelos: o patronal e o familiar.

No entanto, Guanziroli e Cardim (2000) ressaltam que a definição de agricultor familiar e a separação de critérios com vistas à diferenciação dos estabelecimentos familiares dos patronais não é uma tarefa fácil, visto que o universo agrário é extremamente complexo e o censo agropecuário do IBGE não é elaborado para este

fim. Corroborando com estes, Guanzioli, Di Sabbato e Vidal (2011) destacam ainda a importância de identificar os principais tipos de produtores.

Levando em consideração o contexto agropecuário brasileiro da década de 90, Guanzioli e Cardim (2000) enfatizam a existência de uma multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis na construção das tipologias desses produtores. Contudo, os autores pontuam que nenhuma delas é inteiramente satisfatória, pois os produtores estão inseridos em contextos diferenciados e caracterizados de acordo com as diversidades regionais do país.

Guanzioli, Di Sabbato e Vidal (2011) acrescentam que o critério mais importante nessa diferenciação está na gestão. No caso dos agricultores familiares, a gestão é realizada pela família, garantindo assim a interiorização dos efeitos do desenvolvimento agrícola; já os não familiares transferem esse desenvolvimento para os centros urbanos e grandes metrópoles onde realizam seu consumo e investimento (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011).

O agricultor familiar baseia sua produção no uso da mão de obra familiar e exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento de longe, por meio de administradores. Os familiares, nesse sentido, contribuem mais com a interiorização do desenvolvimento rural que os não familiares, que, hoje, podem estar em Goiás, amanhã, na Bahia e, depois, no Pará. Os familiares tendem a fincar raízes nas regiões onde atuam e, nesse sentido, viabilizam o comércio local e o surgimento de aglomerações rural-urbanas (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011, p. 20).

Através dos dados do censo 2017, pode-se constatar que a agricultura não familiar criou 702 mil postos de trabalho enquanto que a agricultura familiar perdeu em média 2,2 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017). Dessa forma, percebe-se que este segmento perdeu mão de obra. Contudo, a agricultura familiar, no Brasil, produziu um valor igual a 107 bilhões de reais, equivalendo a 23% de toda a produção agropecuária brasileira (IBGE, 2017).

No tocante ao nível de instrução do agricultor familiar, é importante destacar que do total de produtores agropecuários, 15% declararam que nunca frequentaram escola; já 14% frequentaram até o nível de alfabetização, e 43%, no máximo, o nível fundamental (IBGE, 2017). O IBGE (2017) aponta ainda que 73% do total de produtores possuem, no máximo, o ensino fundamental (antigo primário) por nível de

escolaridade. Do total que declarou já ter cursado escola, no máximo até o ensino fundamental, que representa 2.913.348 de produtores, 1.938.092 ou 66% declararam não ter terminado o curso. Além disso, 1.164.710 produtores (23%) declararam não saber ler e escrever (IBGE, 2017).

Contudo, os estabelecimentos de agricultura familiar têm participação significativa na produção de alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. De acordo com o IBGE (2017), nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Assim, os dados apresentados vêm para confirmar a importância econômica e social do agricultor familiar na produção agropecuária brasileira, tendo em vista que a agricultura familiar, além de produzir alimentos, integra as mais variadas cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo de forma positiva para o dinamismo no crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011).

#### 2.4.1 Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil, a discussão acerca da agricultura familiar tem ganhado força e legitimidade, especialmente nos movimentos sociais rurais, órgãos governamentais, espaços acadêmicos e entre estudiosos das ciências sociais (SCHNEIDER, 2003). De acordo com Guanziroli e Cardim (2000), dois aspectos têm contribuído e alimentado este debate: “a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (GUANZIROLI e CARDIM, 2000, p. 7).

Somados à criação do PRONAF, em 1996, Schneider (2003) destaca mais dois movimentos que impactaram o meio rural na década de 1990: os movimentos sociais do campo, conduzidos pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então despertava pouco interesse na academia.

Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural lato sensu. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos

impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verifica-se, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Mesmo diante desse cenário político e social, Schneider (2003) destaca que somente a partir de meados da década de 1990 que o termo “agricultura familiar” emerge. O autor considera que tal fato aconteceu de forma tardia, comparando-se com os países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2003).

No entanto, foi no ano de 2000, através do estudo *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto* (CARDIM e GUANZIROLI, 2000) que uma nova realidade sobre a importância e contribuição da agricultura familiar é apresentada ao país. Nesse estudo, que é resultado do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, é destacado o potencial até então pouco conhecido da agricultura familiar brasileira, além de apresentados os dados que colocam essa atividade como um novo eixo de desenvolvimento econômico e social para o país (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, responsável pela agricultura familiar, em 1999, surge um novo cenário institucional no país com o objetivo de dar aos agricultores familiares condições de inserção competitiva tanto nos mercados doméstico como global (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). Para isso, foram criados e implantados alguns programas de políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PEREIRA e NASCIMENTO, 2014).

No sentido de fortalecimento dos agricultores familiares, Bezerra e Schlindwein (2017) destacam a importância das políticas públicas de custeio agrícola para o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar, tendo em vista a dificuldade que estes agricultores enfrentam para se manter no meio rural com uma vida de qualidade.

Olalde e Portugal (2004) pontuam que a formulação de políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar surge de reivindicações organizadas por trabalhadores rurais e movimentos sociais, com importante participação da comunidade acadêmica nacional e apoio das agências multilaterais como a FAO, o IICA e o Banco Mundial.

No universo da agricultura, Bezerra e Schlindwein (2017) apontam dois segmentos produtivos que têm impactado positivamente o Produto Interno Bruto (PIB): “a agricultura não familiar e a agricultura familiar” (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2017, p. 5). Para as autoras, a agricultura familiar, ao longo do tempo, recebeu várias definições, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural.

Contudo, somente a partir da década de 1990 o segmento agricultura familiar obteve o devido reconhecimento frente a sua categoria social e produtiva, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2017, p. 5). Antes desse período, podemos destacar que as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA e BERGAMASCO, 2015).

Contrário à ideia simplista que associa a agricultura familiar à produção de subsistência, dados da Organização das Nações Unidas (AGRICULTORES, 2019) apontam que esse segmento é responsável por 80% de toda a produção mundial de alimentos. A ONU também informou que são mais de 500 milhões de produtores rurais dedicados à agricultura familiar no mundo, ocupando 90% de todas as propriedades agrícolas do globo.

O último censo agropecuário do Brasil, realizado no ano de 2017, aponta que o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 351,289 milhões de hectares, ou seja, cerca de 41% da área total do país. Comparando com o censo anterior, realizado em 2006, destaca-se que houve aumento de 5,8% na área ocupada, apesar da redução de 102.312 unidades rurais (IBGE, 2017).

De acordo com o censo agropecuário de 2017, do total de estabelecimentos no país, cerca de 3,9 milhões são classificados como agricultura familiar. Esses dados revelam também que a agricultura familiar no país diminuiu, havendo uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos considerados como agricultura familiar, comparados ao censo de 2006.

Além da contribuição à produção agrícola nacional, a agricultura familiar pode fornecer outros bens tais como “a geração de emprego, desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, serviços ambientais e mesmo atender a aspirações da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local, hoje já colocadas nos países desenvolvidos” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 2). Essas autoras ressaltam

ainda que a agricultura familiar, diferente da agricultura patronal, possibilita uma distribuição populacional mais equilibrada.

No tocante à tipologia das propriedades rurais no Brasil e com base nos estudos de Baiardi (1998), Olade e Portugal (2004) trazem cinco tipos de agricultura familiar: A, B, C, D e E.

O **Tipo A** é conhecido como agricultor moderno por fazer uso de insumos modernos e tecnologia, opera em uma área superior a 100 ha.;

O **Tipo B** trata da agricultura familiar integrada verticalmente e opera em escala média de até 50 ha. Desenvolveram-se a partir da implantação de agroindústrias em regiões de colonização européia e para agricultores familiares de outra origem que se diferenciavam por adotar as inovações tecnológicas exigidas pela agroindústria;

O **Tipo C** opera em estabelecimentos inferiores a 50 ha. e são grupos originados de famílias com tradição rural e camponesa das áreas de ocupação colonial, trabalham para reprodução e alguma acumulação.

O **Tipo D** trata da agricultura familiar semimercantil. Originaram-se de descendentes de homens livres; operam em b área variável, mas inferior a 50 ha.; têm fortalecido o associativismo e o surgimento de pequenas plantas industriais; têm propensão em cooperar com projetos locais de desenvolvimento sustentável a depender do seu grau de educação.

O **Tipo E** trata da agricultura completamente desassistida. Estabelecem-se em áreas com escassos recursos naturais ou em condição de grande carência de infraestrutura; operam em áreas inferiores a 50 ha., e na sua maioria completam sua renda com aposentadorias e dinheiro oriundos de parentes da zona urbana (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 9).

De acordo com Olalde e Portugal (2004), essas classificações representam parte das tipologias e classificações propostas para o Brasil. Para as autoras, tais classificações demonstram a diversidade de situações dentro da agricultura familiar, desde o produtor tecnificado e integrado aos mercados até a produção de subsistência e complementação com trabalho assalariado fora da propriedade.

#### 2.4.2 Agricultura familiar no Nordeste

O modelo monocultor e escravista, onde o poder se concentrava nas mãos dos senhores de engenho, mostrou-se por muitos anos como principal característica dos pequenos agricultores, deixando-os à margem dos sistemas agrícolas (SANTILLI, 2010). No Nordeste brasileiro, o cenário não foi diferente do restante do país.

Atualmente, Aquino, Alves e Vidal (2020) apontam que na região Nordeste do Brasil faltam evidências que demonstrem a real situação da agricultura familiar em nível agregado, bem como sua importância para o desenvolvimento regional. No entanto, os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, divulgados em outubro de 2019, são de extrema importância, tendo em vista conhecerem o panorama mais recente da agricultura familiar dessa região.

O Nordeste do Brasil ocupa uma área de 1,56 milhão de km<sup>2</sup>, o que representa pouco mais de 18% do território nacional. De acordo com o IBGE (2019) essa região abriga cerca de 57 milhões de habitantes e, do ponto de vista político-administrativo, é composta por nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Piauí (PI), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

Andrade (2005) destaca que, em termos físicos, o território nordestino está dividido em quatro sub-regiões naturais: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata. Considerando tais aspectos, Aquino, Alves e Vidal (2020) apontam ainda que o semiárido brasileiro ocupa a maior parte desse espaço regional (64,8%).

Figura 3 – Mapa do semiárido brasileiro



Fonte: IBGE, 2019.

De acordo com IBGE (2019) o semiárido nordestino abriga uma população de 26,2 milhões de habitantes. Dentre as características climáticas predominantes nessa área, destaca-se: “a pluviosidade baixa e irregular, com ocorrência periódica de secas; as temperaturas elevadas com altas taxas de evapotranspiração; os solos pouco permeáveis e sujeitos à erosão; e a predominância da vegetação de caatinga” (AQUINO, ALVES e VIDAL, 2020, p. 33).

Esses autores destacam que os efeitos das secas ainda provocam grandes impactos nas atividades produtivas do nordeste brasileiro, principalmente naquelas pertencentes aos agricultores familiares mais pobres. Observando o quadro 3 é possível destacar que, nos anos de 2012 a 2017, o Nordeste foi atingido por uma de

suas maiores estiagens da história recente, passando esta a ser denominada de ‘A grande seca’ (AQUINO, ALVES e VIDAL, 2020).

Quadro 1 – Anos de secas registrados no Nordeste nos últimos 50 anos, considerando os séculos XX e XXI

Período de Seca nos últimos 50 anos						
<b>Século XX</b>	1970	1976	1979-1983	1986-1987	1992-1993	1997-1999
<b>Século XXI</b>	2001-2002	2005	2007-2008	2010	2012-2017	

Fonte: Lima e Magalhães (2018, p. 203), adaptado pela autora.

Cabe destacar que mesmo diante da gravidade da Grande Seca (2012-2017) e os problemas trazidos por ela, grande parte dos agricultores familiares optaram por permanecer em suas terras a praticar o êxodo rural, como acontecia em anos anteriores (AQUINO, ALVES e VIDAL, 2020). Esses mesmos autores associam tal condição às políticas públicas que permitiram melhoria da capacidade de resiliência das populações do campo tais como: melhoria na infraestrutura hídrica, a expansão das aposentadorias rurais e do programa Bolsa Família, juntamente com outras políticas de incentivo à economia em geral.

Observando a tabela 3 e comparando os resultados dos censos agropecuário do IBGE de 2006 e 2017, em termos de Brasil, observamos que a Região Nordeste teve queda no número de estabelecimentos agropecuários, apresentando 131.341 estabelecimentos a menos que em 2006; quanto na área, apresentando menos 5.180.546 ha., comparados ao censo de 2006.

Tabela 3 – Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro de 1970 a 2017

Anos	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado
<b>1970</b>	2.206.788	74.298.713	7.568.847
<b>1975</b>	2.351.416	78.690.488	8.738.763
<b>1980</b>	2.447.513	88.443.907	9.333.172
<b>1985</b>	2.798.239	92.054.181	10.441.667
<b>1995</b>	2.326.413	78.296.096	8.210.809
<b>2006</b>	2.454.060	76.074.411	7.699.138
<b>2017</b>	2.322.719	70.893.865	6.376.764

Fonte: Séries históricas dos censos agropecuários (IBGE/SIDRA, 2019)

Ainda na Tabela 3, percebe-se que o ano de 2017 se torna representativo para agropecuária nordestina, pois é o ano em que se registra o menor número de área ocupada pelos estabelecimentos agrários desde os anos 1970. Outro aspecto marcante é a redução do total de pessoas ocupadas na agropecuária nordestina, de 7,7 milhões para 6,4 milhões no intervalo de 11 anos entre os dois últimos recenseamentos.

Guanziroli, Di Sabbato e Vidal (2011) destacam ainda que muitos pequenos produtores rurais do Nordeste produzem basicamente para autoconsumo, pois não têm condições de se integrar nos mercados. Os autores apontam que tal fator não é nenhum demérito visto que ao invés de migrarem e contribuírem com o inchaço dos centros urbanos, os agricultores lutam para sobreviver nas regiões onde nasceram (GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL, 2011).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo explicita detalhadamente o método utilizado para investigar o fenômeno proposto. Assim, procede-se à apresentação do delineamento metodológico: 3.1 A pesquisa qualitativa, 3.2 Tipo de pesquisa: Estudo de caso, 3.3 Formulação do problema, 3.4 Definição da unidade caso, 3.5 Determinação do número de casos, 3.6 Sujeitos da pesquisa, 3.7 Elaboração do protocolo, 3.8 Coleta de dados, 3.9 Tratamento, análise e triangulação dos dados, 3.10 Redação do relatório.

#### 3.1 A PESQUISA QUALITATIVA

A presente pesquisa teve como suporte o método qualitativo de coleta e análise de dados, caracterizando-se como estudo de caso com abordagem qualitativa, de natureza exploratória. Minayo (2014, p. 57) caracteriza esse método de abordagem “pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo”.

Nessa mesma linha, Creswell (2014) define pesquisa qualitativa afirmando que “começa com pressupostos e uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2014, p. 50). A partir dessa definição, pode-se perceber que o autor dá ênfase ao processo de pesquisa, sendo esta uma continuidade tanto dos processos filosóficos, tendo em vista a lente interpretativa como os procedimentos envolvidos no estudo de problemas sociais e humanos.

Além da definição, é pertinente trazer algumas características específicas da pesquisa qualitativa. Creswell (2014) aponta que essas características evoluíram ao longo do tempo e não apresentam um conjunto definitivo de elementos. Assim, com base nesse autor, elencam-se algumas dessas características:

**1) Habitat natural:** os pesquisadores qualitativos geralmente tendem a coletar os dados no campo, no ambiente onde os participantes vivenciam a questão ou problema em estudo;

**2) O pesquisador como um instrumento-chave:** os próprios pesquisadores qualitativos coletam dados por meio de exame de documentos, observação do comportamento e entrevistas com os participantes;

**3) Múltiplos métodos:** os pesquisadores qualitativos reúnem múltiplas formas de dados, como entrevistas, observações e documentos, em vez de se basearem em uma única fonte de dados;

**4) Raciocínio complexo por meio da lógica indutiva e dedutiva:** os pesquisadores qualitativos montam padrões, categorias e temas “de baixo para cima”, organizando os dados indutivamente até unidades de informação cada vez mais abstratas;

**5) Significado dos participantes:** durante todo o processo de pesquisa qualitativa, os pesquisadores mantêm um foco na captação do significado que os participantes atribuem ao problema ou questão, não ao significado que os pesquisadores trazem para a pesquisa ou os escritores trazem para a literatura;

**6) Projeto emergente:** o processo de pesquisa para os pesquisadores qualitativos é emergente, ou seja, o plano inicial para a pesquisa não pode ser rigidamente prescrito, e que todas as fases do processo podem mudar depois que os pesquisadores entram em campo e começam a coletar os dados;

**7) Reflexão:** os pesquisadores “se posicionam” em um estudo qualitativo;

**8) Relatório holístico:** os pesquisadores qualitativos tentam desenvolver um quadro complexo do problema ou questão em estudo. Isso envolve o relato de múltiplas perspectivas, identificando os muitos fatores envolvidos em uma situação e fazendo um esquema geral do quadro maior que emerge.

Creswell (2014) ressalta ainda que as pesquisas qualitativas são conduzidas tendo em vista um problema ou questão que precisam ser explorados. “Por sua vez, essa exploração é necessária devido à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas” (CRESWELL, 2014, p. 52).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir desses dados (CRESWELL, 2014). Geralmente esses dados qualitativos são coletados a partir de entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas (HAIR JÚNIOR *et al.*, 2005).

Com relação aos objetivos, o presente estudo tem como base a pesquisa exploratória. Nesse sentido, Gil (2012, p. 27), revela que “as pesquisas exploratórias

têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Ainda para Gil (2012), as pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral e aproximativa, do fato estudado. Assim, essa fase foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico e documental dos temas relacionados à economia solidária, gestão solidária, relações de reciprocidade, agricultura familiar, implantação dos empreendimentos estudados na região, políticas públicas de apoio aos empreendimentos da agricultura familiar e/ou economia solidária no Estado do Piauí (considerando-se as esferas municipal, estadual ou nacional).

Nesse sentido, vale destacar que a pesquisa qualitativa foi utilizada no levantamento e análise de dados junto aos atores sociais que configuram a estrutura do empreendimento de economia solidária do Piauí, a CASA APIS, voltada para atividades ligadas à apicultura. Para isso, foram entrevistados o presidente da central de cooperativas e os gestores das cooperativas singulares, além de realizados três encontros de grupos focais com os agricultores familiares associados aos empreendimentos pesquisados.

### 3.2 TIPO DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO

Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotado o estudo de caso, com a intenção de investigar as particularidades e a complexidade de um único caso, a fim de compreendê-lo no âmbito de circunstâncias relevantes (STAKE, 2009). Visando um estudo aprofundado, foram realizadas pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas, grupos focais, sistematização e análise de dados.

Stake (1995, p. 11) considera que a importância do estudo de caso “deriva de métodos de investigação naturalistas, holísticos, etnográficos, fenomenológicos e biográficos”. Tal característica se torna relevante para o desenvolvimento da pesquisa ora relatada, e Stake (2000) afirma que ela define a escolha do que deva ser estudado. Já Merriam (1998), Denzím e Lincoln (2005) a apresentam como uma estratégia de pesquisa abrangente. Creswell (2014) corrobora com esses autores ao encarar o estudo de caso como um tipo de projeto pertencente à pesquisa qualitativa. Do mesmo modo, Gil (2009) aponta que o estudo de caso tem se caracterizado como um estudo

profundo e exaustivo, que visa conhecer o objeto de forma ampla e detalhada. Este mesmo autor traz ainda alguns propósitos para a referida estratégia de pesquisa:

1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e 3) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2012, p. 58).

De acordo com Gil, Licht e Camargo (2005) os estudos de caso são utilizados há muito tempo, principalmente nas investigações sociológicas. Gil (2009) destaca ainda que o estudo de caso pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias como em pesquisas descritivas ou explicativas. Creswell (2014) aponta que o estudo de caso investiga um sistema delimitado, contemporâneo e que é parte da vida real; ou ainda permite a observação de múltiplos sistemas delimitados, a partir de coleta de dados em profundidade e envolvendo múltiplas fontes de informação. O mesmo autor destaca que a unidade de análise no estudo de caso pode ser configurada na abordagem de múltiplos casos ou um único caso.

Stake distingue ainda três tipos de estudos de caso a partir de suas finalidades: o intrínseco, o instrumental e o coletivo. Para esse estudo utilizaremos o intrínseco, pois, segundo Stake (2000), permite a melhor compreensão de um caso de específico interesse. De acordo com Stake (2009), “o caso é uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (STAKE, 2009, p.18).

Nas palavras do próprio autor:

Aqui, o estudo não é empreendido primariamente porque o caso representa outros casos ou porque ilustra um traço ou problema particular, mas porque, em todas as suas particularidades e no que têm de comum, este caso é de interesse em si. O pesquisador, pelo menos temporariamente, subordina outras curiosidades para que as histórias dos que “vivem o caso” emergam. O objetivo não é vir a entender algum constructo abstrato ou fenômeno genérico, tal como letramento, ou uso de droga por adolescentes ou o que um diretor de escola faz. O objetivo não é construir teoria – embora em outras vezes o pesquisador possa fazer exatamente isto (STAKE, 2000, p.437).

O autor aponta que a particularização é o verdadeiro objetivo do estudo de caso. Dessa forma, em uma primeira fase, devemos pegar um caso particular e buscar conhecê-lo bem, dando ênfase à sua singularidade e compreensão a partir da articulação e interação com os seus respectivos contextos (STAKE, 2009).

Considerando tal perspectiva, onde consideramos os atores sociais que compõe o empreendimento solidário CASA APIS, discutiremos a seguir as principais etapas para a execução do estudo de caso em questão.

### 3.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com Gil (2012), toda pesquisa tem início com a formulação de algum problema, contudo, esse problema precisa ser testável cientificamente, ou seja, envolver variáveis que podem ser observadas ou manipuladas. A formulação adequada do problema de pesquisa não é tarefa fácil, no entanto, Gil (2012) destaca que as leituras podem assegurar a qualidade na formulação da problemática.

Um problema de pesquisa será relevante em termos científicos quando conduzir à obtenção de novos conhecimentos (GIL, 2012). Nessa perspectiva, o presente estudo possui a seguinte problemática: como se caracteriza a relação entre a central de cooperativas e suas cooperativas singulares, tendo em vista os distintos espaços de atuação e gestão dos empreendimentos estudados e das unidades familiares que os integram?

De acordo com Stake (2009), um bom estudo de caso depende da disciplina do investigador e do planejamento de boas perguntas de investigação, sendo esta a tarefa mais difícil e que ao mesmo tempo irá direcionar o olhar e o pensamento de modo suficiente, mas não em demasia.

### 3.4 DEFINIÇÃO DA UNIDADE CASO

Para Gil (2006), a unidade-caso refere-se a um indivíduo ou objeto num contexto definido. Esse mesmo autor destaca que o conceito de caso vem ampliando-se e tomando uma nova dimensão: “a ponto de poder ser entendido como uma família, ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura” (GIL, 2006, p. 138).

De acordo com Gil (2006), não é tarefa simples delimitar a unidade-caso, sendo um processo que necessita de esforço e cuidado por parte do pesquisador. “É difícil traçar os limites de um objeto. A totalidade de um objeto, seja ele físico, biológico ou social, é uma construção intelectual” (GIL, 2006, p. 138).

Nessa perspectiva, Stake (2000) defende que os critérios utilizados para a seleção dos casos devem variar de acordo com o propósito da investigação. Esse autor identifica três modalidades de estudos de caso: intrínseco, instrumental e coletivo, definindo-as da seguinte maneira:

- **Estudo de caso intrínseco** constitui o próprio objeto da pesquisa. O que o pesquisador almeja é conhecê-lo em profundidade, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de alguma teoria.
- **Estudo de caso instrumental** é desenvolvido para auxiliar no conhecimento ou na redefinição de determinado problema. O pesquisador não tem interesse específico no caso, mas reconhece que pode ser útil para alcançar determinados objetivos.
- **Estudo de caso coletivo** é para estudar características de uma população. Os casos são selecionados porque se acredita que, por meio deles, torna-se possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem (STAKE, 2000).

Para esta pesquisa utilizou-se o estudo de caso do tipo intrínseco, pois se buscou investigar o liame entre a central de cooperativas CASA APIS e suas cooperativas singulares, tendo em vista os distintos espaços de atuação e gestão dos empreendimentos estudados e das unidades familiares que os integram.

### 3.5 DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE CASOS

Alguns estudiosos defendem que os estudos de caso podem ser compostos tanto de um único como de múltiplos casos. Contudo, Stake (1995) afirma que um estudo de caso visa capturar a complexidade de um único caso, sendo este método responsável pela análise das particularidades e complexidades de um caso.

Nesse contexto, Gil (2006) afirma que nas pesquisas sociais existe uma frequência maior na utilização de múltiplos casos, no entanto, há vantagens e desvantagens. Para esse autor, o uso de múltiplos casos favorece a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade, pois proporciona evidências inseridas em diferentes contextos. Contudo, tal pesquisa exige uma metodologia mais apurada, maior tempo para a coleta e análise dos dados e que as questões sejam replicadas em todos os casos estudados (GIL, 2006).

Já o caso único costuma ser utilizado quando, por algum motivo, é difícil acessar a múltiplos casos e o pesquisador tem possibilidade de investigar um deles (GIL, 2006). Porém, esse mesmo autor destaca a necessidade de atenção especial na determinação do número de casos. Para esse fim, o ideal é o “adicionamento

progressivo de novos casos, até o instante em que se alcança a “saturação teórica”, isto é, quando o incremento de novas observações não conduz a um aumento significativo de informações” (GIL, 2006, p.139).

Diante dessa perspectiva, Gil (2006) não fala em um número ideal, mas defende o uso de quatro a dez casos. Dessa forma, torna-se pouco provável gerar uma teoria com menos de dez casos, pois o contexto da pesquisa pode ser inconsistente; já com mais de dez casos, torna-se difícil lidar com a quantidade e complexidade das informações (EISENHARDT, 1989).

Levando em consideração o objeto de estudo e as definições aqui expostas, destacamos que a pesquisa aqui proposta se trata de um estudo de caso intrínseco conforme abordagem de Stake (1995). Para este estudo delimitou-se como unidade-caso a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro, CASA APIS, localizada no sertão piauiense, organizada em torno de cooperativas singulares e unidades familiares.

### 3.6 SUJEITOS DA PESQUISA

No desenvolvimento da presente pesquisa, as fontes utilizadas a fim de fornecer respostas adequadas à solução do problema proposto foram as fontes primárias e também as fontes secundárias. A população que integra o objeto de pesquisa em questão foi composta pelos gestores e cooperados sócios os quais formam a cadeia produtiva do mel, no EES CASA APIS. Vale ressaltar que esse empreendimento solidário conta, no ano de 2021, com 805 cooperados distribuídos em 3 cooperativas singulares.

A Central de Cooperativas CASA APIS, juntamente com suas respectivas cooperativas singulares estão distribuídas no sertão piauiense. As cooperativas singulares que formam o empreendimento de economia solidária na região se classificam em: cooperativas de mel e cooperativas mistas. As últimas trabalham tanto o mel como o caju.

Conforme Quadro 1, em Anexos, a CASA APIS possui um total de 805 agricultores familiares sócios distribuídos por 58 comunidades em 30 municípios do Estado do Piauí, sendo que esses municípios pertencem aos Territórios Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Vale do rio Guaribas, Serra da Capivara e Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira. Diante de tal população, fez-se necessário delimitar o lócus

de pesquisa através de um arcabouço amostral. No entanto, a amostragem desse estudo compreendeu tanto os gestores das cooperativas central e singular como os agricultores familiares sócios da CASA APIS.

Segundo Gil (2012, p. 89), as pesquisas normalmente “abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Assim, frequentemente se torna necessário trabalhar com uma amostra, ou seja, uma pequena parte do objeto que compõe o universo pesquisado.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa que envolve cooperativas atuando em 30 municípios pertencentes ao sertão nordestino, a técnica amostral utilizada na realização desse estudo foi caracterizada como amostragem não probabilística por acessibilidade. Gil (2012) revela que a amostragem não probabilística se caracteriza por não necessitar de fundamentação matemática ou estatística. Com relação ao tipo de amostragem por acessibilidade, o mesmo autor revela que nesse caso “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de abordagem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão” (GIL, 2012, p. 94).

A seguir, o Quadro 2 apresenta a relação das cooperativas singulares pertencentes a Central de cooperativas CASA APIS, a quantidade de homens e mulheres, o número total de cooperados, a quantidade de municípios, casas de mel e respectivas comunidades que fazem parte das singulares.

Quadro 2 – Relação das cooperativas singulares: número de cooperados, municípios, casas de mel e comunidades.

Cooperativas Singulares	Homens	Mulheres	Cooperados	Municípios	Casas de mel	Comunidades
Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores de Itainópolis (COMPAI)	57	02	59	4	2	2
Cooperativa dos Apicultores e Produtores Rurais do Território Serra da Capivara (COOPASC)	61	06	67	4	2	19
Cooperativa dos Apicultores do Piauí (MELCOOP)	560	119	679	22	21	37
<b>Total</b>	<b>678</b>	<b>127</b>	<b>805</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>58</b>

Fonte: CASA APIS, 2021.

Considerando esse contexto, realizaram-se quatro entrevistas: uma com o presidente da cooperativa central; três entrevistas, sendo uma com cada gestor da cooperativa singular e, por fim, três grupos focais, considerando grupos de agricultores familiares pertencentes a cada uma das três cooperativas singulares.

Destacamos também a importância de considerar o cotidiano dos entrevistados e participantes dos grupos focais realizados, conforme Spink (2008). Esse autor aponta a importância de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários dos entrevistados, reposicionando assim o lugar desse pesquisador e recuperando a conversa e o debate como prática social (SPINK, 2008). Menegon e Spink (2005) trazem a expressão “microlugar”, apontando-a como uma ideia figurativa ou metafórica. A intenção dos autores é destacar “a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas [...], e outros lugares de breves encontros e de passagem” (SPINK, 2008, p. 71).

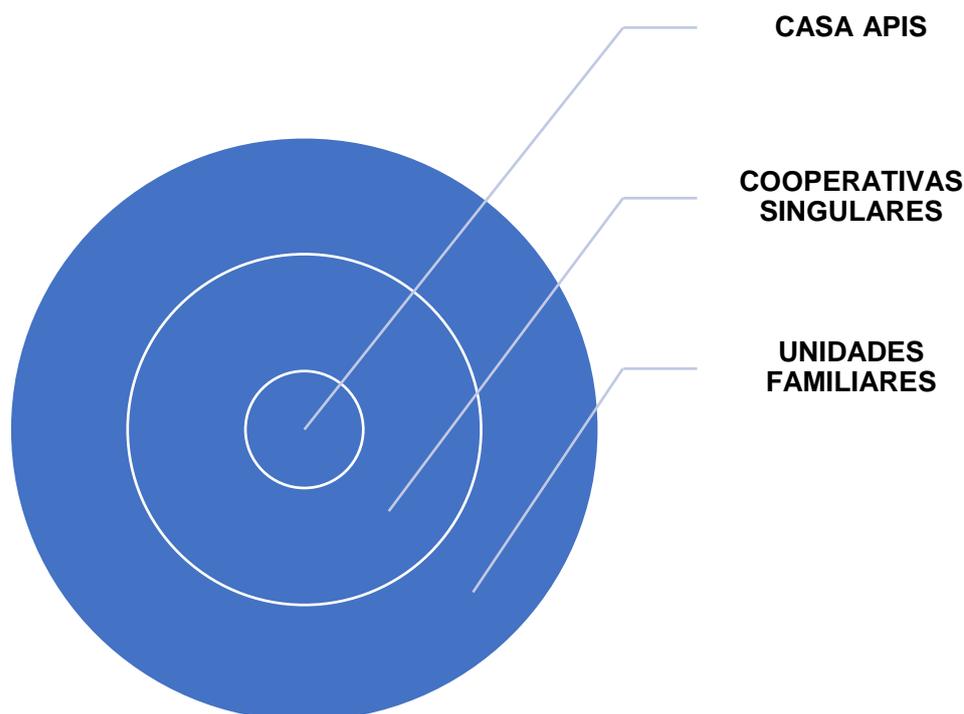
Os microlugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários: nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, o cotidiano se compõe de milhares de microlugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os microlugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os

construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim (SPINK, 2008, p. 71).

De acordo com Spink (2008), a noção de microlugares é um duplo desafio para o pesquisador. O primeiro desafio é o “de aprender a prestar atenção a nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são produzidos e negociados os sentidos” (SPINK, 2008, p. 72), já o segundo é o “de aprender a fazer isso como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante, mas simplesmente como parte” (SPINK, 2008, p. 72).

Considerando Spink (2008), os “microlugares” podem, portanto, proporcionar aos pesquisadores, através de conversas e debates com os pesquisados, experiências e vivências coletivas capazes de contribuir com a pesquisa social.

Figura 4 – Atores sociais pertencentes ao empreendimento solidário CASA APIS.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A gestão da Central de Cooperativas e de suas cooperativas singulares em estudo foi realizada com base na existência de três tipos de organizações: a Central CASA APIS, as singulares MELCOOP, COOPASC e COMPAI (CASA APIS, 2020), além das unidades de agricultura familiar correspondentes. Nesse sentido, a Central CASA APIS possui um presidente e sua cúpula gestora; as três Cooperativas

Singulares também possuem os seus respectivos presidentes e cúpula gestora, e as unidades familiares apresentam o seu cotidiano em torno da apicultura. Todos os empreendimentos envolvidos (Central e singulares) devem seguir as normas e regras previstas pelos seus respectivos estatutos.

A partir da figura 4, é possível conceber três níveis de gestão: a macrogestão, a mesogestão e a microgestão. A partir dos três níveis, podemos destacar as Unidades Familiares como responsáveis pela microgestão do cotidiano na comunidade; já as Cooperativas Singulares são responsáveis pela mesogestão, ligando as Unidades Familiares com a CASA APIS na transformação da atividade cotidiana em “negócios do mel”; e, por fim, a CASA APIS como responsável pela macrogestão, venda do mel, por melhorias dos processos de beneficiamento, inovação e tecnologia, pelo fortalecimento econômico dos apicultores e desenvolvimento do território.

Neste trabalho, aplicaram-se como procedimentos para o estudo de caso a pesquisa bibliográfica, o levantamento documental, a inserção da pesquisadora no campo, as entrevistas, os grupos focais e a elaboração de um diário de campo, tornando possível, desse modo, a organização, sistematização, descrição e análise dos dados coletados

### 3.7 ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO

Após a definição da unidade-caso e da determinação do número de casos a serem pesquisados, Gil (2006) recomenda a elaboração do protocolo. Para Gil (2006), o protocolo se refere a um documento que define além do instrumento de coleta de dados, a conduta a ser adotada para a sua aplicação.

Stake (1995) destaca que nesse processo é de extrema importância manter em mente a questão de pesquisa a ser respondida. O autor sugere ainda que o pesquisador elabore um formulário permitindo-lhes fazer anotações e lembretes que tragam informações e preocupações referentes à coleta de dados.

O Quadro 3, apresentado a seguir, traz o protocolo utilizado durante a coleta de dados e guia na elaboração do relatório final desta pesquisa.

Quadro 3 – Protocolo utilizado para a coleta de dados

Procedimentos de campo	Questões	Com o quê e com quem	Quanto tempo
Entrevistas semiestruturadas individuais e grupais	<p>a) Caracterizar os liames existentes entre Central, Singulares e as unidades familiares</p> <p>b) Investigar as competências e atribuições de cada nível de atuação e gestão (Central, Singulares e Unidades familiares)</p> <p>c) Investigar a contribuição da Central CASA APIS para as cooperativas singulares e comunidades envolvidas;</p> <p>d) Entender a influência que a cooperativa singular exerce sobre a comunidade local;</p> <p>e) Averiguar a contribuição dos agricultores familiares para o desenvolvimento local;</p> <p>f) Entender as relações entre Central, Singulares e Unidades familiares;</p> <p>g) Compreender a experiência de gestão praticada na Central e Singulares;</p> <p>h) Entender as políticas públicas de economia solidária no Brasil;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com o presidente da central de cooperativas</li> <li>• Entrevistas com os gestores das cooperativas Singulares</li> <li>• Grupos focais com os agricultores familiares sócios</li> <li>• Diário de campo</li> </ul>	<p><b>Gestores A, B, C e D</b> O tempo de permanência em campo.</p> <p><b>Grupo Focal 1, 2 e 3</b> O tempo de permanência em campo.</p> <p>O tempo de permanência em campo.</p>
Análise de documentos	<p>a) Investigar a contribuição da Central CASA APIS para o desenvolvimento da região estudada;</p> <p>b) Averiguar a contribuição dos agricultores familiares para o desenvolvimento local;</p> <p>c) Entender a influência que a cooperativa singular exerce sobre a comunidade local e sobre o Território de atuação;</p> <p>d) Compreender as relações existentes entre Central,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de documentos públicos e privados: tais como atas de assembleias e reuniões, estatutos, jornais, sites, relatórios oficiais, registros pessoais;</li> <li>• Diário de campo</li> </ul>	O tempo de permanência em campo.

	Singulares e Unidades familiares  e) Entender as políticas públicas de economia solidária no Brasil;		
Observação sistemática <i>in loco</i>	a) Entender as relações entre Central, Singulares e Unidades familiares;  b) Compreender a experiência de gestão praticada na Central e singulares;  c) Entender a influência que a cooperativa singular exerce sobre a comunidade local e sobre o Território de atuação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com o presidente da central de cooperativas, os gestores das cooperativas Singulares/Central e os agricultores familiares sócios;</li> <li>• Levantamento bibliográfico</li> <li>• Análise de documentos públicos e privados</li> <li>• Diário de campo</li> </ul>	O tempo de permanência em campo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A síntese das estratégias apresentadas no quadro 3 acima orientou a coleta de dados. A intenção desse plano de pesquisa foi responder de forma eficiente as perguntas que norteiam o presente estudo, além de apresentar os procedimentos de campo utilizados para cada questão e possibilitar a triangulação do presente estudo.

### 3.8 COLETA DE DADOS

Creswell (2014) visualiza a coleta de dados como “uma série de atividades inter-relacionadas que objetiva a reunião de boas informações para responder às perguntas da pesquisa” (CRESWELL, 2014, p. 122). O autor descreve que tal processo pode ser realizado através de algumas técnicas, tais como:

**1) Observações:** o pesquisador em campo registra, de uma maneira não estruturada ou semiestruturada, o comportamento e atividades das pessoas no local de pesquisa.

**2) Entrevistas:** o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes, por telefone ou com grupos focais, com 6 e 8 entrevistados em cada grupo. Essas entrevistas envolvem poucas perguntas não estruturadas e geralmente abertas, que pretendem extrair visões e opiniões dos participantes.

**3) Documentos:** o pesquisador pode coletar dados em documentos públicos (por exemplo, jornais, atas de reunião, relatórios oficiais) ou documentos privados (por exemplo, registros pessoais, cartas, e-mails).

**4) Material de áudio e visual:** o pesquisador pode obter dados em forma de fotografias, objetos de arte, vídeo ou qualquer forma de som.

De acordo com Gil (2006), no estudo de caso, o processo de coleta de dados é mais complexo que em outras pesquisas. Esse autor ressalta que tal fato acontece devido a maioria dos pesquisadores utilizarem apenas uma técnica básica para a obtenção de dados, sendo que, no estudo de caso, a utilização de mais de uma técnica constitui princípio básico. Contudo, Gil (2006) assegura que “obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos” (GIL, 2012, p. 140).

Considerando as técnicas para obtenção de dados nos estudos de caso, Gil (2012) ressalta que esses dados podem ser obtidos por meio de “análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos” (GIL, 2012, p. 103).

Dessa forma, ressalta-se que na presente pesquisa, a coleta de dados ocorreu na própria comunidade e usando a observação sistemática in loco, onde a pesquisadora buscou se integrar ao grupo para melhor conhecê-lo. De acordo com Gil (2012), “a observação sistemática é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses” (GIL, 2012, p. 104). Gil (2012) destaca ainda que o pesquisador sabe os aspectos da comunidade ou grupo mais significantes com vistas a alcançar os objetivos pretendidos. Para isso, o autor defende a elaboração prévia de um plano de observação.

Além da observação do grupo, utilizou-se a entrevista do tipo semiestruturada, ao passo que esta foi desenvolvida de forma mais espontânea e fazendo uso de algumas questões em roteiro previamente estabelecido, mas que foi desenvolvido no decorrer dos diálogos entre os participantes. As questões iniciais utilizadas no roteiro, durante as entrevistas e grupos focais, podem ser observadas no Apêndice A. As entrevistas individuais foram gravadas e autorizadas com consentimento dos entrevistados e a pesquisadora fez uso também do diário de campo e análise de documentos, tais como estatutos das cooperativas estudadas.

Quadro 4 – Relação dos empreendimentos pesquisados: número de cooperados e municípios/comunidades participantes da pesquisa.

<b>Empreendimento pesquisado</b>	<b>Gestores sócios entrevistados</b>	<b>Agricultores sócios participantes do grupo focal</b>	<b>Municípios/comunidades pesquisadas</b>
CASA APIS (Cooperativa Central)	01 gestor	-	Picos-PI
COMPAI (Cooperativa Singular)	01 gestor	12 cooperados	Itainópolis-PI e Barroso
COOPASC (Cooperativa Singular)	01 gestor	10 cooperados	São Raimundo Nonato-PI e Anísio de Abreu
MELCOOP (Cooperativa Singular)	01 gestor	08 cooperados	Lagoa do Sítio-PI

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Considerando o contexto da pandemia por COVID-19, as entrevistas semiestruturadas individuais, com os gestores das cooperativas Central e Singulares, foram realizadas por meio do aplicativo *Zoom*<sup>®</sup>. Já os grupos focais, com os agricultores familiares sócios das cooperativas pesquisadas, aconteceram na própria comunidade, respeitando as medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As entrevistas semiestruturadas com os gestores das cooperativas central e singulares foram previamente agendadas por telefone, buscando assim uma data e momento oportuno e acessível para os entrevistados. Preservando o anonimato e sigilo dos entrevistados, no quadro abaixo iremos renomear os gestores entrevistados e apontar a data, duração da entrevista e aplicativo utilizado na sua realização. Vale destacar que uma das entrevistas foi realizada de forma presencial e na própria comunidade, devido a dificuldades de acesso à internet por parte do gestor.

Quadro 5 – Relação dos gestores entrevistados: data, duração e aplicativo utilizado para realização da entrevista.

Gestores sócios entrevistados	Data e horário da entrevista	Duração da entrevista	Aplicativo
Gestor A	05/12/20 às 14:30h	2:07:07	Zoom®
Gestor B	07/01/21 às 8:00h	1:07:56	Zoom®
Gestor C	13/01/21 às 7:30	1:00:32	Zoom®
Gestor D	30/01/21 às 10:30h	1:12:55	Presencial e na própria comunidade

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os três grupos focais aconteceram na própria comunidade, em locais abertos, ventilados, em datas e horários escolhidos e definidos pelos próprios agricultores familiares juntamente com os presidentes das cooperativas singulares pesquisadas. Nesse processo, após autorização e consentimento dos participantes, realizou-se a gravação dos diálogos, garantindo o sigilo dos cooperados bem como o distanciamento mínimo de um metro e meio entre todos os participantes. Todos os integrantes do grupo focal fizeram uso adequado de máscaras para proteção individual e de álcool gel 70%, ambos distribuídos pela pesquisadora.

Figura 5 – Foto do grupo focal com apicultores da COOPASC em Anísio de Abreu, no dia 30.01.21



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Figura 6 – Foto do grupo focal com apicultores da COMPAI em Itainópolis, localidade Barroso, no dia 13.02.21



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

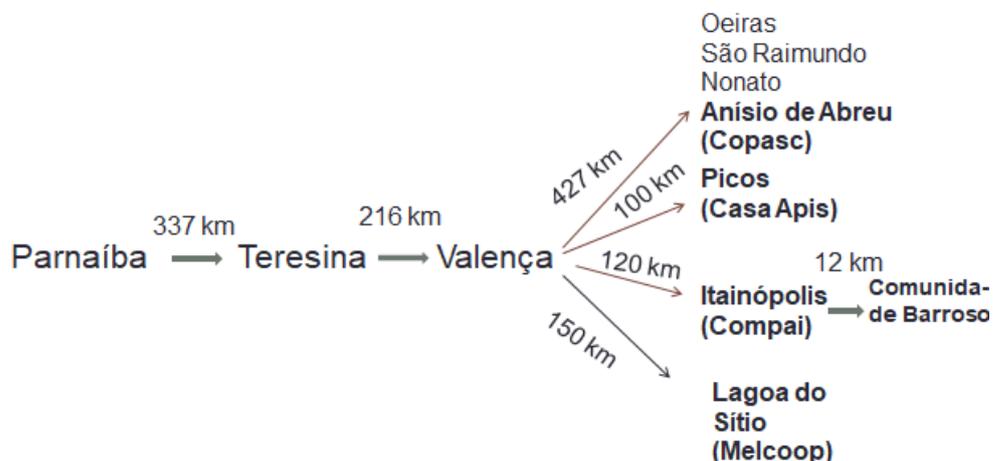
Figura 7 – Foto do grupo focal com apicultores da MELCOOP em Lagoa do Sítio, no dia 03.03.21



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Para a realização do grupo focal, incluindo uma das entrevistas com o gestor da cooperativa singular, a pesquisadora precisou percorrer oito municípios, considerando as cidades vizinhas que dão acesso aos quatro municípios sedes que abrigam os empreendimentos estudados. Os municípios percorridos foram Teresina, Valença, Oeiras, São Raimundo Nonato, Anísio de Abreu, Picos, Itainópolis e Lagoa do Sítio, todos no estado do Piauí. Já os municípios sedes que fazem parte dos empreendimentos pesquisados são Picos, Itainópolis, Lagoa do Sítio e Anísio de Abreu, incluindo uma comunidade rural pesquisada, do Barroso, pertencente ao município de Itainópolis. Destaca-se que os três grupos focais e uma das entrevistas aconteceram de forma presencial e em meio a segunda onda da pandemia por COVID-19. Contudo, a pesquisadora respeitou todas as medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tais como uso de máscara, álcool em gel e líquido, distanciamento social, uso de veículo próprio e isolamento social de 15 dias para seguir para a próxima comunidade e dar continuidade à atividade de coleta de dados. Ressalta-se que durante essa etapa da pesquisa nenhum dos participantes nem a pesquisadora contraíram o vírus.

Figura 8 – Distância em quilômetros (km) e percurso realizado nos municípios e comunidades para coleta de dados.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Quadro 6 – Relação dos grupos focais realizados: data, duração e localidade.

Grupos Focais	Data e horário do Grupo Focal	Duração do Grupo Focal	Local
Grupo Focal 1	30/01/21 às 10h30	02:09:38	Casa de mel da comunidade
Grupo Focal 2	13/02/21 às 14h30	02:00:56	Terreiro da casa de um dos agricultores familiares sócio
Grupo Focal 3	03/03/21 às 19h	01:48:05	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado em um dos municípios visitados

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Na obtenção dos dados, também foi realizado diário de campo, observação sistemática, registro fotográfico, levantaram-se instrumentos e artefatos de gestão a partir de documentos públicos e privados como atas de assembleias e reuniões, estatutos, jornais, sites, relatórios oficiais, registros pessoais, a fim de coletar informações sobre o objeto pesquisado.

### 3.9 TRATAMENTO, ANÁLISE E TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

A análise de dados desse estudo foi feita à luz dos seus objetivos, tendo como método a análise de dados textuais a partir do *software* IRAMUTEQ e as técnicas de

triangulação de dados. Gil (2006) aponta que nos estudos de caso, a coleta pode vir de dados os mais variados possibilitando envolver diferentes modelos de análise. Todavia, essa análise precisa ser predominantemente qualitativa.

O mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social. Daí, então, a importância a ser conferida ao desenvolvimento de tipologias. Muitas vezes, esses “tipos ideais” são antecipados no planejamento da pesquisa. Outras vezes, porém, emergem ao longo do processo de coleta e análise de dados (GIL, 2006, p.141).

Assim, Creswell (2014) destaca que o processo de análise de dados na pesquisa qualitativa é muito mais do que análises de textos e imagens. “Ele também envolve a organização dos dados, a realização de uma leitura preliminar da base de dados, a codificação e a organização dos temas, a representação dos dados e a formulação de uma interpretação deles” (CRESWELL, 2014, p. 146). Tais passos devem estar interconectados e formar uma espiral de atividades relacionadas à análise e interpretação dos dados coletados.

Na presente pesquisa, os dados foram registrados inicialmente em diários de campo e gravadores. A classificação e organização desses dados foram efetuadas por meio de transcrição das entrevistas gravadas, digitação, elaboração de quadros, apuração e observação de informações obtidas em questões discursivas. Já a análise dos dados qualitativos obtidos no campo por meio das entrevistas e grupos focais foi feita a partir do *software* IRAMUTEQ.

De forma geral, o programa realiza análises a partir da coocorrência das palavras, permitindo que o pesquisador observe elementos do contexto em que essas são empregadas, para então fazer inferências, partindo de aspectos técnicos e teóricos. Para realizar a análise do material, algumas etapas foram necessárias, a primeira dessas sendo a organização das informações em corpus de análises, os quais devem agrupar os textos que abordam um mesmo tema (CAMARGO e JUSTO, 2021). Um corpus é formado por um conjunto de textos, como respostas a uma mesma pergunta ou documentos específicos acerca de um tema, os quais são fragmentados em trechos de mais ou menos três linhas, obedecendo a pontuação, sendo esses pedaços chamados de segmentos de texto. O IRAMUTEQ realiza as análises a partir dos segmentos de texto, analisando as associações das palavras ativas e suplementares.

Esta tese analisou cinco corpus de texto ao total. O primeiro deles é referente às transcrições dos grupos focais ocorridos com os agricultores familiares. Por sua vez, as entrevistas realizadas com gestores das cooperativas singulares foram agrupadas em três corpus, em função da temática das perguntas, tendo em vista que foram realizadas entrevistas semiestruturadas. O último corpus é formado pela transcrição da entrevista com o gestor da CASA APIS, tendo em vista as questões realizadas, bem como a posição que este ocupa na estrutura de organização das cooperativas. Além disso, a divisão das informações levantadas nos cinco corpus possibilita identificar compreensões distintas do objeto investigado por esta tese, visto que agricultores familiares, gestores de singulares e o gestor da Central tem em comum a produção em cooperativa do mel, entretanto, ocupam posições e funções distintas nesse processo, o que permite triangular elementos a partir da fala desses atores.

Tendo em vista os objetivos desta tese, três análises foram realizadas, a saber: nuvem de palavras, análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD). A nuvem de palavras organiza em uma imagem os verbetes ativos do corpus, em função da sua frequência, de modo que as palavras mais frequentes ocupam uma posição central na figura, ao passo que as menos frequentes são representadas em uma fonte menor nas bordas (CAMARGO e JUSTO, 2021).

De acordo com Camargo e Justo (2021), a análise de similitude tem como referência a teoria matemática dos grafos e organiza as palavras em função da coocorrência dessas no corpus. Por esse método, as palavras são agrupadas em comunidades de sentido, as quais se conectam e estabelecem relações entre as informações abordadas no corpus. Por sua vez, a classificação hierárquica descendente (CHD) destaca os agrupamentos naturais das informações, organizando-as em classes de sentido, as quais podem ser formadas por palavras exclusivas ou por palavras que estão relacionadas também a outras classes, podendo se diferenciarem em relação ao contexto em que são empregadas. Cada uma dessas classes apresenta uma ideia, uma percepção ou nuance do objeto abordado pelo corpus, podendo essas serem semelhantes ou mesmo opostas (CAMARGO e JUSTO, 2021).

A CHD ainda adota como referência as palavras ativas presentes nos segmentos de texto, sendo realizadas uma série de testes de associação de quiquadrado ( $X^2$ ) entre essas para estabelecer as classes. A partir do resultado da

CHD, é possível observar os segmentos de texto que formam as classes por meio de dois processos de organização, estes procedimentos são adotados para facilitar a identificação de segmentos com maior probabilidade de serem relevantes para a compreensão das ideias subjacentes as classes. O primeiro processo realiza uma soma dos valores de  $X^2$  atribuídos aos verbetes ativos presentes no segmento de texto, resultado em uma pontuação (*score*), permitindo identificar aqueles com palavras ativas mais associadas a classe. Contudo, este processo de soma de valores do  $X^2$  acaba por criar um efeito de inflação no escore, uma vez que um segmento de texto com apenas uma palavra ativa pode possuir um *score* maior que outro segmento com várias palavras ativas com valores menores (CAMARGO e JUSTO, 2021).

Para evitar esta situação, recomenda-se a utilização do segundo processo de organização dos segmentos de texto disponibilizado pelo software, o qual calcula uma média dos valores de  $X^2$  ( $Mx^2$ ) das palavras ativas presentes nos segmentos. Ao calcular uma média dos valores de  $X^2$  para gerar o escore, pondera-se o efeito de inflação de segmentos com verbetes mais associados, o que muda a ordem em que os segmentos são apresentados, sendo priorizados aqueles com mais verbetes ativos (CAMARGO e JUSTO, 2021). Nesse contexto, é fundamental destacar que as pontuações atribuídas aos segmentos de texto funcionam como guia para pesquisadores identificarem aspectos relevantes para a compreensão das classes. Esta característica da análise é fundamental em análises de corpus com grande volume de informação, que por sua vez pode resultar em classes com um número expressivo de segmentos de texto associados.

É importante pontuar que, por se tratar de um software de análise qualitativa, a expertise do pesquisador no tema, bem como a literatura relacionada ao fenômeno investigado, auxilia na seleção dos segmentos que podem ilustrar aspectos abordados nas classes. O componente humano é fundamental na interpretação dos resultados de análises realizadas por programas, tanto qualitativas quanto quantitativas, visto que um segmento de texto pode ser formado por diversas palavras com pontuação alta, mas representar uma ideia contrária, ou mesmo, a depender do corpus analisado, ser um amontoado de palavras sem nexos. Ao final desta análise, foi utilizada a técnica de triangulação com o objetivo de esclarecer os resultados gerados a partir do IRAMUTEQ e consolidar as questões de pesquisa.

No método de estudo de caso, Eisenhardt (1989) defende que a triangulação de informações, dados e evidências garante confiabilidade e validade aos achados da

pesquisa. Já Zappellini e Feuerschütte (2015) enfatizam que a triangulação é um meio para a compreensão dos dados pelo pesquisador, onde precisa ser analisada a perspectiva teórica e o próprio delineamento de pesquisa no qual é aplicada.

Lima (2020) destaca que “a triangulação dos dados permite que o pesquisador desenvolva linhas convergentes de investigação, aumentando o poder explicativo e de convencimento do argumento construído” (LIMA, 2020, p.121). Esse mesmo autor aponta ainda que a triangulação deve ser feita a partir da análise de múltiplas fontes de evidência e ao mesmo tempo.

Para a construção de evidências e posterior triangulação deste estudo, buscamos os paradigmas e protocolos defendidos por Stake (1995), Spink (2008), Gil (2006) e Creswell (2014). Acerca das fontes de evidências para os estudos de caso, Stake (1995) aponta quatro principais: a primeira delas é a observação que deve estar diretamente relacionada ao problema de pesquisa; a segunda fonte de evidências é a descrição de contextos; já a terceira são as entrevistas, uma vez que os participantes relatam suas próprias observações e a quarta, e última fonte de evidência, é a revisão documental, permitindo análise de documentos relacionados ao fato estudado (STAKE, 1995).

Nessa perspectiva e considerando o campo, realizou-se: a observação sistemática, tendo em mente o problema de pesquisa; a descrição de contextos a partir do diário de campo e *checklist*; as entrevistas individuais e os grupos focais buscando as experiências e vivências dos participantes da pesquisa e, por fim, a análise de documentos, tais como estatutos da Cooperativa central CASA APIS e das singulares COMPAI, COOPASC e MELCOOP, além de atas de reuniões e documentos públicos e privados disponibilizados para a pesquisadora.

A partir desse procedimento e por meio de múltiplas fontes, foi possível realizar o cruzamento das evidências construídas ao longo deste estudo, possibilitando relacioná-las ao fenômeno estudado e, dessa forma, construir o relatório e discussões que geram o resultado da presente pesquisa.

### 3.10 REDAÇÃO DO RELATÓRIO

Em relação a outras pesquisas e considerando o estudo de caso mais flexível que outros estudos, Gil (2006) aponta que a elaboração do relatório possui como característica um grau de formalidade menor. Nesse sentido, Gil (2006) destaca que

atualmente, a tendência é apresentar os relatórios de estudos de caso de maneira a se aproximar dos relatórios de outras pesquisas apresentando problema, metodologia empregada, resultados obtidos e conclusões. Assim, pode-se demonstrar que o estudo de caso é constituído de procedimento científico e não apresenta propósitos literários.

Dessa forma e considerando o procedimento metodológico adotado, apresentamos no próximo capítulo os principais resultados e a discussão acerca do objeto de estudo.

### 3.11 SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS PARA ELABORAÇÃO DA TESE E DE ARTIGOS A PARTIR DE DADOS DA PESQUISA

Com o intuito de demonstrar a estratégia de operacionalização para elaboração da tese e de artigos previstos a partir de dados coletados na pesquisa e planejados conforme quadro 3, elaborou-se o quadro 5 a seguir:

Quadro 7 – Síntese das estratégias para elaboração da tese e de artigos a partir de dados da pesquisa

Objetivos de Pesquisa	Subquestões	Fonte de Dados	Categorias prévias para Análise	Artigos	Tese
1-Characterizar a relação existente entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades familiares que os integram, considerando os distintos espaços de atuação e gestão que se colocam para esse conjunto de EES.	<p>a) Quais as competências e atribuições de cada nível de atuação e gestão?</p> <p>b) Como se relacionam a CASA APIS e as singulares nos temas que são complementares;</p> <p>c) Como se relacionam cada cooperativa singular e as unidades familiares que os compõem, nos temas que são complementares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação sistemática in loco</li> <li>• Diário de campo</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	<p>Relações entre Cooperativa Central, Singulares e unidades familiares</p> <p>Espaços de atuação e gestão em empreendimentos solidários</p>	Artigo 1- Relações entre Cooperativa Central, Singulares e unidades familiares: o caso de empreendimentos solidários no Piauí. (Título provisório)	A GESTÃO SOLIDÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: estudo de Empreendimentos Solidários do Sertão Piauiense.
2-Identificar os mecanismos e competências de gestão utilizados pela central CASA APIS, pelas cooperativas singulares e pelas unidades familiares, na perspectiva dos agricultores familiares;	<p>a) Como acontece a gestão solidária no empreendimento CASA APIS e suas respectivas singulares, na percepção dos agricultores familiares?</p> <p>b) É possível afirmar que há experiência de autogestão econômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação sistemática in loco</li> <li>• Diário de campo</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	<p>Processo de gestão solidária na perspectiva dos agricultores familiares</p> <p>Conceito de autogestão e economia solidária</p>	Artigo 2 - Gestão solidária em Empreendimentos de Economia Solidária: vivência de agricultores familiares do sertão piauiense. (Título provisório)	

	e social no empreendimento estudado?				
3- Averiguar os suportes de atores externos à gestão e governança do sistema estruturado pela CASA APIS, cooperativas singulares e unidades familiares;	<p>a) Quais atores externos estão envolvidos no suporte à CASA APIS?</p> <p>b) Quais atores externos dão suporte às cooperativas singulares?</p> <p>c) Qual atores externos estão envolvidos com as unidades familiares?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de documentos públicos e privados</li> <li>• Entrevistas</li> <li>• Diário de campo</li> </ul>	<p>Desenvolvimento do semiárido piauiense</p> <p>Processo de articulação e mobilização entre os atores sociais estudados</p>	<p>Artigo 3 – Mobilização e articulação de agricultores familiares cooperados: reflexões acerca de empreendimentos solidários do sertão piauiense. (Título provisório)</p>	
4-Contribuir com a formulação de políticas públicas que estimulem a integração entre agricultura familiar e os empreendimentos solidários, em escala municipal, estadual ou federal.	<p>a) Quais são as políticas públicas de economia solidária no Brasil?</p> <p>b) Como as políticas públicas de economia solidária podem contribuir com os empreendimentos e agricultores familiares estudados?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento bibliográfico</li> <li>• Análise de documentos públicos e privados</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	<p>Políticas públicas que estimulem agricultores familiares</p> <p>Políticas públicas que estimulem os empreendimentos solidários</p>	<p>Artigo 4 - Avanços e Desafios na Implementação de Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: uma Revisão Integrativa (Artigo finalizado e submetido)</p>	

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

O Quadro 5 surge da necessidade de uma visão global da tese, a partir dos objetivos propostos e, assim, elaborar as estratégias necessárias para alcançá-los. Nesse quadro também são apresentadas as subquestões que surgem a partir desses objetivos, as fontes de dados necessárias para responder tais questões e, por fim, apresentam-se as categorias prévias para análise desses dados e os títulos (provisórios) dos artigos previstos junto à construção da presente tese.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

#### 4.1.1 Contexto regional e local

O Piauí é um estado no Nordeste brasileiro, com área territorial de 251,8 mil km.<sup>2</sup>, com 224 municípios e população estimada em 3,3 milhões de pessoas em 2020, segundo o IBGE, resultando em uma densidade demográfica estimada de 13,0 habitantes por quilômetro quadrado. O índice de desenvolvimento humano, em 2010, foi de 0,646, praticamente dobrado em 20 anos, porém, o estado figura como vigésimo quarto no ranking do Brasil, empatado com o Pará, tendo índice maior do que Maranhão e Alagoas apenas.

O Estado do Piauí está localizado entre duas zonas de transição, o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Devido a sua localização, o clima do Piauí apresenta dois tipos climáticos: o clima Tropical quente e úmido, que tem influência do ambiente amazônico e o clima Semiárido, que herda características do Sertão Nordestino.

Nesse contexto, apontamos que a região da pesquisa se caracteriza por possuir predominância de clima Semiárido, constituído por sua principal vegetação: a caatinga. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAR), a Caatinga piauiense é bastante rica tanto na diversidade de espécie de animais como de plantas exclusivas desse Bioma. Outro dado importante é que os principais representantes da flora da Caatinga do Piauí (catingueira, o marmeleiro, a jurema preta e branca, a aroeira, dentre outras) são as espécies de floradas onde as abelhas têm se adaptado melhor, dando peso à produção de mel.

O estado do Piauí está dividido em 12 Territórios do Desenvolvimento, apontados no mapa da Imagem 1: Cocais; Carnaubais, Vale do Sambito; Vale do Rio Guaribas; Chapada Vale do Rio Itaim; Vale do Canindé; Serra da Capivara; Chapada das Mangabeiras; Tabuleiros do Alto Parnaíba; Vale dos rios Piauí e Itaueiras; e Entre Rios, sendo este último com o maior número de municípios (31), dentre eles a capital, Teresina. No estado, destacam-se as produções rurais: ovinocaprinocultura, de ovelhas e cabras; apicultura, de mel; fruticultura; cajucultura, de castanhas e de

processamento do fruto de caju; mandiocultura; e agroindústria. A produção de grãos, sendo 50% de soja, é crescente no estado, com previsão de aumento de 9,7% em 2021, em relação ao ano anterior (PEDROSA, 2021).

Os municípios de Picos e Itainópolis estão localizados na porção leste do estado, no Vale do Rio Guaribas. Já Lagoa do Sítio fica um pouco mais ao norte, no Vale do Sambito, e o município de Anísio de Abreu, ao sul, na turística Serra da Capivara. É nesses quatro municípios que se localiza o arranjo produtivo em estudo, a CASA APIS e suas três cooperativas singulares.

No que diz respeito ao mel, o Piauí destaca-se como o terceiro maior produtor do Brasil:

A apicultura piauiense assume grande importância socioeconômica e ecológica haja vista que milhares de famílias estão direta e indiretamente envolvidas nos elos da produção e do processamento na cadeia dos produtos apícolas, ao mesmo tempo em que, por ser uma atividade com características próprias de agricultores familiares, com rentabilidade superior à maioria das atividades agropecuárias exercidas por esses mesmos agricultores, vem cumprindo papel importante na fixação dos homens e mulheres (especialmente dos jovens) no meio rural. Portanto, a atividade apícola desenvolvida no Piauí apresenta-se como um bom exemplo no contexto da multiplicidade de formas de geração de dinâmicas econômicas no meio rural (VILELA, 2000, p. 238).

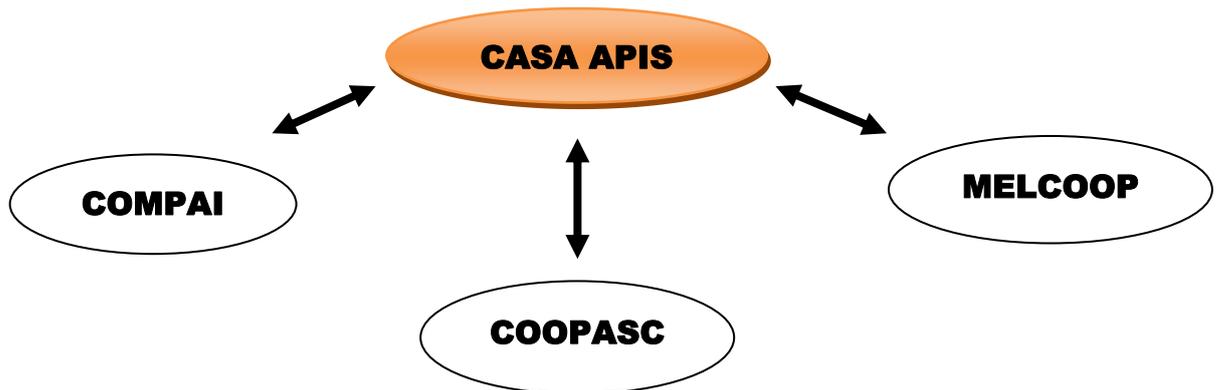
O mel produzido no Piauí tem alcançado os mercados nacional e internacional, colocando o Estado como um grande potencial na produção apícola. Diferentemente da soja, que concentra riquezas nas mãos de poucos, o mel distribui renda para centenas de famílias de produtores rurais, tal fato aponta o lado social deste produto. De acordo com a Federação de Apicultura, o Piauí possui cerca de 20 mil famílias produzindo mel e a apicultura está em praticamente todas as regiões do Estado.

#### 4.1.2 A Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS) e suas Cooperativas Singulares (COMPAI, COOPASC e MELCOOP)

A CASA APIS é um EES composto por três Cooperativas Singulares: Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores de Itainópolis - Piauí, COMPAI; Cooperativa dos Apicultores e Produtores Rurais do Território Serra da Capivara, COOPASC e Cooperativa dos Apicultores do Piauí, MELCOOP. Um total de 58 comunidades distribuídas em 30 municípios, pertencentes ao Estado do Piauí, fazem

parte do EES. Este empreendimento, no ano de 2021, contava com 805 cooperados trabalhando na cadeia produtiva do mel e com atuação no mercado nacional e internacional.

Figura 9 – Sistema de empreendimentos solidários contemplando a CASA APIS e suas respectivas cooperativas singulares



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A Central de Cooperativas CASA APIS, localizada no distrito industrial do município de Picos, foi fundada em 2 de junho de 2005 como uma proposta inovadora de organização social, envolvendo agricultores familiares. A central de cooperativas foi estruturada e constituída no âmbito do PROMEL – Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel, que tem como base a atuação em cadeias produtivas envolvendo populações pobres. A CASA APIS, de acordo com o seu estatuto, pode admitir como sócias cooperativas organizadas no segmento da produção, industrialização e comercialização de produtos da abelha e derivados, com as quais mantenha operações constantes de produtos ou serviços. A área de ação, para efeito de admissão de filiadas, abrange os estados da região Nordeste.

A Cooperativa Singular COMPAI está sediada em Itainópolis-PI, mas sua área de atuação abrange todas as comunidades que formam esse município. Essa singular foi instituída, após assembleia geral de fundação, em 5 de junho de 1994. Distingue-se por ser a mais antiga, sendo fundada bem antes da Central CASA APIS. Atualmente, a COMPAI possui 59 cooperados, sendo 57 homens e 2 mulheres. Atuante em duas comunidades, insere-se em quatro municípios e possui duas casas de mel. A COMPAI se destaca também por ser a primeira cooperativa singular a possuir uma mulher no seu corpo de gestão.

Já a COOPASC foi constituída em 12 de maio de 2007. Essa cooperativa singular possui sede em Anísio de Abreu - PI, mas, para efeito de admissão de cooperados, abrange todos os municípios que compõem o Território Serra da Capivara. Atualmente é formada por 67 cooperados, sendo 61 homens e 6 mulheres. A COOPASC está presente em 19 comunidades, distribuídas em quatro municípios e possui duas casas de mel.

A Cooperativa singular MELCOOP se destaca por ser a maior cooperativa singular, dentre as três singulares estudadas. Com sede administrativa no município de Picos - PI, foi constituída em 16 de janeiro de 2009 e, para efeito de admissão de cooperados, abrange todo o Nordeste do país. Atualmente, essa singular possui 679 cooperados, sendo 560 homens e 119 mulheres. A MELCOOP atua em 37 comunidades, distribuídas por 22 municípios, e possui 21 casas de mel.

Dessa forma, a Central CASA APIS e suas três cooperativas singulares, dentro de uma lógica de crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento socioambiental, fomentam a agricultura familiar no Estado do Piauí. Tais empreendimentos são responsáveis pela evolução da cadeia produtiva do mel, com atuação direta nas comunidades de agricultores familiares.

A Central de Cooperativas Apícola, CASA APIS, é responsável por processar e comercializar a produção total de mel das cooperativas singulares COMPAI, COOPASC e MELCOOP. A unidade industrial possui área construída de 1.492 m.<sup>2</sup> e produz aproximadamente 1.500 toneladas de mel por ano, em condições climáticas favoráveis. A instituição prega, entre seus associados, a importância do cuidado com o meio ambiente como um modo de vida nas comunidades e nas organizações envolvidas.

Figura 10 – Unidade agroindustrial da Central CASA APIS em 2021.



Fonte: CASA APIS, 2021.

Já as cooperativas singulares, em suas respectivas comunidades, proporcionam organização em torno do trabalho coletivo dos agricultores familiares associados. Essas singulares possuem casas de processamento de mel, situadas nas comunidades rurais envolvidas e são responsáveis por receber, centrifugar e filtrar o mel diretamente dos apicultores.

Nesse sentido, essas cooperativas singulares têm o papel de unir as famílias de agricultores para ir a campo e realizar a coleta e beneficiamento prévio do mel nas próprias comunidades. É importante destacar que os agricultores familiares são capacitados pelas cooperativas com ferramentas de aprimoramento para a condução segura e sustentável dessa coleta, considerando também os padrões e exigências do mercado internacional.

Figura 11 – Representação da Sede das Cooperativas Singulares da CASA APIS e quantidades de cooperados em 2021.



Fonte: CASA APIS, 2021.

A estrutura física desse arranjo comporta atualmente 25 casas de processamento de mel certificadas, com a finalidade de receber, centrifugar e filtrar o mel diretamente dos apicultores. Todas essas casas estão localizadas em comunidades rurais e são distribuídas estrategicamente nas 58 comunidades que fazem parte do empreendimento estudado. O arranjo possui ainda 840 apiários e 44.601 colmeias, todos certificados.

No tocante ao processo de Controle de Qualidade e Certificação que o mel da CASA APIS possui, destacamos as seguintes certificações: certificação de produto Orgânico, SIF (Serviço de Inspeção Federal) para exportação, Certificação orgânica: Estados Unidos, Europa e Brasil, *Fair Trade* – Comércio Justo, *True Source* – Fonte Verdadeira (Válida apenas para o mercado americano), *NON GMO Project* (Livre de organismos geneticamente modificados). O processo de busca e manutenção das certificações é de extrema importância para os empreendimentos estudados, pois visa garantir a origem orgânica e pureza do mel piauiense, aumentando assim a capacidade de venda tanto no mercado nacional como internacional.

O mel fracionado proveniente dos agricultores familiares sócios da CASA APIS (produto acabado e envasado) é vendido nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Já o mel in natura (em barril de 280 kg) é exportado principalmente

para os Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França e Reino Unido.

#### 4.1.3 Os processos de gestão na CASA APIS e Cooperativas Singulares

Por meio da análise documental, destaca-se que a Central CASA APIS é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, constituída na forma de central cooperativista, contando atualmente com três cooperativas singulares de produção do setor apícola. A CASA APIS atua no segmento da produção, industrialização e comercialização de produtos da abelha e derivados, regendo-se pelo seu respectivo estatuto, regimento interno, decisões de assembleias e demais órgãos de gestão, bem como pelas disposições legais em vigor.

Já suas três cooperativas singulares COMPAI, COOPASC e MELCOOP são sociedades simples de direito privado regidas pelo Código Civil, artigos 1093 a 1096 e pela Lei N.º 5.764 (BRASIL, 1971), além da legislação complementar, pelas diretrizes da autogestão e pelos seus respectivos estatutos.

Figura 12 – Representação da organização dos órgãos de gestão da CASA APIS em 2021.



Fonte: CASA APIS, 2021.

De acordo com o estatuto, a Assembleia Geral é o órgão máximo da CASA APIS, cujas deliberações vinculam todas as suas singulares. Essa assembleia é presidida pelo Diretor Geral da Central e é composta por membros cooperados de cada uma das suas filiadas. Esses membros constituintes são indicados nas assembleias gerais das filiadas.

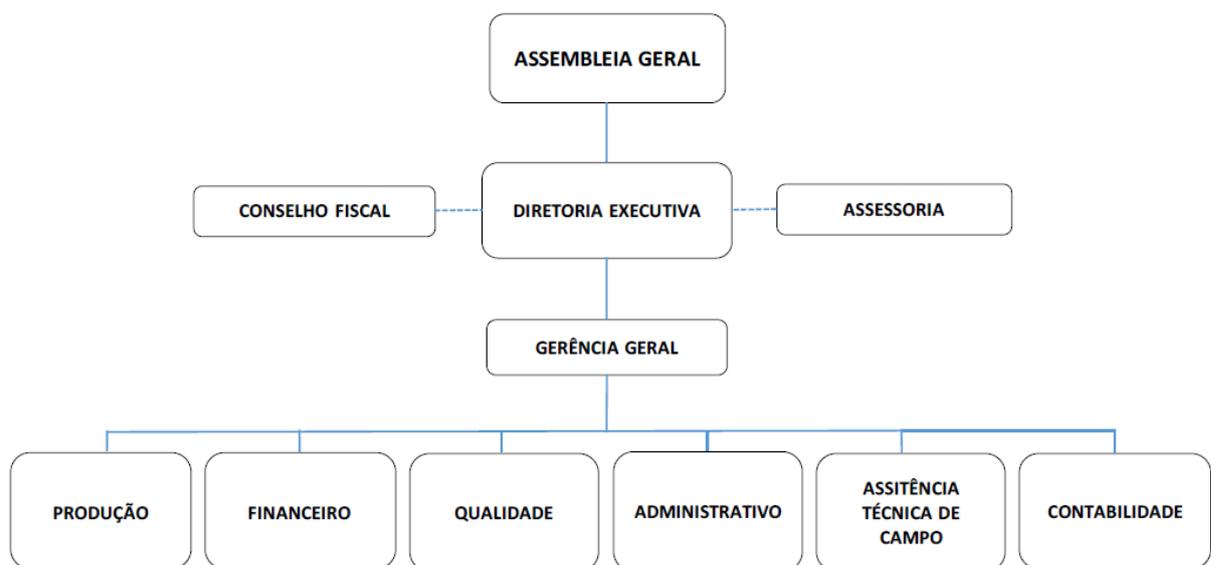
Esta assembleia, de caráter ordinário ou extraordinário, é presidida pelo Diretor Geral da CASA APIS e deve ser convocada com antecedência mínima de dez dias, sendo os seus trabalhos dirigidos também pelo Diretor Geral. De acordo com o estatuto, cada integrante, oficialmente indicado pela cooperativa singular, tem direito a um voto na assembleia geral, não sendo permitido o voto por procuração.

A central CASA APIS possui ainda como órgãos de gestão a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. O primeiro, de acordo com o estatuto, é composto por um diretor geral e um diretor de produção apícola de cada cooperativa singular filiada, eleitos para mandato de quatro anos. As decisões da diretoria executiva serão tomadas com a aprovação da maioria. Já o segundo órgão de gestão, o Conselho Fiscal, tem como

função fiscalizar de forma assídua e minuciosa a administração da CASA APIS. O Conselho é constituído de três membros efetivos e de três suplentes, todos sócios das filiadas, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas um terço (1/3) dos seus componentes.

Considerando os três órgãos de gestão, destacamos ainda que, atualmente, a Assembleia Geral da CASA APIS é formada por 37 membros, sendo que 10 cooperados representam a COMPAI, 17 representam a MELCOOP e 10 sócios representam a COOPASC. Já a Diretoria Executiva é formada por 2 sócios da MELCOOP, 1 sócio da COMPAI e, por fim, 1 sócio da COOPASC. E, o Conselho Fiscal é formado por 2 sócios da MELCOOP, 2 da COMPAI e 2 da COOPASC.

Figura 13 – Organograma administrativo da CASA APIS em 2021.



Fonte: CASA APIS, 2021.

A gestão da CASA APIS atualmente é composta por Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria executiva, Assessoria, Gerência Geral. Conta também com setor de produção, setor financeiro, setor de qualidade, setor administrativo, assistência técnica e setor de contabilidade. Todos esses setores, além de atender as necessidades da CASA APIS, também ficam à disposição das cooperativas singulares como forma de suporte e apoio às singulares.

Figura 14 – Representação do fluxograma operacional da CASA APIS e suas cooperativas singulares em 2021.



Fonte: CASA APIS, 2021.

A Central de cooperativas CASA APIS, é responsável por receber, processar e comercializar a produção total de mel das suas três cooperativas singulares: COMPAI, COOPASC e MELCOOP. Dessa forma, as cooperativas singulares possuem o papel de organizar o trabalho coletivo dos agricultores familiares associados a estas singulares. Contudo, destacamos que o processo de trabalho entre central e singulares deve acontecer de forma integrada.

Assim, destacamos que, de modo geral, o início desse trabalho acontece no apiário com a instalação das caixas de mel pelos agricultores familiares. Após esse passo, a CASA APIS envia à casa de mel os vasilhames que serão usados para transportar o mel até a central. Quando o mel está “maduro”, no ponto de ser extraído das melgueiras, os agricultores familiares o transportam até a casa de mel, onde o produto será extraído, processado e colocados em vasilhames adequados para serem transportados até a central. O transporte dos baldes de mel é feito por caminhões da singular ou da central, dependendo da quantidade de mel coletado na comunidade.

Chegando à agroindústria, esse produto é processado e beneficiado, além de passar pelo controle de qualidade. Posteriormente, o mel é envasado em barris de 280 kg para ser vendido e transportado até o porto de Pecém, na região metropolitana de Fortaleza (CE), seguindo dali até o país comprador. O produto destinado ao

mercado interno é envasado em embalagens adequadas e de pesos variados, seguindo até os pontos comerciais até chegar ao consumidor final.

Figura 15 – Produtos comercializados pela CASA APIS em 2021: mercado externo (a) e interno (b)



(a)

(b)

Fonte: CASA APIS, 2021.

Os produtos comercializados pela CASA APIS possuem dois destinos: mercado externo e mercado interno. Os produtos que são comercializados para o mercado externo saem da central em barris de 280 kg para compor os contêineres de destino internacional. Já os produtos destinados ao mercado interno, seguem em embalagens de plástico de 1,4 kg, 470g, 340g, 270g e potes de vidro de 450g e 300g, todos envasados pela agroindústria da central CASA APIS.

#### 4.1.4 Políticas públicas acessadas

As políticas públicas são vistas por diversos estudiosos como conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos tanto nacionais como estaduais e/ou municipais, com o propósito de assegurar direitos previstos na Constituição. Contudo, a formulação dessas políticas públicas “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real’ (SOUZA, 2006, p. 26).

Como resultado da análise documental e entrevistas, apontamos abaixo as principais políticas públicas acessadas pelo Empreendimento CASA APIS e suas três cooperativas singulares:

a) “Territórios da Cidadania”

Criado em 2008, consiste em um Programa do Governo Federal, que teve como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. No caso, o território comporta 39 municípios no Piauí (BEZERRA, 2015).

b) PROME

O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Mel, do governo federal, visou o fomento a negócios solidários em cadeia produtiva de apicultura com base na criação da CASA APIS. Foi a principal política que originou a criação do Arranjo Produtivo Local (APL) em Picos - PI, em 2005. Tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico nas áreas rurais e de maior vulnerabilidade;

c) Política Estadual de Fomento à Economia Solidária

De acordo com a Lei estadual nº 6.057/2011: “a promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias e convênios com a iniciativa privada” (PIAUI, 2011, p. 39), instituída no programa “Viva Semiárido”.

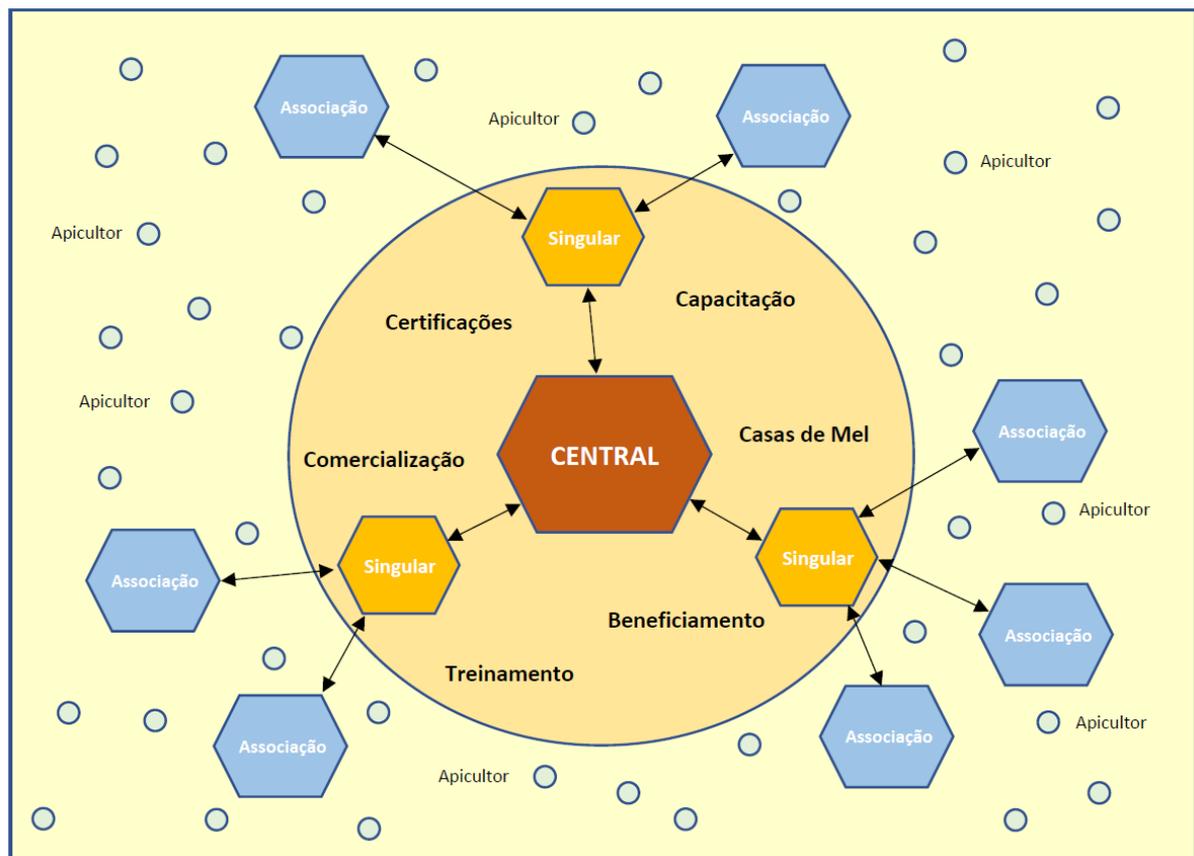
#### 4.1.5 O cotidiano e os microlugares na gestão da central CASA APIS, cooperativas singulares e unidades familiares

De acordo com Spink (2008) o cotidiano é complexo, particular, denso e formado por milhares de microlugares. “Os microlugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim” (SPINK, 2008, p.71).

Para este autor os processos sociais e identitários também são produtos e produtores dos microlugares. Estes são formados por “nós, eles, temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos” (SPINK, 2008, p.71). O autor argumenta ainda a importância de valorizar o cotidiano das pessoas e reconhecer que todos nós, independentemente de onde estamos e quem somos, temos um cotidiano; dia este formado de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em microlugares.

Considerando Spink (2008), buscou-se representar a partir da figura 16 os mecanismos e competências de gestão utilizados pela central CASA APIS, pelas cooperativas singulares e pelas unidades familiares a partir da triangulação dos dados alcançados neste estudo.

Figura 16 – Representação dos microlugares e relações envolvendo a Central CASA APIS, Cooperativas Singulares e Agricultores familiares estudados.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Considerando o diário de campo e o cotidiano dos agricultores familiares estudados apontamos, de modo geral, os principais mecanismos e competências que envolvem a atividade de gestão dos empreendimentos estudados. Para isso consideramos ainda os fragmentos corriqueiros dos microlugares defendido por Spink (2008):

**a) Agricultores e famílias:**

- Escolha do local para instalação do apiário;
- Montagem das melgueiras (caixas de mel);

- Organização dos grupos de trabalho para execução das atividades no apiário;
- Retirada das melgueiras do apiário com destino às casas de mel;
- Transporte das melgueiras até as casas de mel;
- Processamento do mel realizado nas casas de mel da comunidade;
- Organização dos baldes de mel, carregamento do caminhão e transporte até a central de cooperativas.

**b) Cooperativa Singular:**

- Organização em torno do trabalho dos agricultores familiares: calendário de uso da casa de mel, proporcionando a utilização dos equipamentos comuns por todos os sócios; além de assegurar o cumprimento dos protocolos de segurança e higiene por todos os agricultores durante o uso da casa de mel e beneficiamento do produto;
- Comunicação direta com a CASA APIS para tratar de materiais necessários ao beneficiamento do produto nas comunidades, transporte e questões financeiras;
- Desempenha o papel de unir as famílias para ir a campo;
- Participa e compõe a equipe de trabalho nos apiários e casas de mel;
- Responsável por treinamento e capacitação de agricultores familiares;
- Leva para a central de cooperativas demandas das comunidades e associados;
- Disponibiliza caminhão para transporte das melgueiras do apiário às casas de mel e, após beneficiamento prévio, transporte dos baldes de mel das casas de mel para a cooperativa central;

**c) Cooperativa Central:**

- Prega a importância do cuidado com o meio ambiente como um modo de vida nas comunidades e organizações;
- Capacita os agricultores familiares para condução segura e sustentável da coleta de mel, considerando os padrões e exigências do mercado internacional;
- Recebe, processa e comercializa para o mercado interno e externo o mel produzido pelos agricultores familiares;
- Disponibiliza materiais (baldes para armazenamento e transporte do mel, indumentárias e demais materiais necessários para o exercício da apicultura);
- Busca por parcerias e projetos em benefício do cooperativismo, apicultura e agricultores familiares;

- Busca por certificações e constante boas práticas de fabricação, tendo em vista assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos produtos;
- Responsável por treinamentos, capacitações e certificações que envolvam e beneficiem os agricultores familiares sócios e produtos oriundos da apicultura.

## 4.2 ANÁLISE DOS GRUPOS FOCALIS E ENTREVISTAS

Os resultados desta seção serão divididos em duas subseções, a primeira com o resultado das análises dos grupos focais realizados em Itainópolis, Anísio de Abreu e Lagoa do Sítio, no Estado do Piauí. Por sua vez, a segunda subseção apresenta os resultados das análises conduzidas nas entrevistas com os gestores da Central de Cooperativas Apícola do Semi-Árido Brasileiro, CASA APIS e das Cooperativas Singulares: Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores de Itainópolis - Piauí, COMPAI; Cooperativa dos Apicultores e Produtores Rurais do Território Serra da Capivara, COOPASC e Cooperativa dos Apicultores do Piauí, MELCOOP. As especificidades serão apresentadas de maneira detalhada em cada uma das subseções.

### 4.2.1 Análise dos grupos focais com agricultores familiares de Itainópolis, Anísio de Abreu e Lagoa do Sítio

Como dito anteriormente, foram realizados três grupos focais com produtores de mel ligados a cooperativas do interior do estado do Piauí. Cada transcrição do grupo focal foi considerada como um texto, sendo então o corpus formado por três textos, com 40.404 ocorrências, sendo 3.943 formas, das quais 48,29% eram hápax (palavras que aparecem apenas uma vez no corpus). Inicialmente, foi realizada uma análise de nuvem de palavras, cujo resultado pode ser observado na Figura 17.



coocorrência das palavras dentro dos segmentos de texto analisados. Dessa forma, para interpretar a análise de similitude é preciso estabelecer o sentido das comunidades, conectados esses, para então realizar inferências acerca dos resultados.

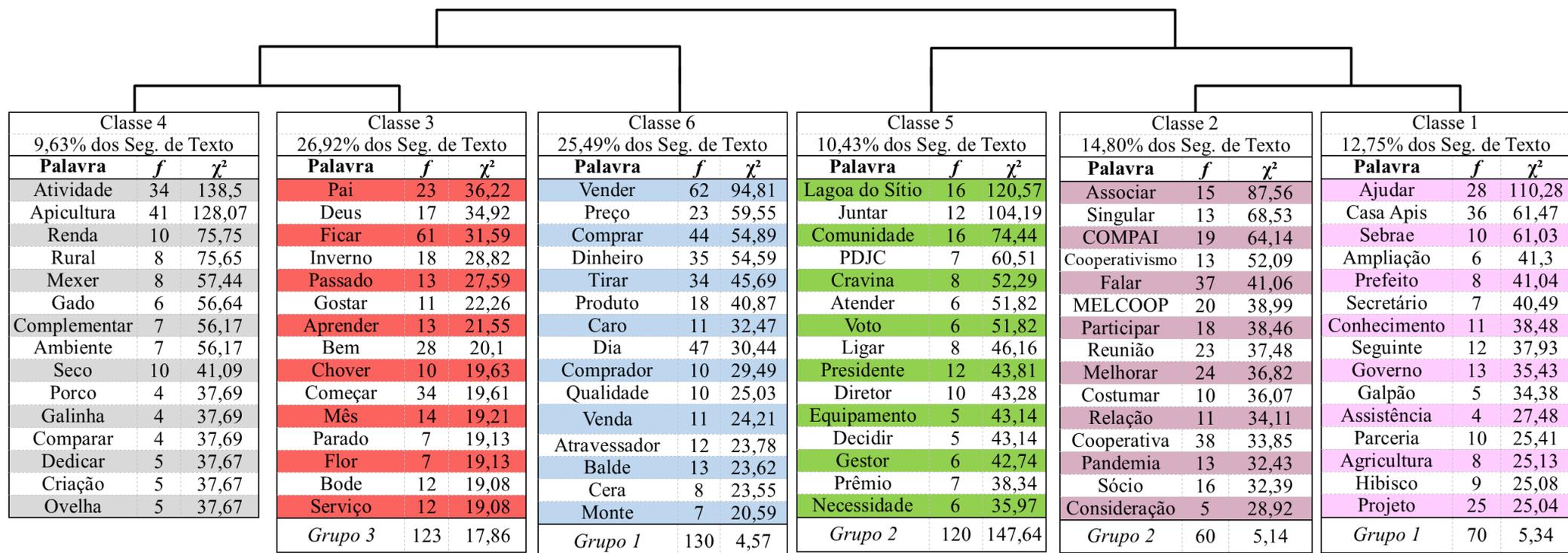
Por conta do volume do corpus, a análise de similitude com todas as palavras ativas não se mostrou uma alternativa viável, como pode ser observado no Apêndice E. As comunidades são formadas por um número expressivo de palavras, a ponto de não permitir a leitura dos termos e identificar as conexões entre esses. Por conta disso, optou-se por refazer a análise de similitude, considerando apenas as palavras com frequência igual ou superior a 20. O resultado pode ser observado na Figura 18.



Com base nas palavras que formam cada uma dessas comunidades, bem como as ligações estabelecidas entre elas, é possível inferir que a produção de mel ligada à economia solidária por parte dos participantes do grupo focal, é apontada como sendo o melhor jeito para a produção. Além disso, o apoio das singulares viabiliza a produção, ao passo que a cooperativa é descrita como sendo importante para a produção de mel, além de ser algo positivo e que demanda ações governamentais. A partir da relação entre as comunidades “mel” e “dar” é possível observar o suporte recebido pelos participantes para a viabilização da produção, seja por meio de cursos, suporte de outros membros da família ou mesmo apoio de outras instituições, como a prefeitura. A relação entre “mel”, “dizer” e “trabalho” permite inferir que alguns participantes começaram a trabalhar com a apicultura por meio da associação, por incentivo de pessoas próximas como o pai. Além disso, é possível identificar a presença de apoio financeiro, bem como aspectos relacionados a organização das relações institucionais da cooperativa, como a tomada de decisão em reuniões e contato com bancos e políticos.

Buscando aprofundar esses aspectos, optou-se por realizar uma classificação hierárquica descendente (CHD). Por meio dessa análise é possível identificar temas mais específicos dentro do corpus, bem como estabelecer relações entre esses, podendo ser compreendidos como quadros perceptivos-cognitivos acerca do objeto investigado. Para a CHD foram considerados 95,41% dos segmentos de texto do corpus, satisfazendo os parâmetros estabelecidos pela literatura de que essa retenção deve ser de no mínimo 75% (CAMARGO e JUSTO, 2021). Na Figura 19 é possível observar o dendrograma de classes, bem como a divisão que o corpus sofreu até a criação das classes.

Figura 19 – Dendrograma de classes do corpus grupo focal

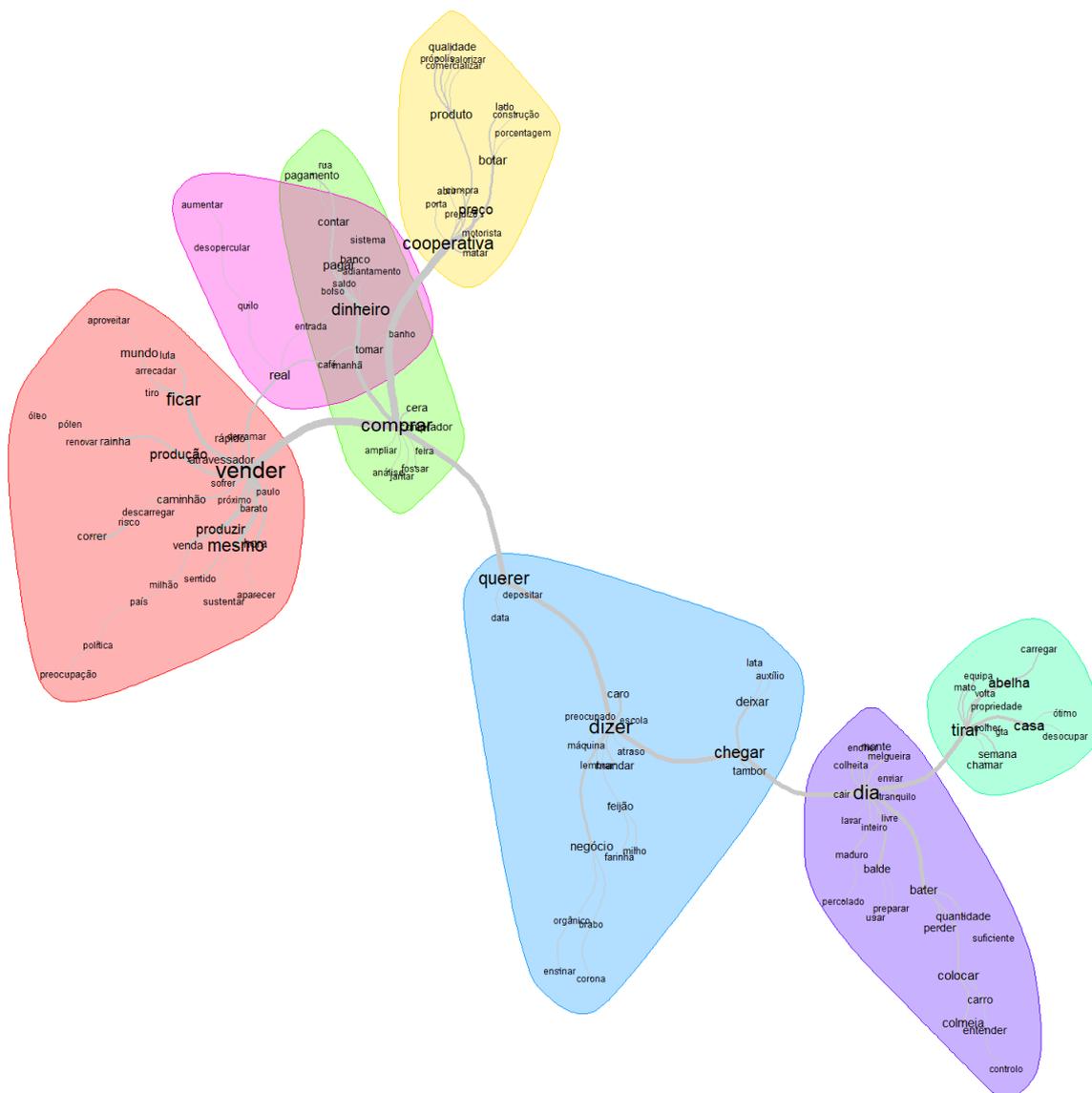


Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Inicialmente o corpus passa por uma divisão gerando dois blocos de texto. O primeiro bloco se divide em Classe 6 e em um novo bloco de texto, que por sua vez se divide nas Classes 4 e 3. O segundo bloco inicial se divide em Classe 5 e em um outro bloco de texto, que por sua vez se divide nas Classes 2 e 1. Visando compreender a ideia subjacente a cada uma das classes, será realizada uma análise de similitude individual, bem como a extração de segmentos de texto típicos a partir da média dos valores de qui-quadrado das formas ativas no segmento.

O primeiro bloco de texto separado na análise passa por uma primeira divisão, gerando inicialmente a Classe 6, a qual abarca 25,5% dos segmentos de texto retidos pela CHD. As palavras associadas a essa classe estão relacionadas ao mercado do mel, bem como ao processo de compra e venda e os atravessadores. Na Figura 20, é possível observar o resultado da análise de similitude para esta classe, na qual as comunidades “vender” e “comprar” se conectam, dando destaque ao processo de produção do mel, bem como dos investimentos necessários para tanto. Além disso, a partir da relação com a comunidade “cooperativa”, é possível identificar o processo de estabelecimento de preço, bem como uma maior busca na qualidade do produto. Além disso, a comunidade “dizer”, ligada à comunidade “dia” e à comunidade “tirar”, permite apontar o processo de trabalho de retirada do mel para posterior venda.

Figura 20 – Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 6.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

As percepções levantadas pela análise de similitude podem ser identificadas em segmentos de texto típicos associados a essa classe. Em segmentos como “(...) hoje, não. Principalmente, se for para nós só. Já sabe onde **vender** o **mel**, sabe onde **comprar** a **cera**. Aí, tem uma importância muito boa para todos nós” ( $M\chi^2 = 86,35$ ) e “(...) quando a gente tinha muito **mel** eles **colocavam** o **preço** lá embaixo e a gente **vendia** porque não tinha para quem **vender** aquele tanto de **mel**” ( $M\chi^2 = 85,41$ ) é possível identificar o conhecimento adquirido pelos participantes a partir da experiência na cooperativa. Além disso, o mercado ao redor do mel permite uma

maior circulação da renda na comunidade, como pode ser observado em segmentos como “(...) através da **venda de mel**, não é todo **mundo** que é apicultor, mas o **dinheiro** acaba que passando na mão de todos. Então, alavanca a economia do município” ( $M\chi^2 = 63,57$ ) e “(...) eu acho que não é só para **comprar mel**, é para **comprar** milho, é para **comprar** feijão em épocas diferentes. A cooperativa não é só de **mel**, a cooperativa boa é uma cooperativa do povo” ( $M\chi^2 = 49,70$ ). Através deste último segmento de texto e considerando o diário de campo, pode-se inferir que alguns agricultores familiares consideram a possibilidade da cooperativa singular vender também outros produtos, tais como milho, feijão e, dessa forma, os agricultores familiares se mantêm da cooperativa o ano todo, já que tal fato não é possível com a apicultura que possui um período de ‘entressafra’ longo.

No segmento abaixo “(...) a equipe vai para o mato, traz as **melgueiras**; chegando, tira, toma um banho e entra todo mundo e vai tirar o **mel**. Um **dia** um grupo; outro **dia**, o outro. É revezado com cada apicultor. Aqui todo mundo é uma família só” ( $M\chi^2 = 55,93$ ), é possível perceber que o trabalho coletivo em torno do mel tem fortalecido as relações de reciprocidade entre os agricultores familiares sócios da cooperativa singular. Dessa forma, pode-se inferir que tal fator potencializa a produção de mel no Estado do Piauí.

A organização em cooperativas facilitou a venda do mel, evitando atravessadores, segmentos como em: “(...) e conseguimos esse laço entre nós e CASA APIS, e só temos a melhorar. Agora não **vendemos mel** para atravessador, **vendemos** diretamente para CASA APIS e melhorou demais nesse **sentido**. Antes você **produzia** e não sabia para quem **vender**, hoje não” ( $M\chi^2 = 61,42$ ) e em “(...) porque eu já tenho visto o pessoal pelejando com um baldinho de **mel** ali nas calçadas, pelejando para **vender**, do **mesmo** jeito que **farinha**, de primeiro achava quem **comprava**. Aí, depois que transformou em CASA APIS, aí **negócio** mudou” ( $M\chi^2 = 57,63$ ) demonstram isso. É válido ressaltar que esta classe apresenta associação estatisticamente significativa com o grupo focal 1 ( $\chi^2 = 4,57$ ;  $p = 0,03$ ).

Após a Classe 6, o restante do conjunto de segmentos de texto se divide nas classes 4 e 3. Em relação à Classe 4, agrupa 9,6% dos segmentos de texto, e as palavras associadas a ela permitem pensar que os participantes compreendem a apicultura como fonte de renda importante, mas mantêm outras atividades agrícolas em paralelo. Na Figura 21, é possível observar o resultado da análise de similitude



Observando os segmentos de texto típicos da classe, essa percepção é corroborada. Em segmentos como “(...) das outras **atividades**, todo mundo já fez **cultura**. É **plantar**, é **criar um animal**. A **apicultura** foi **nova**. Teve muita gente que teve dificuldade para mudar para **apicultura**” ( $M\chi^2 = 58,86$ ) e “(...) ela [apicultura] ajuda muito no dia a dia a fortalecer a nossa condição financeira e é até uma **atividade** que ajuda muito a gente **preservar o meio ambiente**” ( $M\chi^2 = 57,49$ ), a entrada na apicultura foi uma atividade desafiadora para os agricultores familiares em estudo, visto que tal atividade demanda ações contrárias àquelas que esses agricultores já praticavam ao longo da vida no campo. Além disso, a percepção de que a apicultura não é a única atividade desenvolvida pelos participantes pode ser vista em “(...) é bem menos de que as **roças plantadas**. **Viver só da atividade da apicultura** é só para quem pode se **dedicar**. Exatamente. E tem que se **dedicar 100% a ela**” ( $M\chi^2 = 66,72$ ) e “(...) mas seria **interessante viver só da apicultura?** Sim, por um lado sim, porque você iria trabalhar de maneiras mais **lucrativas** e menos ofensiva ao mel **ambiente**, então, nesse **sentido**, sim. Mais folgado com aquela **atividade**” ( $M\chi^2 = 53,07$ ). Essas múltiplas atividades são atribuídas, em certa medida, às condições climáticas características da região semiárida do nordeste brasileiro e que demandam essa diversidade para garantir renda. Essa percepção é encontrada em segmentos como “(...) tem que ter algo para produzir, que você **planta** e ter alguém para cultivar, colher, produzir, para você vender e ter um negócio, **criar galinha, porco**, para tentar **ganhar dinheiro**. É a **atividade rural**” ( $M\chi^2 = 47,99$ ) e “(...) a pessoa que **vive lá no meio rural mesmo ele não dá para viver só com uma atividade única**. Eu digo que o cara que **mora lá na roça**, se ele não **criar galinha**, não **criar a ovelha** (...)” ( $M\chi^2 = 43,18$ ).

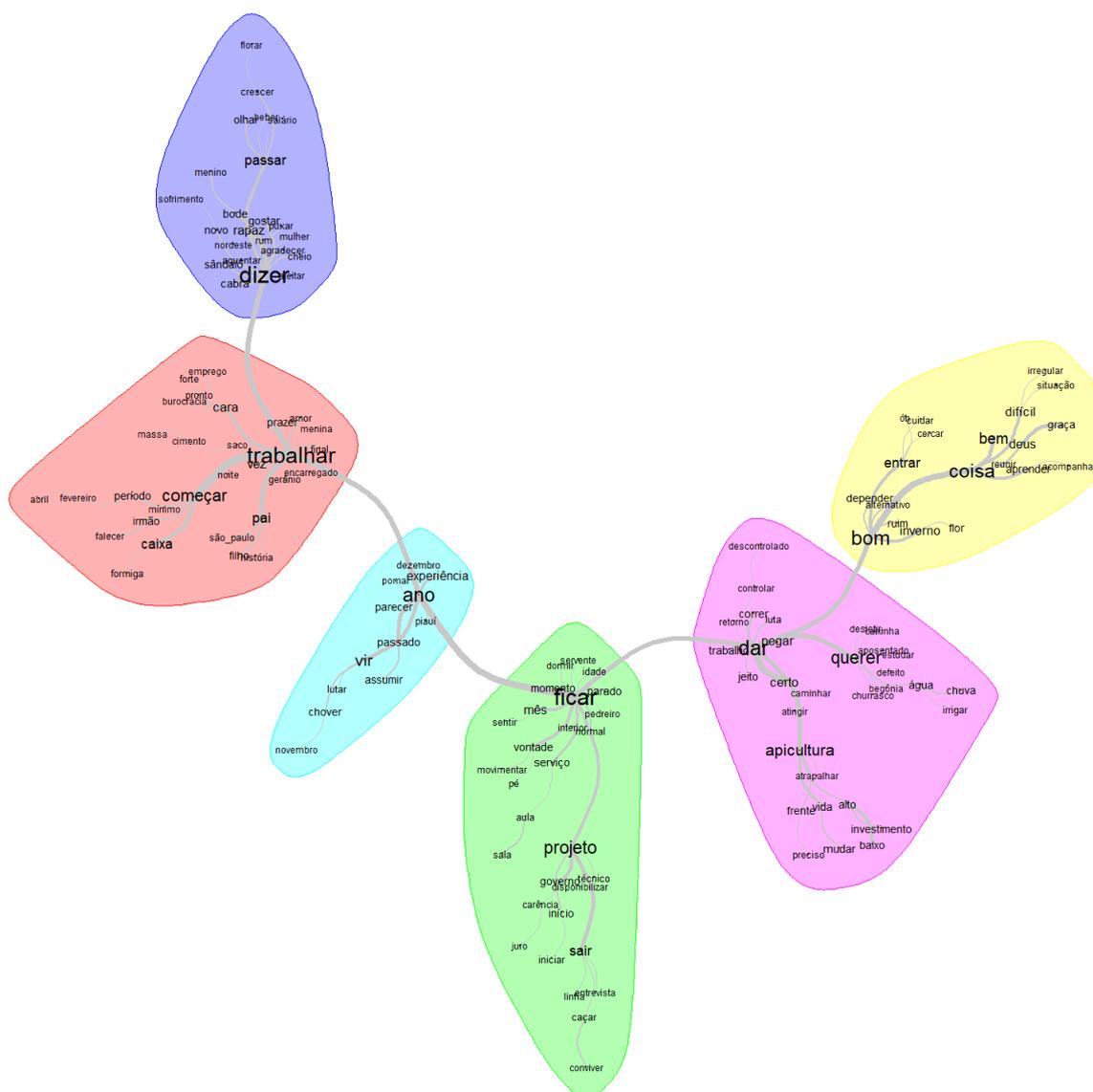
Além disso, os segmentos destacam a ideia de que a apicultura tem um processo de trabalho com tempos marcados, como visto em “(...) corre por outro e **termina** deixando a desejar a **apicultura**, porque a **apicultura** tem os tempos certo, se não fizer os manejos no tempo certo você **perde a produção**” ( $M\chi^2 = 57,70$ ) e “em prol disso, a gente se **dedica a apicultura** e estamos muito satisfeitos com os **resultados**, apesar de que vivenciar a **apicultura** hoje em dia ficou mais difícil ainda do que estava antes, não tanto por **conta das abelhas**” ( $M\chi^2 = 42,50$ ).

Considerando os segmentos de textos acima e o diário de campo elaborado ao longo do estudo, podemos destacar que mesmo havendo a necessidade de

desenvolver outras atividades agrícolas no período de entressafra do mel, os agricultores familiares se mostram satisfeitos com os resultados que a apicultura tem proporcionado aos participantes do grupo focal. Contudo, vale destacar que a atividade exige do apicultor conhecimento específico e aprofundado acerca da atividade. Dessa forma, observa-se a importância da Cooperativa Central CASA APIS juntamente com as Cooperativas Singulares estarem ofertando, de forma contínua e considerando as necessidades dos agricultores familiares, cursos que envolvam as diversas áreas da atividade apícola, assegurando assim atualização e capacitação dos sócios das cooperativas.

Por sua vez, a Classe 3 agrega 26,9% dos segmentos de texto retidos pela CHD, e as palavras associadas a ela abordam o início da atividade apícola por parte dos participantes, bem como as experiências adquiridas com o desenvolvimento dessa atividade. Na Figura 22, é possível observar o resultado da análise de similitude para esta classe, na qual se observa uma organização linear das comunidades, uma vez que as comunidades se ligam apenas à comunidade anterior e posterior a ela. A partir da relação entre as comunidades “dizer”, “trabalhar” e “ano” é possível inferir como foi o início do trabalho na apicultura, bem como as experiências adquiridas com os anos de trabalho. Além disso, é possível perceber a partir da relação “ficar”, “dar” e “bom” outras atividades que eram ou ainda são desenvolvidas pelos participantes antes ou concomitante à apicultura. Aparecem nessa classe ainda questões relacionadas à produção de mel, tais como os efeitos das estações do ano, o processo de armazenamento e transporte.

Figura 22 – Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 3.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto típicos desta classe reforçam essa percepção. Em segmentos como “(...) *tem uns aqui que **trabalham**. Ali o, que é o **pai** da área que ele **trabalha**, tem o grupo dele que sempre **trabalha** lá junto, né?! Lá em casa, temos o nosso grupo que sempre está ajudando a colheita dali*” ( $M\chi^2 = 26,63$ ) e “(...) **ficou** 25 **caixas** aqui, mas tudo é dele. Ele me ajuda muito ainda. Eu tenho exemplo na minha própria família. Quando nós **começamos**, foi só eu e meu **pai** que **começamos** na **apicultura**” ( $M\chi^2 = 17,28$ ) é possível observar a influência dos pais dos participantes para o início na apicultura. Esse elemento familiar também é observado em atividades

desenvolvidas em pequenos grupos, como visto em segmentos como: “(...) *famílias ou aqueles vizinhos mais próximos que lidam com o mesmo **serviço** e aquela função, vamos **ficar** hoje mesmo, ou, antes, faz aquele grupo de família ou os amigos mais próximos, porque ali tem aquele grupo que sempre **trabalha***” ( $M\chi^2 = 22,60$ ).

Além disso, aspectos relacionados à produção do mel são vistos nos segmentos de texto, como o efeito do inverno: “(...) *é como lá se **diz**, um **período** mais extenso. Porque, aqui, como o **inverno** é um **período bem** curtinho, é três, quatro **meses**, aí **fica difícil***” ( $M\chi^2 = 20,96$ ); “(...) *essa é a minha visão. Por exemplo, a **apicultura**, ela funciona aqui no município três **meses** por **ano**, **digamos**, que é o **período** que a gente colhe mel aqui. O resto do período a gente **fica parado***” ( $M\chi^2 = 16,56$ ). Em relação a outras atividades desenvolvidas pelos participantes, seja antes ou concomitante com a apicultura, destacam-se segmentos como: “*eu fiquei três meses de servente, depois, eu fui trabalhar de vigia e fiquei mais, completou um ano e cinco meses. Aí, eu pedi para ir embora*” ( $M\chi^2 = 17,55$ ) e “*muita gente **começou a trabalhar** com **irrigação**, piscicultura e produziram muito, mas não tinha para onde escoar a safra. Várias pessoas tinham barreiras, mas **só ficou** 1. De 8 pessoas **ficou somente 1***” ( $M\chi^2 = 19,76$ ). É válido destacar que a Classe 3 apresenta associação estatisticamente significativa com o grupo focal 3 ( $\chi^2 = 4,57$ ;  $p < 0,0001$ ).

Destaca-se também que nos aspectos relacionados à produção de mel, é possível perceber que as classes 4 e 3 convergem ao apontarem a presença de outras atividades como fonte de renda para os participantes, mesmo a apicultura aparecendo como atividade satisfatória e rentável para os grupos estudados. Nesse sentido, podemos inferir que tal situação aparece pelo fato de a região possuir condições climáticas peculiares do semiárido nordestino.

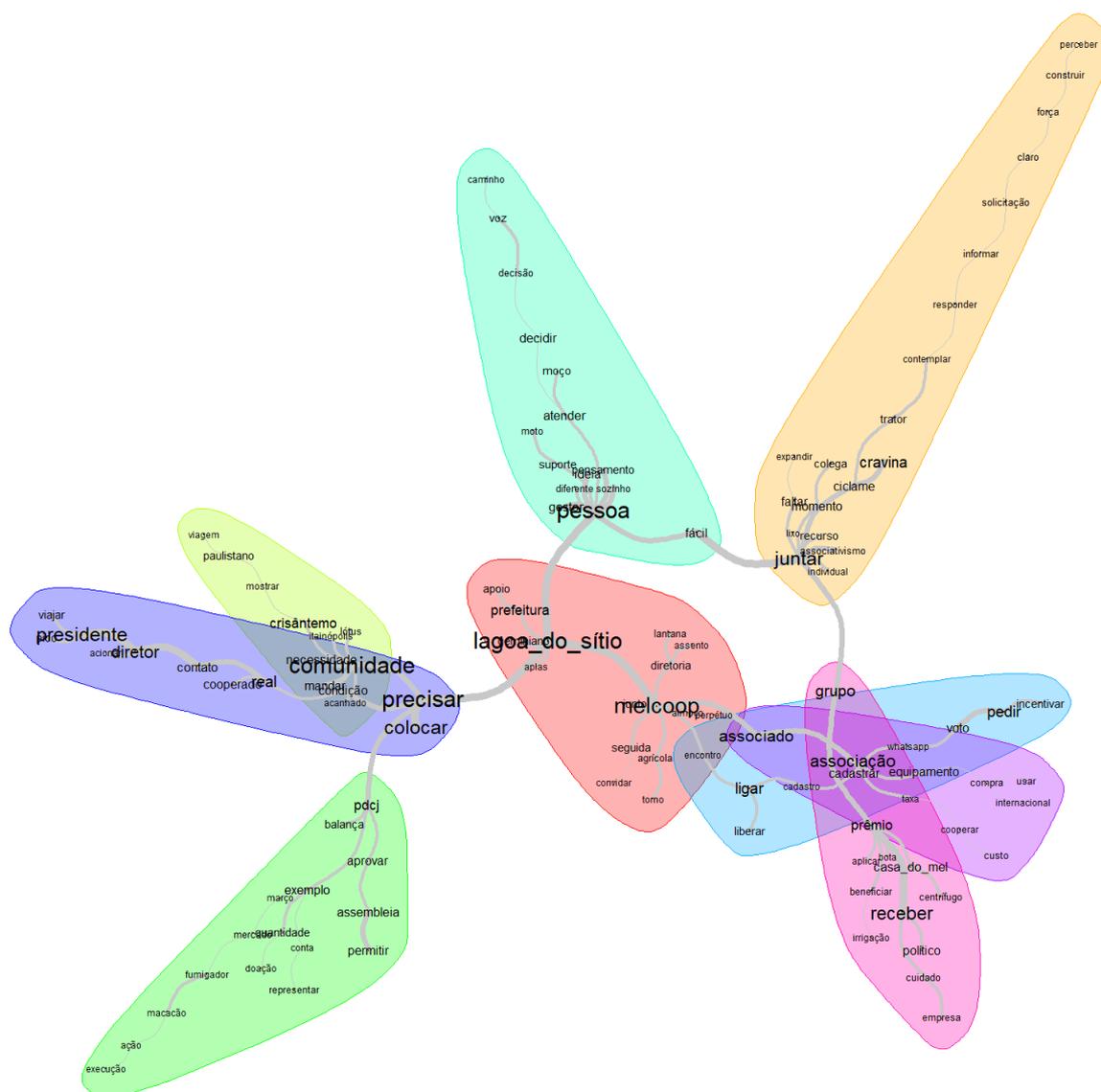
Considerando esse cenário, Araújo (2011) aponta que as questões acerca do semiárido nordestino envolvem todos os setores da sociedade e estes deveriam priorizar as soluções locais, considerando as possibilidades e limitações da região. O autor destaca ainda que “derrotar crenças, dogmas e mitos sobre o semiárido implicam em ações e parece que se tem privilegiado a importação de modelos externos, quando deveriam ser procuradas aqui mesmo as alternativas” (ARAÚJO, 2011, p. 98).

De forma geral, o primeiro bloco de informações destacado pela classificação hierárquica descendente é formado por três classes. A primeira classe destacada

(Classe 6) está relacionada aos processos de produção das cooperativas, com ênfase para a compra e venda do mel e de outros produtos, evitando desperdícios ou gastos com outros processos e atravessadores. A segunda classe extraída nesse bloco inicial (Classe 4) se centra nas atividades complementares e concomitantes à apicultura, como a criação de animais e a agricultura. A última classe desse bloco (Classe 3) está relacionada ao início da atividade de apicultura pelos participantes da pesquisa, bem como as experiências vivenciadas e adquiridas ao longo do desenvolvimento dessa atividade. Além disso, essa classe destaca outras atividades já desenvolvidas pelos participantes, diversas da produção de mel.

Já no segundo bloco de informações da CHD destaca-se a Classe 5, seguida pelas Classes 2 e 1. Em relação à Classe 5, agrupa 10,4% dos segmentos de texto retidos pela CHD, e as palavras associadas a ela fazem menção a gestão da cooperativa, bem como os processos de tomada de decisão e avaliação de demandas. Na Figura 23 é possível observar o resultado da análise de similitude para esta classe.

Figura 23 – Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 5.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A partir da relação entre as comunidades “comunidade” e “precisar”, bem como das palavras que as formam, pode-se observar o levantamento de demandas realizado junto à coletividade, processo esse que pode exigir algum nível de articulação com políticos ou “pessoas” pertencentes ao próprio empreendimento para a resolução da questão.

Além disso, as comunidades “juntar”, “grupo”, “associado” e “ligar” se conectam de maneira justaposta, indicando a presença de um mesmo verbete em mais de uma comunidade, além da ligação com “MELCOOP”. A partir das relações e palavras que

formam as comunidades, percebe-se a forma como o grupo funciona, além dos prêmios recebidos pelos trabalhos desenvolvidos. Assim, podemos inferir que os prêmios e certificações que o mel piauiense, processado pelas cooperativas singulares, vem ganhando nos últimos anos tem possibilitado a sua venda no mercado internacional. A entrada de novos membros na cooperativa singular também é observada nessa comunidade, devendo o interessado preencher cadastro e frequentar com aproveitamento curso básico ou palestra sobre cooperativismo, conforme regulamenta o estatuto da cooperativa singular.

Quando os segmentos de texto dessa classe são observados, identificam-se elementos que corroboram as percepções decorrentes da análise de similitude, como o processo de levantamento de demandas de produção nas comunidades, como visto em “*então a gente sabe das **necessidades** que tem em **Lagoa do Sítio**, em **Geminiano**, em cada **comunidade** que a gente está andando e vendo as **necessidades** e toda vez que a gente é **convidado**” ( $M\chi^2 = 54,03$ ) e “(...) *tem **comunidade** que está **pedindo** um lava jato e há 3 anos nós estamos com o nosso lava jato doado por lá, tem **comunidade** que está **precisando** de 1 **centrífuga** e nós temos 2 centrífuga, tem **comunidade precisando** de decantador e nós temos 6” ( $M\chi^2 = 31,57$ ).**

No dendrograma da classe 5 é perceptível o destaque “MELCOOP” e “lagoa do sítio”. Considerando tal aspecto, é possível apontar que essa cooperativa singular possui características específicas e diferentes das demais. A MELCOOP é a maior cooperativa singular pertencente à CASA APIS e atualmente é composta por 679 cooperados associados, alcançando o maior número de municípios, 22 no total. Em razão disso, é provável a possibilidade de tal cooperativa singular doar/emprestar equipamentos para comunidades que não têm. Assim, Schmidt e Perius (2003) apontam que as cooperativas devem se basear em valores recíprocos, tais como: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia, os quais devem ser as motivações do agir cooperativo.

Além disso, notam-se os efeitos da organização em cooperativas nos processos de trabalho, a exemplo de: “(...) *mas eles pagam com mel o aluguel dos **equipamentos**, então se bateu só 3 baldes, ele só tem direito a 2, porque essa **comunidade** ainda não tem **equipamentos**” ( $M\chi^2 = 58,79$ ) e “em Oeiras chegaram e perguntaram do **trator** para o **Ciclame**. Foi. Nós fomos em Oeiras e a Gel pergunta*

pelo nosso **trator** e nós **respondemos** qual, e lá ela nos **informou** que **Lagoa do Sítio** foi **contemplada** com um **trator** e a **prefeitura** deu para outra **comunidade**, nem chegou na nossa **comunidade**" ( $M\chi^2 = 33,94$ ). Além disso, há destaque para os efeitos na comercialização do mel, como em "a importância é o **mercado**. A **MELCOOP** é a base da comercialização, porque a **CASA APIS** não produz, ela comercializa, quem produz é a base, **Lagoa do Sítio, Geminiano**" ( $M\chi^2 = 47,12$ ). Nesse último segmento de texto, pode-se inferir a presença de empoderamento por parte do agricultor familiar sócio, a partir do momento em que ele demonstra consciência acerca do seu papel e importância junto à cooperativa singular. No entanto, não é possível afirmar a presença desse empoderamento na fala de todos os agricultores familiares participantes do grupo focal e que fazem parte das três cooperativas singulares estudadas.

Considerando tal observação e o diário de campo, destaca-se que um dos gestores da cooperativa singular, mesmo participando da entrevista individual, manifestou interesse de participar do grupo focal, juntamente com os agricultores familiares. Assim, podemos ressaltar que em certa medida houve interferência do gestor nos resultados do grupo focal 3. Em contrapartida, enfatiza-se que, nos demais grupos focais (2 e 1), os gestores entrevistados não tiveram tal conduta.

No que se refere à organização da cooperativa singular, segmentos como "para isso, toda singular tem **diretor**. Ah, seu *Leucena*<sup>1</sup> é **diretor presidente**? É. Mas o salário do *Leucena* é **aprovado** por alguém daqui e de outras **comunidades**" ( $M\chi^2 = 44,03$ ) e "(...) porque eu tenho representatividade como **presidente**, mas isso não me dá direito de **decidir** tudo. Nós somos 5 e tem até alguém com uma **decisão** maior, mas a **voz** é do pequeno, é do grande, é de todo mundo" ( $M\chi^2 = 31,55$ ) destacam o processo de tomada de decisão. No tocante à gestão destas cooperativas, destaca-se que cada uma das três cooperativas singulares estudadas possuem os seus respectivos estatutos que são documentos legais com objetivo de orientar a atuação, organização, funcionamento e gestão da organização.

Por meio da leitura dos três estatutos, podemos destacar que estes possuem em comum e asseguram aos cooperados o direito de votar e ser votado, participar das Assembleias Gerais para debater e votar os assuntos nela tratados, exigir dos

---

<sup>1</sup>Leucena: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor.

órgãos administrativos informações sobre os negócios da cooperativa, solicitar informações sobre os seus créditos e débitos, demitir-se da sociedade quando lhe convier, dentre outros direitos. Esses estatutos também apontam, de forma direta e/ou indireta, a autogestão como o modelo mais adequado para gerir os negócios dos sócios organizados nessas cooperativas.

Albuquerque (2003) afirma que a autogestão se caracteriza pela autonomia de um “coletivo” a partir da tomada de decisão. “É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (ALBUQUERQUE 2003, p.20).

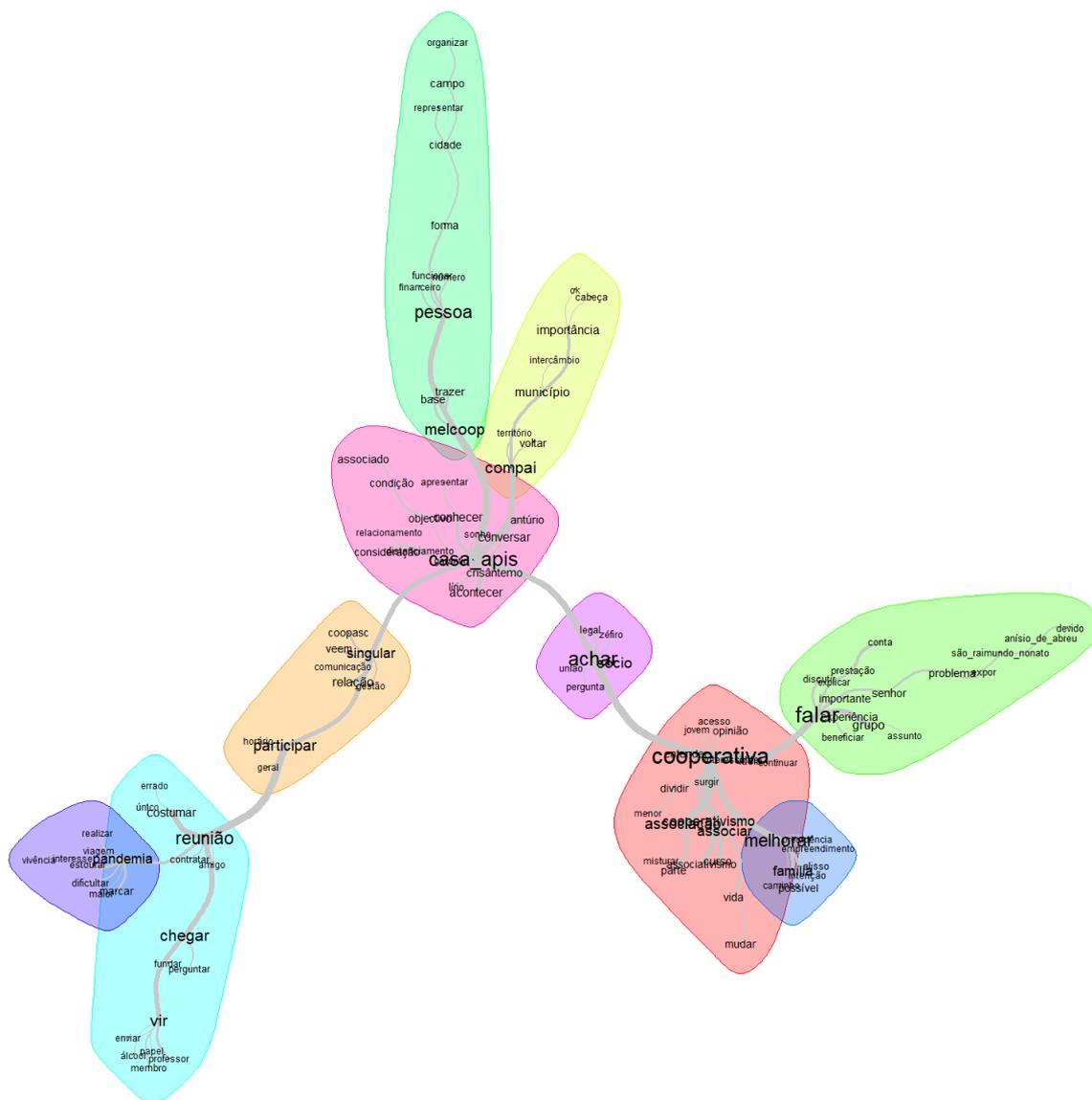
Ademais, observa-se ainda a articulação com outras instituições, como em “*então nós tivemos em dezembro com essa Rota do Mel, que é um projeto que a gente está sonhando que dê certo. Tem o **diretor** do IFPI que toda hora está **ligando** para o **Crisântemo**<sup>2</sup> e entrando em **contato***” ( $M\chi^2 = 29,96$ ). A Classe 5 apresenta associação estatisticamente significativa com o grupo focal 2 ( $\chi^2 = 147,64$ ;  $p < 0,0001$ ).

No que se refere à Classe 2, agrupa 14,0% dos segmentos de texto, e as palavras associadas a ela estão relacionadas a outras entidades, bem como ao funcionamento da cooperativa, destacando o contexto pandêmico. Na Figura 24, observam-se o resultado da análise de similitude para essa classe e a existência de diversas comunidades ligadas de maneira linear, podendo-se destacar os movimentos e as ações adotadas pelos participantes para melhoria da cooperativa, como em “melhorar”, “cooperativa” e “falar”. Além disso, é possível identificar uma relação mais direta entre “CASA APIS”, “MELCOOP” e “COMPAI”, sendo a primeira o elemento comum entre as demais. Verifica-se ainda o funcionamento das atividades, especialmente reuniões durante a pandemia, e a forma como as singulares participaram nos processos durante esse período.

---

<sup>2</sup> Crisântemo: flor representando nome fictício de um apicultor.

Figura 24 – Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Por sua vez, os segmentos de texto típicos dessa classe vão ao encontro desses elementos, como em “(...) e **COMPAI**. Eu **acho** que eles têm uma **relação** boa. A **CASA APIS** e **COMPAI**, os diretores se relacionam mais ou menos, pode ter alguma coisa a desejar, porque ninguém faz 100%. Ninguém é perfeito” ( $M\chi^2 = 32,00$ ) e “(...) como que a gente vai poder estar ajudando vocês nesse trabalho, estar fortalecendo esse grupo que é tão importante. Esse grupo que eu falo é a **COMPAI**, tá?! Que é tão importante para a **CASA APIS**” ( $M\chi^2 = 24,67$ ). Ademais, a busca por melhoria identificada na análise de similitude pode ser ilustrada em segmentos como:

“o que está desmotivando é isso, mas poderia **melhorar** através das **reuniões** que nós **costumávamos** fazer. E quando nós **voltarmos** a nos reunir vai ficar bem melhor, porque pelas **famílias** que tem, e do jeito que está, dá para trabalhar e tem como progredir” ( $M\chi^2 = 27,29$ ) e “a assembleia da **CASA APIS** foi à distância. Foi semipresencial, os **sócios** assistiam daqui, outros estavam lá. Você **participou? Participei** daqui. E como foi sua **experiência**? Eu nunca tinha **participado** assim” ( $M\chi^2 = 25,56$ ).

Em segmentos como “nós vamos **marcar reunião** para ver esse projeto. Quando tem **reunião** os **sócios costumam participar**, eles **vêm** mesmo? No começo eram mais **participativos**, mas de uns tempos para cá, até por causa da **pandemia** começaram a relaxar” ( $M\chi^2 = 28,96$ ) e “esse ano que teve **pandemia** foi um pouco, como você sabe, foi um pouco mais complicado, mas até eles **chegarem** ao ponto de fazerem as **reuniões** aqui via on-line. Daqui ele participou de aprovação de **projetos**” ( $M\chi^2 = 27,65$ ) pode-se perceber a abordagem de aspectos relacionados à pandemia e como interferiram nas relações dentro das cooperativas.

Considerando o diário de campo, podemos inferir que a pandemia e o isolamento social trouxeram, em certa medida, distanciamento entre os sócios, além da redução de sua participação em reuniões. Tal fato tem potencial para fragilizar a participação dos participantes desse estudo no processo decisório das cooperativas. Contudo, podemos destacar que, mesmo diante do contexto pandêmico e de condições tecnológicas limitadas, alguns agricultores familiares participaram de decisões importantes e puderam votar por meio da ferramenta *whatsapp*, conforme aparece nas comunidades “associação” e “pedir” da classe 5.

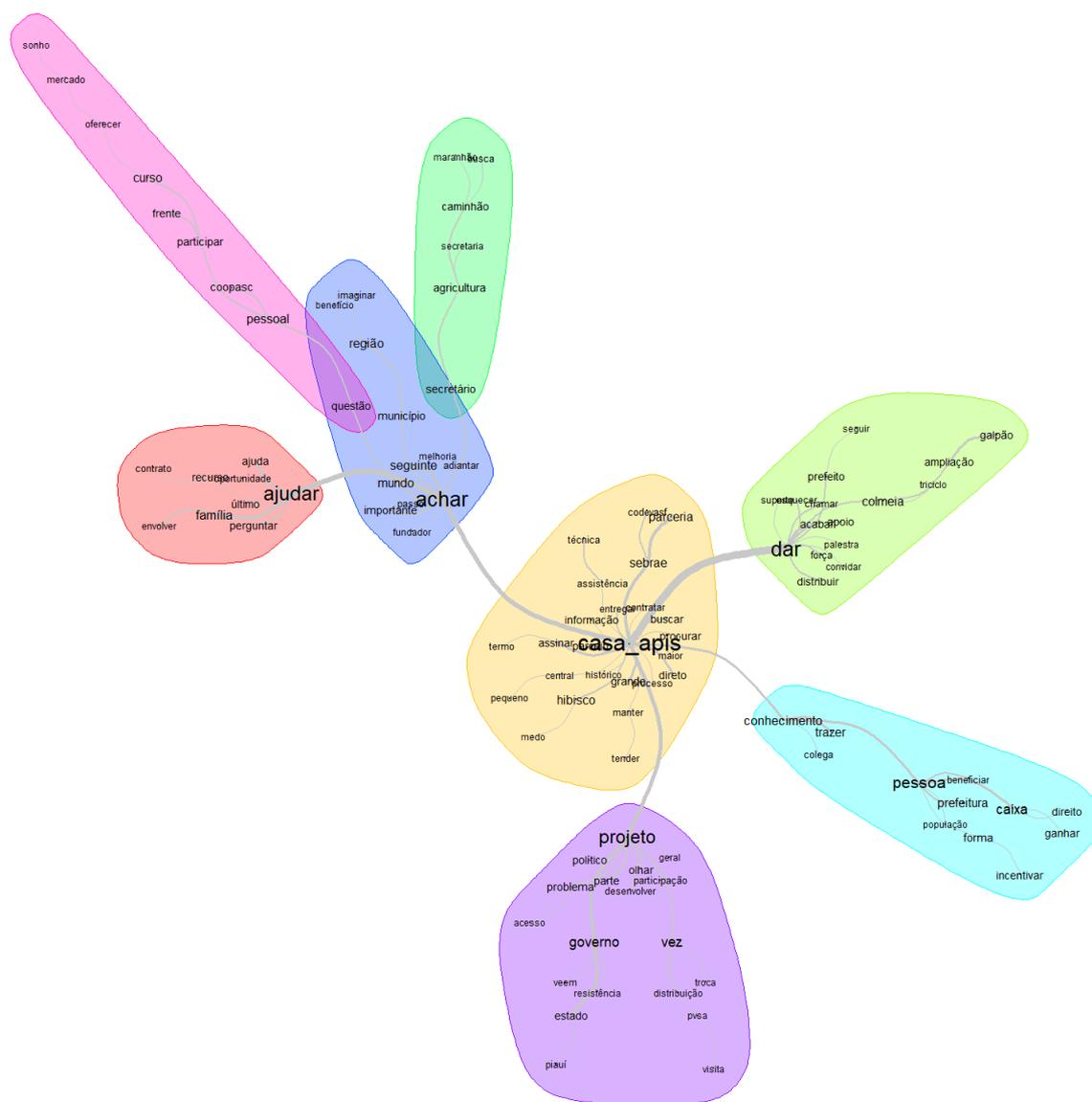
Considerando as inferências acima e a abordagem teórica deste estudo, podemos destacar que no meio rural “as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista” (SABOURIN, 2011, p. 34). A manutenção do laço social, nas sociedades rurais, é importante para os agricultores familiares, garantindo assim a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros e as diversas formas de ajuda mútua na comunidade.

Ainda nos segmentos de texto é possível identificar, pelos participantes, os efeitos de estarem associados a uma cooperativa de 2º grau - CASA APIS, como em: “porque nós, mesmo com a **cooperativa** da **COMPAI**, andar mendigando com o balde de mel nas calçadas, porque era muito, a **cooperativa** só ela não ia muito longe como

foi com a **CASA APIS** ( $M\chi^2 = 40,84$ ) e “e o dinheiro que circula na **cidade** é da prefeitura, é da aposentadoria e o segundo meio é nossa **cooperativa**, o **cooperativismo**, a produção de mel que, no período, ela alavanca a economia do nosso **município** e é de grande **importância**” ( $M\chi^2 = 27,61$ ). Neste segmento de texto, podemos perceber a existência de relações de dependência da Cooperativa Singular com a Cooperativa Central, já que a singular, como cooperativa de 1º grau, não tem o poder de venda e abrangência de uma cooperativa de 2º grau, como a CASA APIS. Classe 2 apresenta associação estatisticamente significativa com o grupo focal 2 ( $\chi^2 = 5,14$ ;  $p < 0,0001$ ).

Por fim, a última classe a ser extraída na análise foi a Classe 1, a qual agrupa 12,75% dos segmentos de texto retidos pela CHD. As palavras associada a essa classe permitem inferir que está relacionada a parceiros externos das cooperativas. Na Figura 25 é possível observar o resultado da análise de similitude para a Classe 1. No grafo é possível identificar uma comunidade central organizada ao redor de “casa\_apis”, a ela estão ligadas diversas comunidades próximas, como “projeto”, “dar”, “pessoa”. Além disso, ligadas a essa comunidade principal, porém mais distantes, estão localizadas as comunidades “achar”, “ajudar”, entre outras. A partir das palavras que formam essas comunidades, bem como as relações que elas estabelecem entre si, é possível inferir que a Classe 1 agrupa as diferentes formas de suporte recebido pela cooperativa, além das ações que foram viabilizadas a partir dessa assistência.

Figura 25 – Análise de similitude do corpus do grupo focal, Classe 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto da classe reforçam essa percepção em segmentos como “o **pessoal** da Fundação Banco do Brasil, não era?! O **pessoal** da Fundação Banco do Brasil, **SEBRAE**, eles estavam todos aqui. Fizemos várias reuniões lá, para criar a **CASA APIS**. E foi criada” ( $M\chi^2 = 45,86$ ), “essa **ampliação** ela levou parece que uns quatro anos depois de aprovado para eles liberarem os **recursos**. Aí, depois dessa **ampliação**, já surgiu uma **oportunidade**, que eu vi que é uma maneira do **governo** também **ajudar**” ( $M\chi^2 = 41,58$ ) e “com certeza. Na época, a gente via que em toda reunião o **prefeito** estava junto, dizendo, prometendo que ia em **busca** de

**projetos para ajudar, para incentivar. Ele era um dos grandes incentivadores**” ( $M\chi^2 = 30,05$ )

A partir do diário de campo, destacamos que os parceiros externos foram de extrema importância no processo de implementação e, posterior, acompanhamento da CASA APIS. No site da CASA APIS e em registros documentais, encontramos alguns parceiros que fizeram parte desse processo: CODEVASF, Banco do Brasil, BNDES, Fundação Banco do Brasil, Governo do Estado do Piauí, Governo Federal, SEBRAE, UNISOL, além da Universidade Federal do Piauí e Instituto Federal do Piauí. Ainda de acordo com o diário de campo, apontamos que atualmente os agricultores familiares sentem falta do apoio dos parceiros externos, tendo em vista que a maior parte destes cumpriram os seus respectivos papéis e, por conta de prazos de validade de projetos, não estão acompanhando os empreendimentos estudados.

Um parceiro que se destaca nas ações desenvolvidas é o SEBRAE, como pode ser visto em segmentos como: “(...) pelo **SEBRAE**, porque a **CASA APIS** faz parceria com o **SEBRAE** e pronto. Aí, ele ficou cem por cento” ( $M\chi^2 = 40,04$ ) e “**nós fizemos projetos e nunca foram executados para ajudar a base, então nós tínhamos que buscar outros parceiros como o SEBRAE, a CODEVASF, CONAB, porque essa parceria eu estava vendo que estava querendo enrolar a gente**” ( $M\chi^2 = 34,39$ ). Além disso, a própria cooperativa acaba sendo parceira de outras pessoas da própria comunidade ou de comunidades vizinhas, como pode ser visto em: “o *Leucena* fez isso. *É, eu fiz isso. Fiz isso tendo a pretensão de ajudar para ver se eles ingressavam na carreira, muitos deles decepcionaram porque pegaram e no ano seguinte venderam as colmeias*” ( $M\chi^2 = 39,20$ ), “*eu não dei colmeia a ele não, mas sempre estou chamando ele para se ingressar nessa carreira, vendi umas colmeias para ele, ajudei no que pude na experiência que eu tinha e ele viu que é bom, o ramo realmente é bom*” ( $M\chi^2 = 32,46$ ). Além disso, a Classe 1 apresenta associação estatisticamente significativa com o grupo focal 1 ( $\chi^2 = 4,57$ ;  $p < 0,0001$ ).

O segundo bloco de informação destacado na primeira divisão feita pela CHD é subdividido em três classes, a primeira a ser destacada (Classe 5) enfatiza o processo de levantamento de demandas que as cooperativas realizam junto aos agrupamentos, com o efeito de alocação de equipamentos e recursos. A classe seguinte (Classe 2) aborda a busca por melhorias na forma de trabalho e atuação, bem como a forma como foram realizadas as atividades coletivas da cooperativa

durante a pandemia. Há ainda ênfase no processo de decisão, destacando-se a participação dos membros e o poder de escolha desses. A última classe a ser destacada (Classe 1) agrega aspectos relacionados a parceiros institucionais, como bancos (públicos e privados), além do poder executivo municipal e estadual.

Em certa medida, o primeiro bloco (Classes 6, 4 e 3) está relacionado à produção do mel, à forma como os grupos de trabalho se organizam, em função das famílias e de amizades, além de outras atividades desenvolvidas pelos participantes para garantir a renda. O segundo bloco (Classes 5, 2 e 1) está relacionado a aspectos mais institucionais da associação, de modo que se destaca um processo estruturado de levantamento e resposta a demandas de diferentes localidades, os processos de tomada de decisão internos da cooperativa e as parcerias institucionais estabelecidas. Diante disso, pode-se pensar que o primeiro bloco inicial estaria relacionado à vida cotidiana dos associados, ao passo que o segundo bloco estaria relacionado a aspectos formais e de gestão das cooperativas estudadas.

#### 4.2.2 Análise das entrevistas com gestores das cooperativas singulares (COMPAI, COOPASC e MELCOOP)

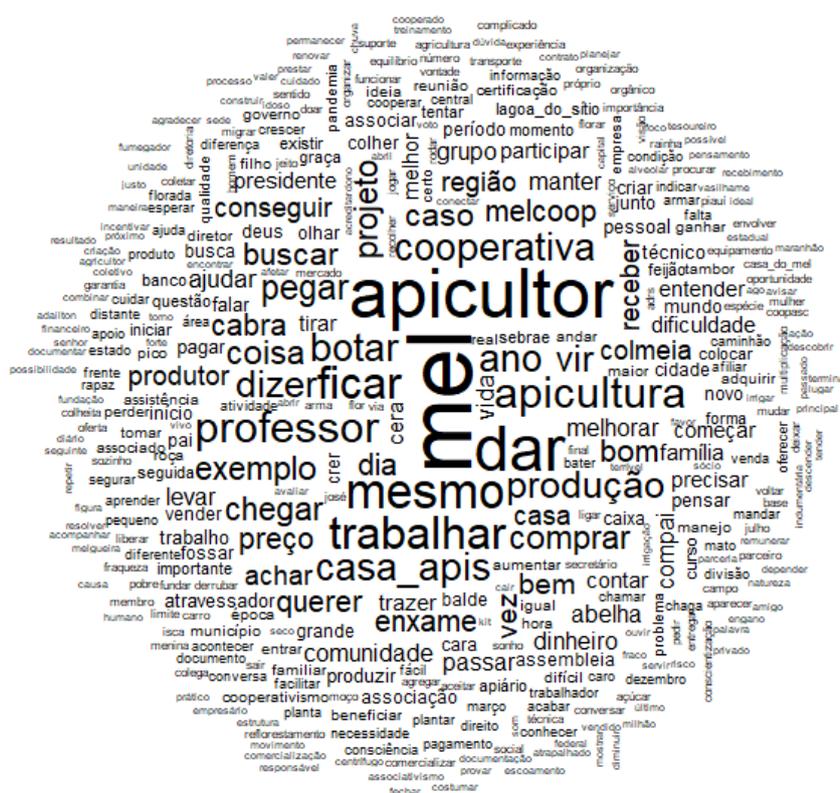
O segundo conjunto de análises é referente às entrevistas realizadas com os gestores das cooperativas singulares e da cooperativa central. Os participantes responderam a uma entrevista semiestruturada, sendo um roteiro respondido pelos gestores das cooperativas singulares e outro pelo presidente da cooperativa central. Tendo em vista os objetivos desta tese, bem como o método de entrevista adotado, optou-se por separar as análises em quatro corpus, a saber: (1) agricultores familiares e a cooperativa singular; (2) relações entre central, singulares e a unidade familiar; (3) a CASA APIS e os suportes de atores externos; e (4) gestão da central de cooperativas. O resultado das análises de cada um desses corpus serão apresentados nas subseções a seguir.

##### 4.2.2.1 *Agricultores familiares e a cooperativa singular*

O primeiro corpus de entrevista analisado é referente a questões acerca de aspectos ligados aos agricultores familiares e suas relações com as respectivas

cooperativas singulares. Esse corpus é composto pelas respostas dos participantes às 15 questões, identificadas nas entrevistas semiestruturadas e organizadas em um único texto. O corpus é formado por três textos, os quais são compostos por 14.071 ocorrências, sendo 2.135 formas, das quais 51,63% são hápax. Na Figura 26, é possível observar o resultado da nuvem de palavras para esse corpus, no centro da imagem nota-se em destaque o verbete “apicultor”, além dos verbetes “mel” e “dar”, indicando que esses são os elementos mais frequentes no corpus.

Figura 26 – Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 1.

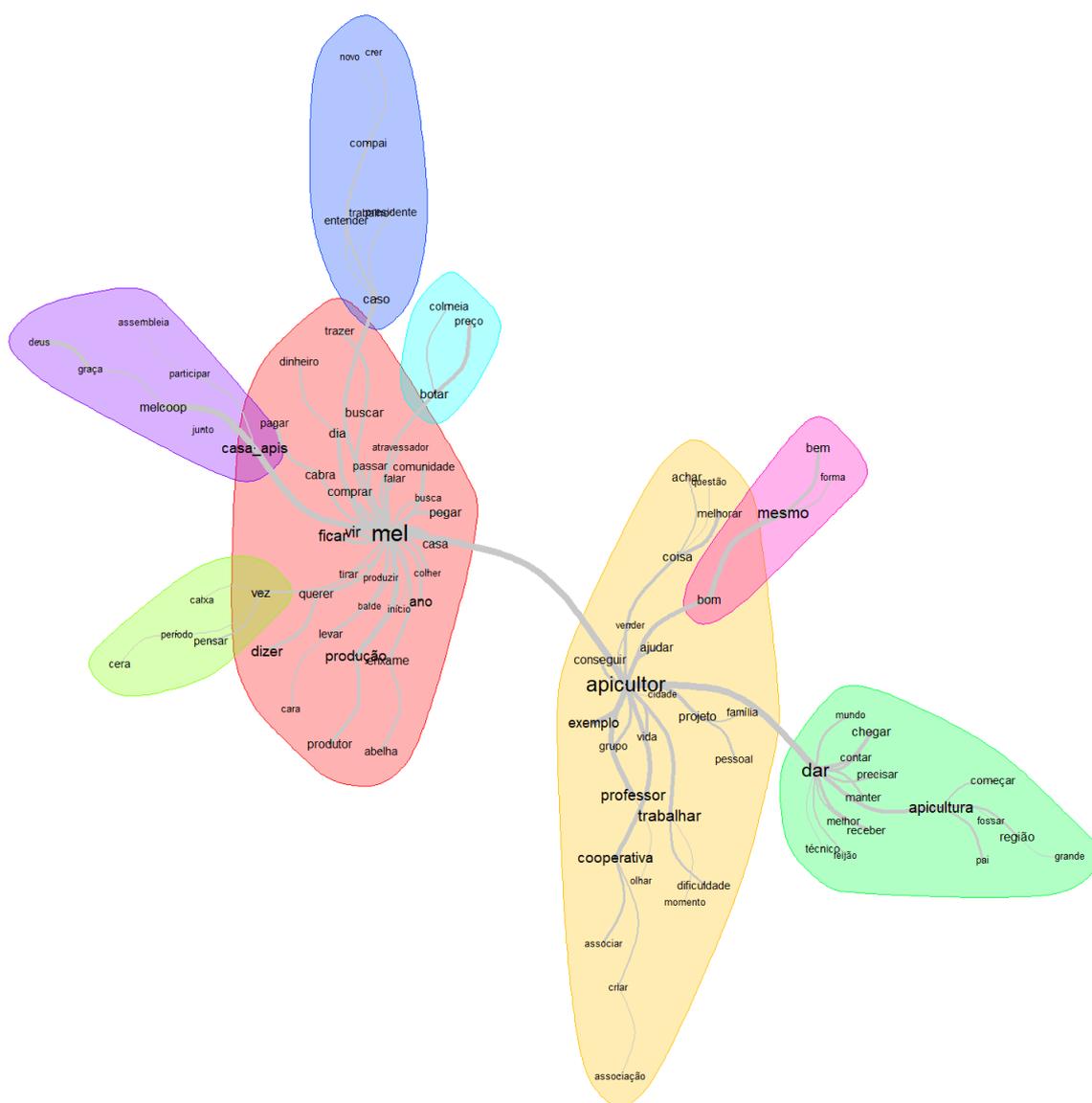


Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Além disso, na Figura 27 é possível observar o resultado da análise de similitude para o corpus, na qual é possível observar duas comunidades principais. A primeira comunidade principal se organiza ao redor do verbete “mel”, a ela estão ligadas as comunidades “vez”, “CASA APIS”, “caso” e “botar”, a partir das ligações e palavras que formam as comunidades é possível perceber que uma parte do corpus versa sobre a produção do mel, bem como a organização que existe ao redor deste para viabilizar a produção, como as cooperativas, bem como elementos relacionados

a comercialização deste produto. A segunda comunidade principal se organiza ao redor de “apicultor”, a ela estão ligadas as comunidades “bom” e “dar”, com base nas palavras que as formam, além das relações estabelecidas, é possível inferir que uma parte do corpus aborda diretamente aspectos de vida dos apicultores, destacando sua família, as dificuldades na produção do mel, bem como colocam a apicultura como o começo de uma mudança social relacionada diretamente as cooperativas.

Figura 27 – Análise de similitude, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Da mesma forma que no corpus anterior, após a análise de similitude, procedeu-se com a realização da análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Para tanto foram considerados 78,82% dos segmentos de texto retidos pela

análise. Na Figura 28, é possível observar o dendrograma de classes, resultante da análise, no qual são observadas as divisões sequenciais sofridas pelo corpus, bem como as palavras associadas a cada uma das classes.

Figura 28 – Dendrograma de classes, entrevistas, bloco 1.

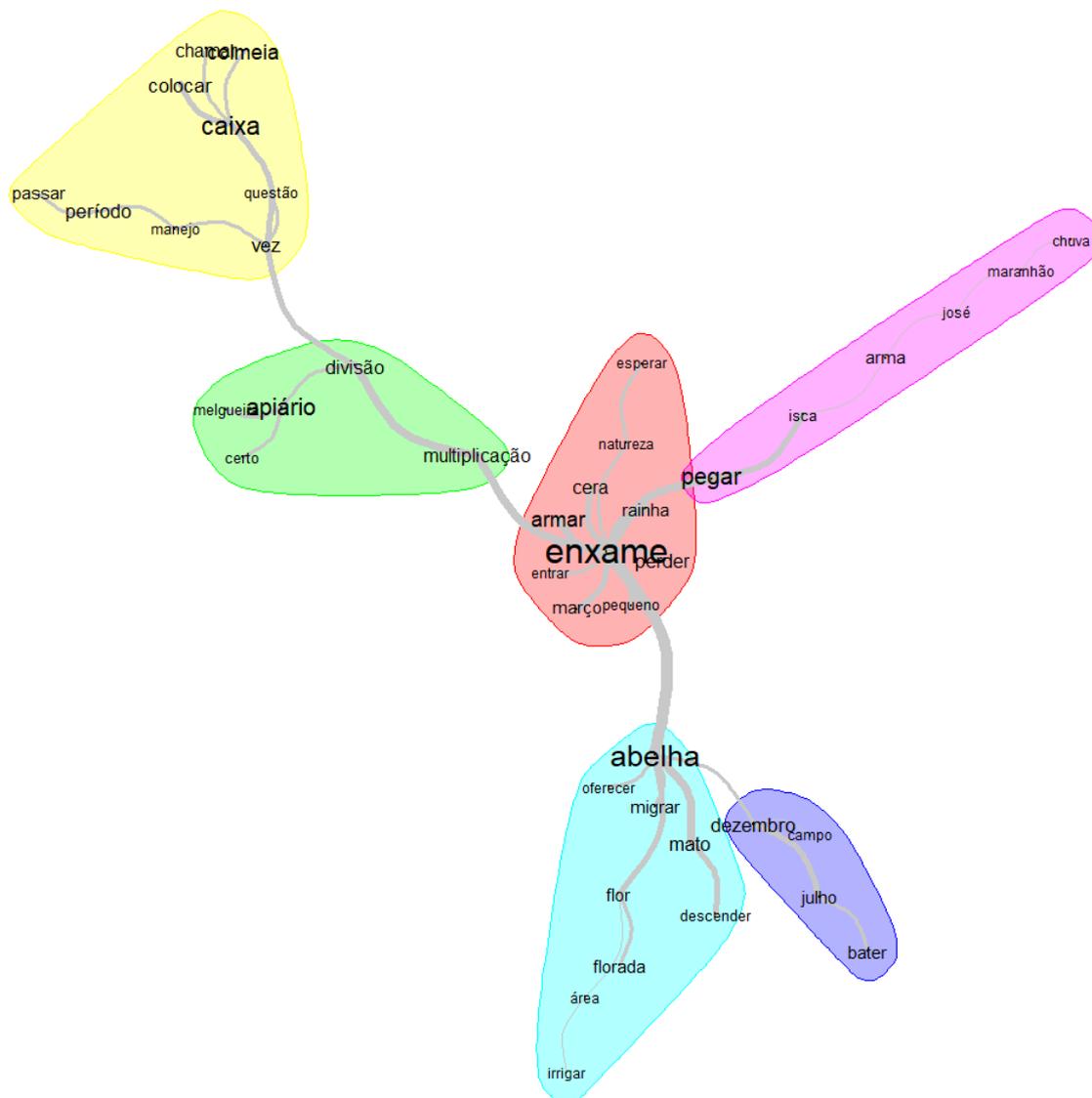
Classe 4 19,10 % Seg. de Texto			Classe 3 17,91 % Seg. de Texto			Classe 2 27,46% Seg. de Texto			Classe 1 22,09% Seg. de Texto			Classe 5 13,43 % Seg. de Texto		
Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$
Pagar	13	57,27	Levar	13	38,16	Melcoop	18	26,90	Trabalhar	23	43,22	Enxame	16	71,19
Cabra	16	37,84	Tambor	8	37,56	Apicultor	33	25,35	Começar	9	32,62	Caixa	10	66,43
Dar	23	25,15	Balde	6	28,00	Melhorar	12	24,89	Iniciar	9	32,62	Armar	7	46,07
Botar	13	24,36	Cara	8	27,03	Vida	14	24,17	Apicultura	20	29,67	Apiário	8	45,28
Dinheiro	11	24,10	Casa	11	26,67	Coisa	15	19,60	Crer	6	21,55	Abelha	12	39,66
Carro	5	21,49	Pensar	9	24,23	Gente	62	19,59	Pai	8	16,95	Dezembro	6	39,37
Pagamento	4	17,14	Precisar	9	21,37	Deus	10	19,50	Colmeia	11	15,00	Multiplicação	5	32,71
Mercado	4	17,14	Tirar	7	19,02	Participar	9	16,87	Ajudar	11	15,00	Colocar	6	32,12
Limite	4	17,14	Jogar	4	18,55	Afiliar	6	16,14	Fundar	4	14,28	Mato	6	32,12
Entender	9	16,99	Aceitar	4	18,55	Casa Apis	19	15,34	Projeto	10	12,38	Flor	4	26,09
Real	6	16,57	Chegar	13	18,26	Difícil	5	13,41	Compai	7	11,41	Rainha	4	26,09
Trabalhador	5	16,31	Atravessador	7	16,17	Diretor	5	13,41	Criar	7	11,41	Migrar	4	26,09
Ajuda	5	16,31	Veza	11	15,03	Pico	6	12,18	Mesmo	17	11,00	Julho	4	26,09
Manter	7	14,59	Busca	6	10,38	Qualidade	6	12,18	Início	3	10,68	Arma	4	26,09
Mel	24	14,47	Caminhão	4	9,88	Lagoa do Sítio	7	11,75	Coopasc	3	10,68	Divisão	5	25,67

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A princípio, o corpus passa por uma primeira divisão que gera a Classe 5 e um outro bloco de informação, que por sua vez se divide em outros blocos de informação. O primeiro bloco passa por uma divisão e gera as Classes 4 e 3, ao passo que o segundo bloco se divide nas Classes 2 e 1. Da mesma forma que no corpus anterior, cada uma das classes será abordada de maneira específica, sendo realizada análise de similitude e extração dos segmentos de texto típico, com base na média dos escolares dos verbetes ativos.

A Classe 5 agrupa 13,43% dos segmentos de texto retidos pela CHD, e as palavras associadas a ela fazem menção ao processo de manejo e produção do mel no campo, desde organização das caixas, à inserção da abelha rainha, passando pelas épocas de produção e de entressafra. Na Figura 29, é possível identificar o resultado da análise de similitude para esta classe, onde se observa uma comunidade central organizada ao redor de “enxame”, a qual se liga às comunidades “pegar”, “multiplicação”, esta aparecendo ligada à “vez”, e à “abelha”, que por sua vez se liga a “dezembro”. Com base nas palavras que formam as comunidades, bem como nas relações estabelecidas entre elas, é possível inferir que essa classe agrupa os aspectos relacionados à produção direta do mel e o manejo das abelhas, desde as safras específicas, passando pelo local de armação das caixas, bem como os procedimentos adotados para aumentar o número de abelhas.

Figura 29 – Análise de similitude, Classe 5, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Ao observar os segmentos de texto é possível identificar os elementos que vão ao encontro das percepções levantadas na análise de similitude, como em “E, aí, a gente **coloca** um **apiário** só naquelas **caixas** em linha ou círculo, e vem **colocando** a **melgueira** que é para **bater** o mel no futuro” ( $M\chi^2 = 35,65$ ) e “Prepara a **colmeia**, **isca**, busca, hoje eu já sei os melhores lugares para capturar, já preparo o **enxame**, as **colmeias** armo, **pego** o **enxame**, bota junto dos **apiários**” ( $M\chi^2 = 32,93$ ).

Além disso, é possível observar no segmento de texto acima que, por meio da organização em cooperativa e na percepção dos gestores das singulares, o processo

de produção de mel tem impactado diretamente na vida dos agricultores familiares estudados, tendo em vista a possibilidade de divisão do trabalho entre os cooperados e aquisição de conhecimentos relacionados à apicultura.

No tocante à organização e divisão do processo de trabalho entre os cooperados no campo, podemos inferir que as relações de reciprocidades simétricas defendidas por Saborin (2011) se tornam evidentes e são observadas em segmentos da fala do gestor da singular, como: “*no momento, a gente chega, nós somos cinco, mas todos **colocam** a mão na massa da mesma forma, ou seja, um chega com o fumegador, outro já vai tampando os alvéolos da **caixa**, é divisão de tarefas entre os cinco do grupo, que dá para gente organizar e fazer a tarefa bem rápida*” ( $M\chi^2 = 49,28$ ) e “*É, aí tem o técnico lá. A gente faz uma parte aqui. E tem todo ano revisão dos **apiários**, tudo é feito por GPS também: **apiários**, estradas, acesso*” ( $M\chi^2 = 45,25$ ).

De acordo com Sabourin (2011) as relações de reciprocidade simétrica geram sentimentos que se transformam em valores espirituais ou éticos, tais como amizade, confiança, justiça e responsabilidade. “A totalidade dessas ações de reciprocidade em contínuo movimento constitui o conjunto das atividades sociais formando a sociedade global” (SABOURIN, 2011, p. 26).

Considerando a classe 6 do grupo focal, podemos inferir que essas relações de reciprocidade estão presentes na base, através da organização coletiva dos agricultores familiares como também, em certa medida, na gestão da cooperativa singular, já que o gestor dessa cooperativa se junta à coletividade e também participa do processo de trabalho em torno do mel.

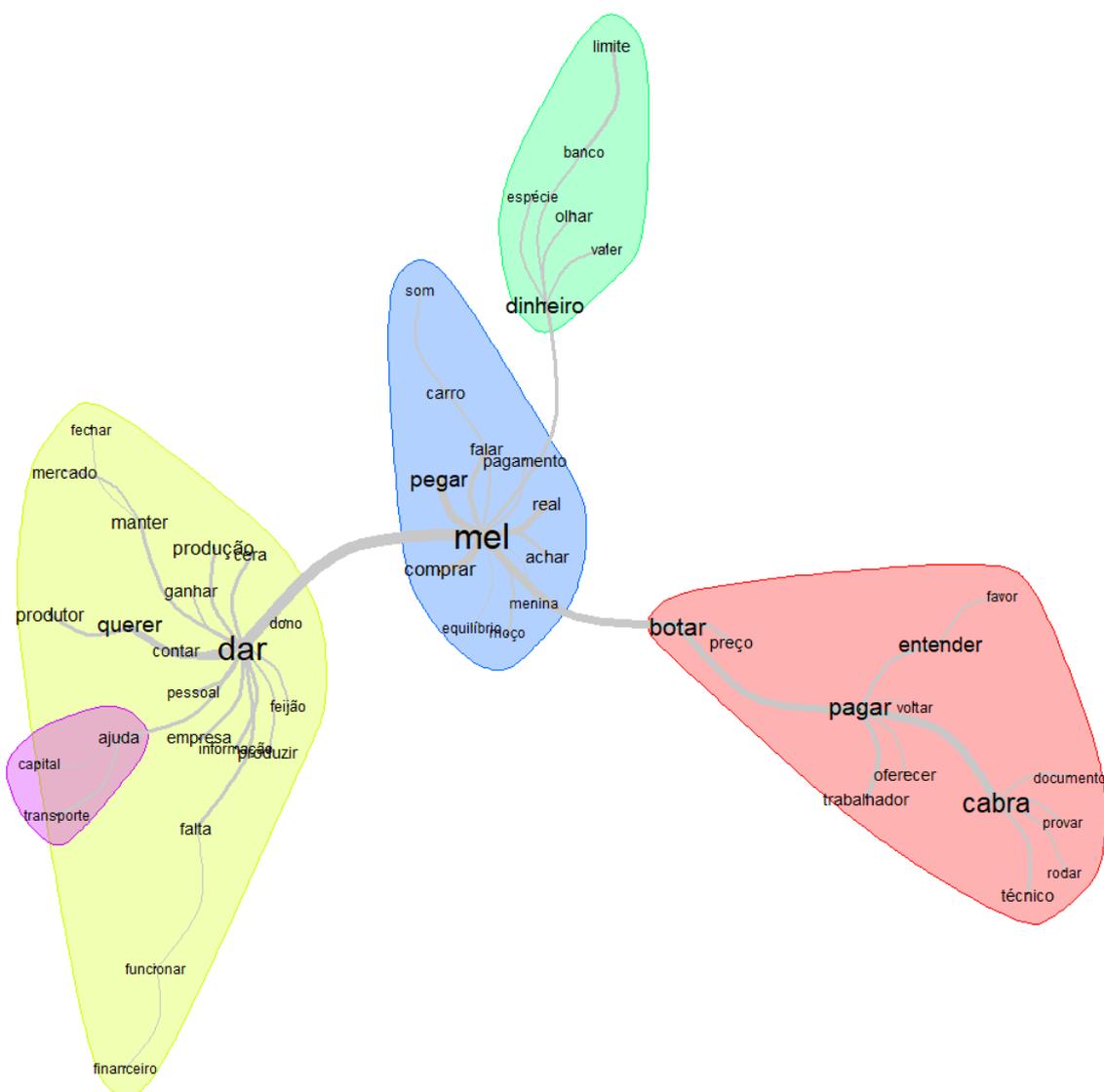
É interessante observar que o conhecimento técnico é apontado pelos gestores como sendo uma via de solução dos problemas enfrentados no campo. Esta percepção pode ser observada em segmentos como: “*Você **entra** em **dezembro** sem nenhum **enxame**, quando é **março**, você consegue capturar **enxame**, quando é final de abril, você consegue **bater** mel, mas, **julho** em seguida, você **perde**, porque não tem **flores**, e a **abelha** necessita de **flores** para trabalhar*” ( $M\chi^2 = 27,57$ ), “*Só que lá ninguém produz. Enquanto isso, a gente precisando de **flores** e, aí, o quê que acontece? Nossas **abelhas** aqui, como elas sentem a **florada** próxima, elas **migram** daqui e vão se embora para lá*” ( $M\chi^2 = 26,68$ ) e “*Por isso que eu disse agora, a*

*questão da rainha fecundada é porque, em vez de a gente armar e esperar pela natureza, nós poderíamos estar fazendo diferente, nós poderíamos estar fazendo o projeto de divisão e multiplicação de enxames”* ( $M\chi^2 = 24,41$ ).

Por meio do diário de campo e deste último segmento de texto, é possível deduzir o interesse que a maioria dos agricultores pesquisados têm de viver e sustentar suas famílias exclusivamente através da apicultura. No entanto, tal atividade precisaria render trabalho o ano inteiro e, para isso, os gestores entrevistados destacam a importância e necessidade da implementação de projetos que envolvam as técnicas de “Divisão e Multiplicação de enxames” além da “Fecundação da abelha rainha”. Nestes, os agricultores familiares seriam treinados e capacitados para realizar tais técnicas e, dessa forma, potencializar a melhoria da produtividade nos apiários no campo, aumentando assim as chances desses agricultores terem a apicultura como única fonte de renda.

A segunda classe extraída pela CHD foi a Classe 4, que agrupa 19,1% dos segmentos de texto considerados pela análise, e as palavras associadas a ela fazem menção ao pagamento pelo mel e à lógica de funcionamento do mercado. Na Figura 30, é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, onde se verifica uma comunidade central, organizada ao redor do verbete “mel”, ao qual estão ligadas as comunidades “botar”, “dinheiro” e “dar”, estando ligada a essa última a comunidade “ajuda”. A partir das palavras que formam as comunidades, bem como as relações que estabelecem, é possível inferir que essa classe aborda aspectos sobre a precificação do mel, destacando-o como produto rentável para as famílias e cooperativas. Através do mel, produtores conseguem suprir suas necessidades, ao passo que com as cooperativas é possível entrar no mercado de maneira competitiva, especialmente por meio do uso de equipamentos de custo expressivo.

Figura 30 – Análise de similitude, Classe 4, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

De maneira geral, a Classe 4 destaca o mel como fonte de renda para os agricultores familiares, como pode ser visto no segmento “O que tem  **dado**  comida ao  **pessoal**  é a apicultura, porque a roça não  **está dando** . A gente  **está mantendo** . O  **cabra**  passa com o  **feijão** , o sustento, eu me sustento; tem as criaçõezinhas, que ajudam demais, mas é o carro forte mesmo que está  **mantendo**  o povo” ( $M\chi^2 = 16,30$ ). Além disso, uma figura que aparece de forma destacada no processo de comercialização do mel é o atravessador, como visto em segmentos do tipo: “E, assim, tem um grande gargalo que eu vejo que eu enfrento. O atravessador,  **entenda,**

hoje a CASA APIS, MELCOOP, **está pagando mel** a R\$ 14,00 kg, mas o atravessador chega **oferecendo** R\$ 15,00” ( $M\chi^2 = 22,31$ ). Nesse contexto, os gestores enfatizam a busca das cooperativas por um preço justo, como em: “Você vê aí que os **cabras botaram** aí a duzentos e poucos **reais** e, quando nós **botamos o preço para pagar a eles, está todo mundo colado na gente, mas por quê? Porque a gente tem preço**” ( $M\chi^2 = 27,24$ ).

A partir dos segmentos de textos acima, podemos inferir que a organização dos agricultores familiares em cooperativas tem contribuído com melhorias de vida das comunidades pesquisadas, já que a atividade apícola surge da organização e do trabalho cooperativo. Considerando o diário de campo e a observação sistemática, destacamos ainda que, de certa maneira, seria custoso para o agricultor familiar entrar e concorrer no mercado apícola de forma individual.

Considerando o diário de campo, podemos observar que o atravessador é visto como um problema pelos gestores das cooperativas singulares. Porém, em certa medida, podemos deduzir que os agricultores em estudo podem ver os atravessadores como um comprador de mel para urgência, tendo em vista que diante de situações emergenciais (problemas de saúde, alimentação, atendimento de necessidades básicas, dentre outras) alguns agricultores familiares ainda vendem uma parte de sua produção para esses atravessadores.

A movimentação financeira parece ter ligação direta com investimentos na produção do mel, obtidos por meio da busca de crédito em bancos, como em: “Então, o **banco** faz de tudo para **botar**, mas não tem como botar, então o **limite** é menor: é 300 mil, é 500 mil, não é nada de **mel**, 250 é num dia” ( $M\chi^2 = 16,64$ ) e “Hoje, a central CASA APIS, para **pegar o capital de giro, pega assim, quanto vale? Dá uns trezentos mil. É pouco, porque não tem um dono.**” ( $M\chi^2 = 12,65$ ). Nesses trechos é possível observar ainda as dificuldades de investimento nas cooperativas, especialmente por questões burocráticas que limitam a possibilidade de crédito.

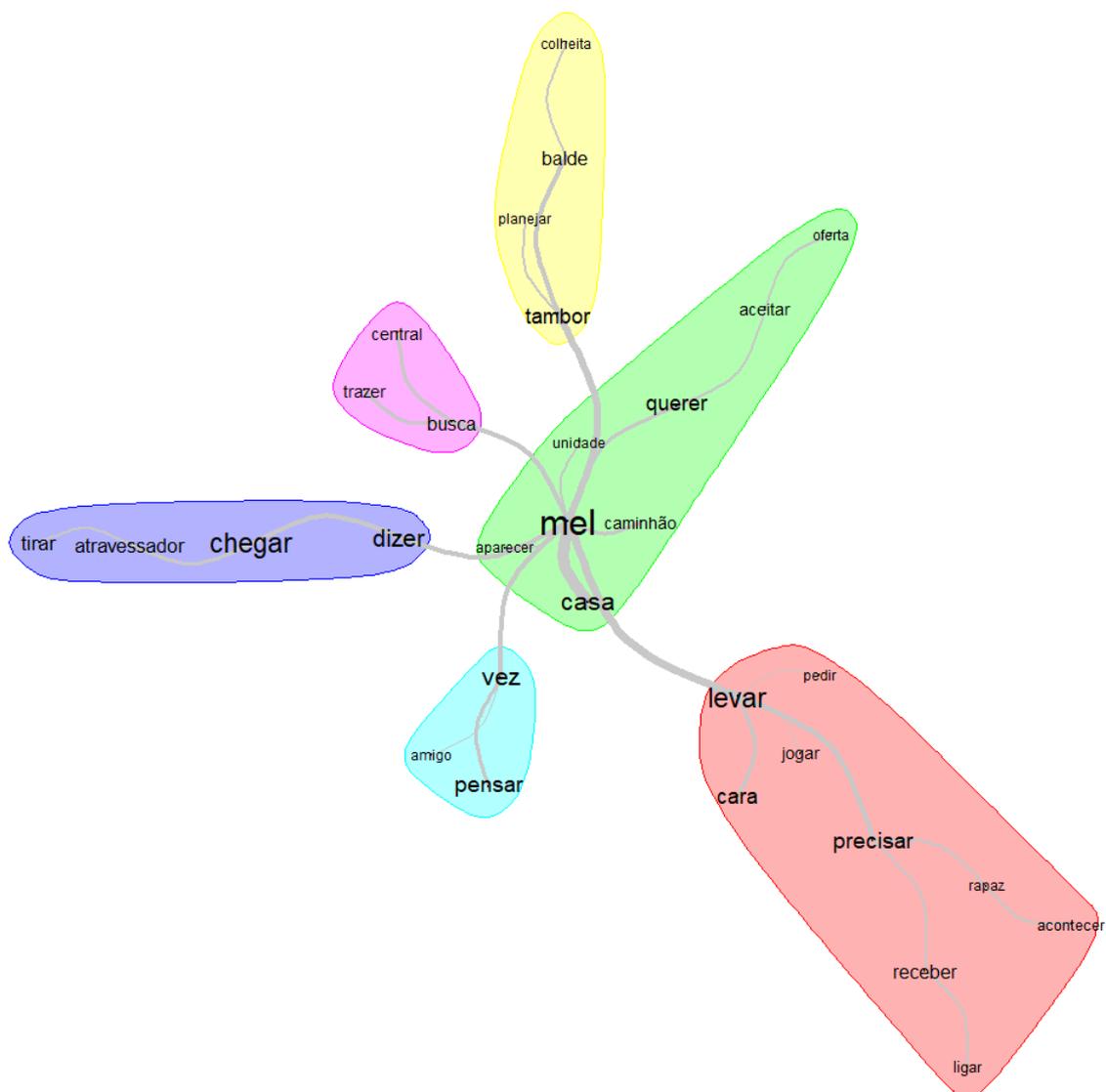
É interessante notar ainda o efeito que o processamento e o beneficiamento do mel têm no valor final do produto e, nesse contexto, a CASA APIS e as singulares parecem exercer papel fundamental. Segmentos de texto ilustram essa percepção, como “MELCOOP, CASA APIS **pegam o mel** hoje, ele manda para Girassol analisar o **mel**, então, tudo é documentado, qual **espécie**, qual a florada, e, oito dias após, o **dinheiro está na conta**” ( $M\chi^2 = 11,16$ ) e “O **cabra** vai **pegar assim: todo pagamento**

de **mel** que ele **pegou** ele tem que **provar**. Olha, eu **produzo** tanto, **está** aqui minha prova. Hoje, é um ou dois **técnicos** da cidade que faz e que não tem tempo de **rodar** as comunidades” ( $M\chi^2 = 11,04$ ).

Considerando o diário de campo e os segmentos acima, é possível deduzir que os gestores das cooperativas singulares demonstram preocupação em cumprir os critérios relacionados ao controle de qualidade do produto, tendo em vista a importância da qualidade do mel final já que o mercado internacional, além de ser o principal cliente, é bastante criterioso e exigente. Considerando o manual de Boas Práticas da EMBRAPA, Camargo et al. (2003) apontam que “além das boas práticas no campo, alguns procedimentos relacionados às condições ambientais, manipulação, equipamentos e instalações devem ser adotados na "casa do mel" para que se mantenha a sua qualidade original (CAMARGO et al., 2003, p. 10).

Por sua vez, a Classe 3 agrupa 17,9% dos segmentos de texto retidos pelos CHD, e as palavras associadas a ela parecem estar relacionadas à coleta do mel e ao transporte até à cooperativa central. Na Figura 31, é possível observar o resultado da análise de similitude para a classe, verifica-se uma unidade central organizada ao redor de “mel”, o qual se liga às comunidades “levar”, “vez”, “dizer”, “buscar” e “tambor”. Com base nas palavras que formam cada uma dessas comunidades, bem como nas relações que estabelecem, é possível inferir que a Classe 3 destaca os aspectos do transporte do mel das unidades de produção até a central.

Figura 31 – Análise de similitude, Classe 3, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A coleta do mel nas localidades é organizada pelos gestores das cooperativas singulares de modo a otimizar os equipamentos disponíveis e permitir que todos os cooperados façam uso, como visto em: “A gente manda **tambor** para **casa do mel**, né?! Também tem os **baldes**, a gente só faz virar os **baldes**. Eu virei os **baldes** porque eles **precisam levar** os **baldes**” ( $M\chi^2 = 26,57$ ). Além disso é possível notar aspectos relacionados às vantagens de que a coleta e parte do beneficiamento ocorram nas localidades, em especial para os produtores. Assim, podemos inferir que tal procedimento traz para o agricultor familiar o sentimento de pertencimento e

dignidade, como aponta o segmento de texto: “Como **dizem**, antigamente, noventa por cento das pessoas **traziam o mel** para aqui, hoje, ficam lá na comunidade, aí, a gente **busca**, mas o equilíbrio voltou. Aquele medo o povo já se acostumou” ( $M\chi^2 = 6,61$ ).

Nesse contexto, Sabourin (2009) aponta que a prática de uso compartilhado de um recurso é capaz de gerar valores éticos e sentimento de confiança e de equidade entre os usuários. “Trata-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns” (SABOURIN, 2011, p. 38).

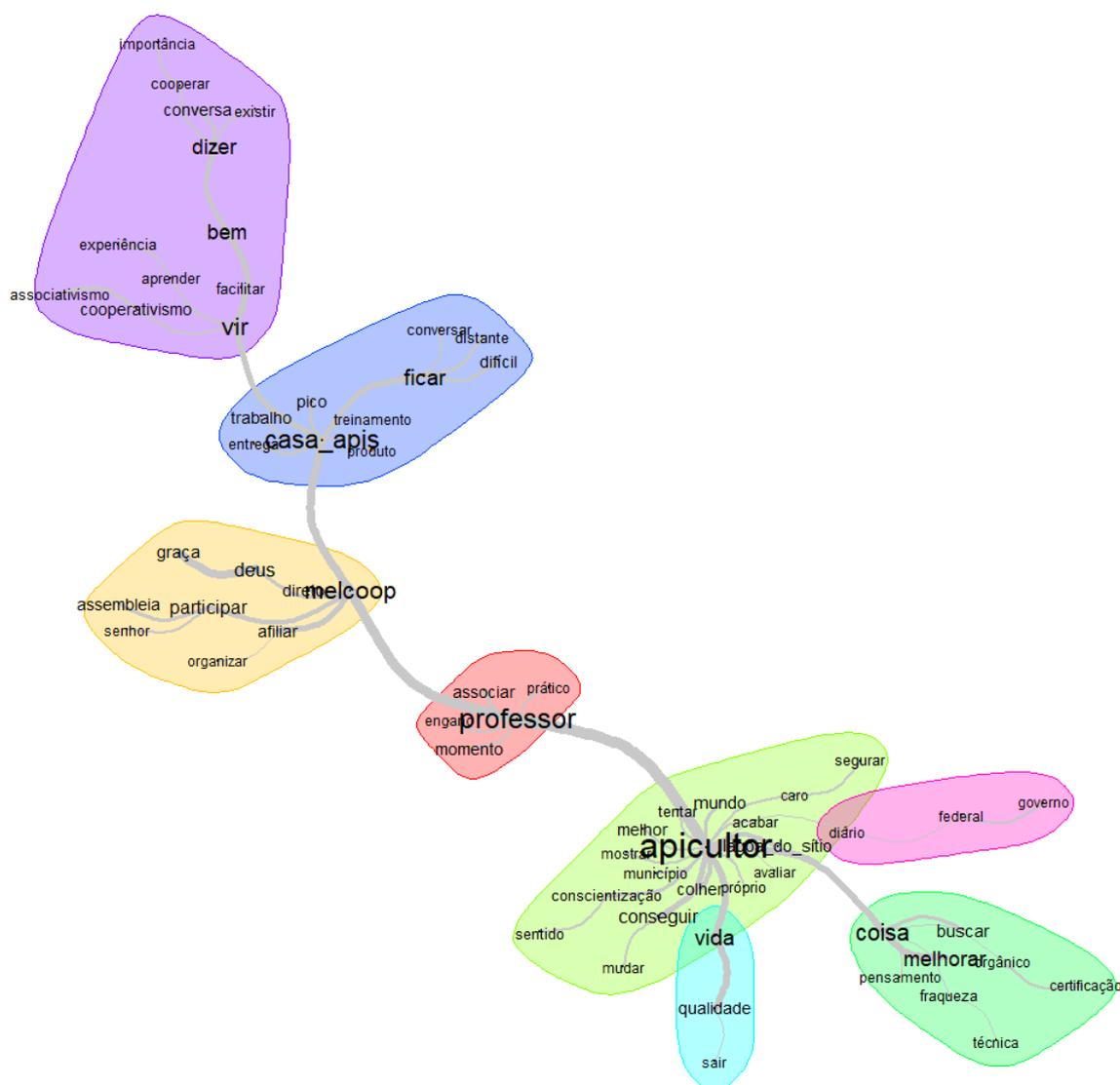
Observa-se ainda a figura do atravessador em um dos aspectos relacionados à coleta do mel: “Como eu **disse** antes, o **atravessador chegava** e, simplesmente, não agregava o valor que a gente **precisava**. Só chegava e **dizia** – “Eu **quero comprar mel**” – E levava o nosso **mel**, não dava suporte. Hoje, não. Hoje, a gente é afiliado à CASA APIS, à MELCOOP. O caminhão vem buscar na casa de **mel**. A gente tem assistência técnica da CASA APIS dentro da própria comunidade” ( $M\chi^2 = 16,32$ ) e “(...) porque ele **chega** lá e consegue mais dois **tambores** na **casa** de outro apicultor e termina que escorrendo um pouco pelo ralo a nossa produção, o que **acontece**? O **atravessador**, ele fica com dinheiro em espécie” ( $M\chi^2 = 20,34$ ). Uma das principais razões para venda do mel para os atravessadores é a facilidade em receber dinheiro, o segmento ““Vai **levar** oito dias para **receber** o dinheiro?!” – Então, já **aconteceu** situação, professora, para você ter uma ideia, a filha do **cara** estava doente, o cara ligou para mim – ‘Presidente, **rapaz**, eu estou **precisando**”” ( $M\chi^2 = 14,96$ ).

Considerando os segmentos de texto acima e tratando do atravessador destacamos que, mesmo a CASA APIS oferecendo suporte técnico e logístico, alguns agricultores familiares ainda repassam uma parcela de sua produção para essa figura. A partir do diário de campo e observação sistemática, destacamos que esses agricultores estão satisfeitos em repassar a sua produção para a cooperativa singular onde são sócios, mas, diante de situações emergenciais, tais agricultores vendem, em média, entre 10 e 20% do mel produzido para os atravessadores, tendo em vista o atendimento de situações emergenciais e necessidades básicas das famílias pesquisadas.

O segundo bloco de segmentos de texto passa por uma divisão e gera duas classes, a primeira é a Classe 2, que agrupa 27,5% dos segmentos de texto, e as

palavras associadas a elas estão relacionadas a melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Na Figura 32, é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, na qual se observa um grafo com diversas comunidades ligadas de maneira linear. A partir das comunidades “apicultor”, “vida” e “diário” é possível perceber que essa classe aborda aspectos relacionados à qualidade de vida dos agricultores familiares, em especial as melhorias proporcionadas a partir do trabalho em cooperativa. Notam-se ainda aspectos relacionados ao avanço dos processos de trabalho, especialmente através de serviços ofertados pelas cooperativas por meio de técnicos, impactando diretamente no volume da produção.

Figura 32 – Análise de similitude, Classe 2, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos “*No meu modo de ver, ela é muito importante a nossa cooperativa, a **MELCOOP**, porque depois que a **gente** se **afiliou**, foi que a **gente conseguiu melhorar e organizar a nossa vida como apicultor, professora**” ( $M\chi^2 = 19,89$ ), “*E eles **vêm melhorando a qualidade de vida do apicultor. Professora, assim, se nós apicultores formos focar na apicultura, dá. Agora, a gente tem um grande vilão, que é a seca**” ( $M\chi^2 = 22,93$ ) e “*Porque, assim, logo em seguida, quando a **gente se afilia à MELCOOP e à CASA APIS a gente consegue adquirir 175 colmeias, que mudou a qualidade de vida de 10 apicultores**” ( $M\chi^2 = 16,02$ ) destacam a percepção dos gestores para os efeitos da associação na qualidade de vida dos produtores. Além disso, é válido destacar os aspectos aprimorados nas condições de trabalho, como visto em: “*infraestrutura, para **gente poder dar melhores condições para os apicultores e sempre estar melhorando, sempre estar buscando conhecimento para trazer para os apicultores. A gente sempre tem muita coisa a melhorar e implantar o que já tem**” ( $M\chi^2 = 17,06$ ).****

A partir do segundo segmento de texto acima, pode-se inferir que um dos gestores da cooperativa singular considera a seca como “*um grande vilão*”. Considerando o diário de campo, apontamos que um gestor da cooperativa singular está desenvolvendo de forma individual e com recursos próprios um projeto de irrigação de plantas nativas do semiárido com o objetivo de ter florada o ano inteiro e, dessa forma, produzir mel durante todos os meses do ano. Esse projeto está em fase inicial e ainda não há comprovação prática de eficácia, contudo, está em andamento e aguardando resultados.

O semiárido é uma região marcada pelas irregularidades de chuva e que predomina em sua vegetação a caatinga. De acordo com Alves (2007), essa vegetação possui características peculiares como mata pouco densa, árvores de pequeno porte e que se desfolham completamente na estação seca, permitindo adaptação às condições geoambientais da região.

Considerando o contexto histórico e social dessa região, Silva (2007) destaca que o semiárido brasileiro tem sido “*marcado pelas duradouras contradições e injustiças sociais. Os indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda são os piores em relação à média nacional*” (SILVA, 2007, p. 470). Contudo, estudos realizados por Silva (2007) e Sousa (2005) apontam que a maioria dos problemas sociais e econômicos vivenciados nessa região são consequências da concentração

de terras e águas, além da ausência ou pouca efetividade de políticas públicas destinadas e específicas para essa região.

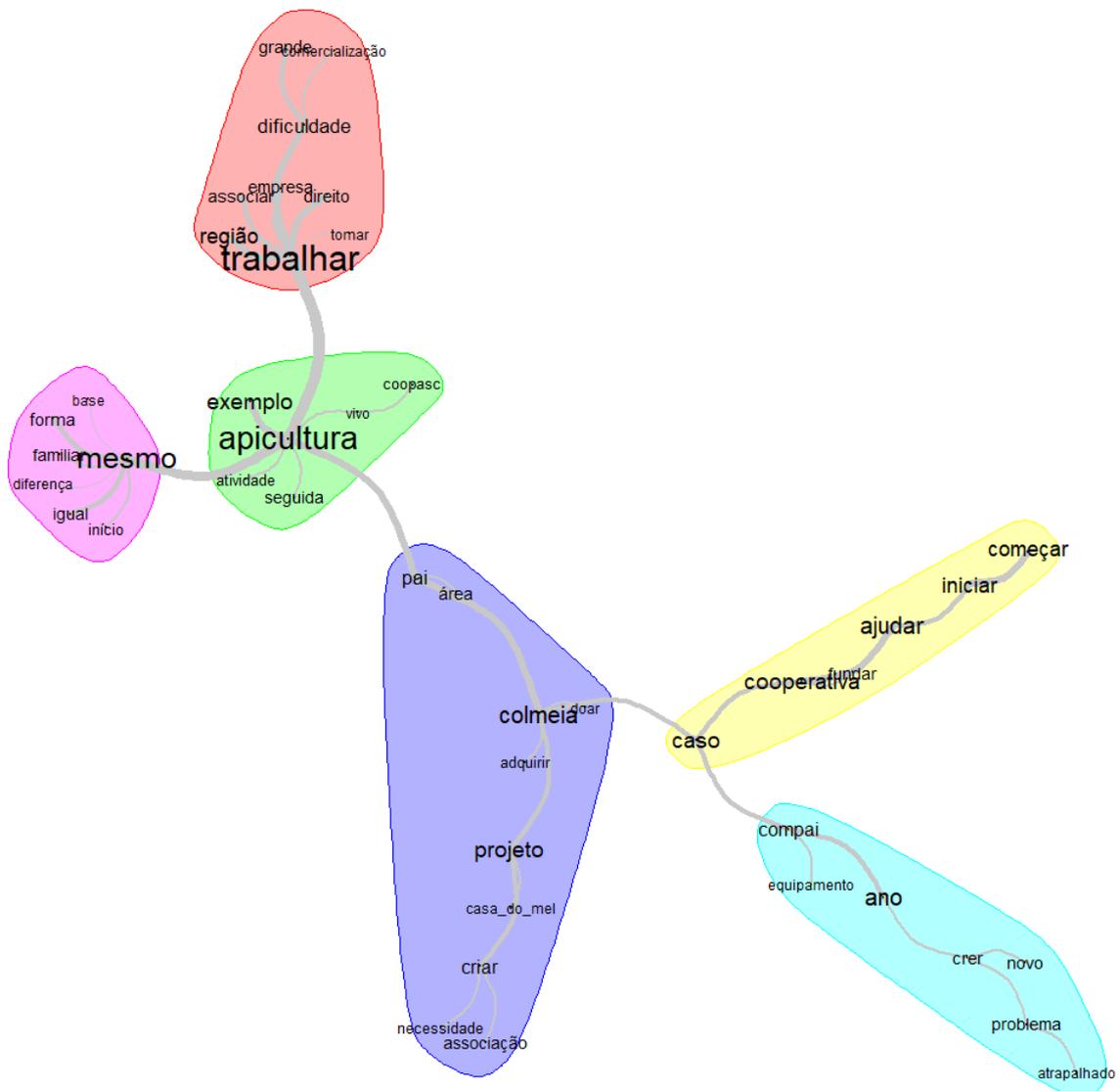
Os gestores destacam ainda o papel da CASA APIS: “*Hoje, a gente é afiliado à CASA APIS, à MELCOOP. O caminhão vem buscar na casa de mel. A gente tem assistência técnica da CASA APIS dentro da própria comunidade. A gente tem vasilhame da CASA APIS dentro da comunidade*” ( $M\chi^2 = 12,75$ ). Ademais, narram aspectos relacionados à entrada na associação: “*O estatuto só permite à professora se afiliar à MELCOOP, se a professora vier de uma base, onde a professora tem que apresentar curso de cooperativismo e associativismo e boas práticas*” ( $M\chi^2 = 15,08$ ).

Nesse contexto, podemos observar um discurso relacionado à posse e ao domínio de bens de produção, especialmente quando envolve materiais que vêm da central de cooperativas e que seria de uso coletivo. Dessa forma, destacamos que, em certa medida, esse discurso por parte de um gestor pode abrir portas para a figura do atravessador. Nesse sentido, Singer (2002) define a Economia Solidária como “modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10).

Corroborando Singer (2002) e considerando os princípios da economia solidária, Gaiger (2004) aponta “que se espera ver internalizados na compreensão e na prática de experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (GAIGER, 2004, p.11).

Por fim, a Classe 1 agrupa 22,1% dos segmentos de texto considerados pela CHD, e as palavras associadas a ela permitem inferir que a classe aborda a entrada dos gestores e agricultores familiares na apicultura. Na Figura 33, verifica-se o resultado da análise de similitude para essa classe, na qual se observa um conjunto de comunidades organizadas de forma linear. Com base nas palavras que formam as comunidades e nas relações que essas estabelecem, é possível inferir que essa classe enfatiza o início do trabalho na apicultura, com ênfase para os membros da família e da comunidade que já desenvolviam essa atividade. Além disso, a aquisição das primeiras colmeias também é apontada, destacando o papel das cooperativas neste momento das atividades dos agricultores.

Figura 33 – Análise de similitude, Classe 1, entrevistas, bloco 1.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Como dito, a produção do mel é feita em um contexto de agricultura familiar, na qual os pais dos agricultores são destacados, como em: “Assim, eu **comecei** na **apicultura mesmo** desde jovem, **ajudando** meu **pai**, ele apicultor, eu acho que já tá bem com uns vinte **anos** já que a gente **iniciou, né?!**” ( $M\chi^2 = 22,38$ ) e “Se eu não me engano, foi 25 ou foi 50 **colmeias**. Aí, meu **pai** botou, mas meu **pai** não dominava essa **área**. Comprou porque ele já **trabalhava** com tudo de roça, menos com **apicultura**.” ( $M\chi^2 = 22,38$ ). Nesse contexto, as associações parecem facilitar ou incentivar iniciativas, como em: “eu **adquiri** umas caixinhas e fui **começando** a

*trabalhar com a apicultura. E a gente iniciou assim. No caso do meu pai, ele adquiriu, primeiramente, quatro colmeias, no projeto que teve na associação de Isaías Coelho, que é ligado ao pessoal do padre Geraldo, da COMPAI'* ( $M\chi^2 = 20,24$ ).

Outro início destacado pelos gestores é relacionado à cooperativa, como em: *“desde 2002 que a gente vem trabalhando com a apicultura. Em 2004, a gente fundou a associação, que é a APLA, a Associação dos Apicultores do Município de Lagoa do Sítio, da qual a gente fazia parte e faz parte até hoje dessa associação”* ( $M\chi^2 = 22,72$ ). Além disso, o início da venda do mel por parte das cooperativas também é apontado, como em segmentos do tipo: *“A gente não sabia vender, ia descobrindo, começamos a descobrir os pontos de captura, mas daquele jeito, por conta própria, né?! Eu sabia que ia aprender, agora onde (...)”* ( $M\chi^2 = 28,30$ ). As cooperativas também são descritas como incentivadoras, como mostra o segmento: *“não somente os associados, ela incentivou outras pessoas a criarem abelha, quem nem participou do projeto, porque, por exemplo, cada apicultor da COMPAI que recebeu o projeto do Banco do Nordeste, ele recebeu uma centrífuga, uma mesa, um equipamento para trabalhar com apicultura”* ( $M\chi^2 = 16,23$ ).

Considerando a fala dos agricultores familiares e o diário de campo, podemos destacar que o início da apicultura piauiense está, de certa forma, vinculado às atividades de ação social desenvolvidas pela igreja católica que tinha como objetivo inicial a subsistência do homem no semiárido. Vale destacar que, antes de se associar a uma cooperativa, o agricultor familiar pesquisado precisa ser sócio de uma associação na comunidade onde vive. E, o início da formação e da implementação de grande parte dessas associações, no Estado do Piauí, foram incentivadas por meio de ações que envolviam igreja católica, dioceses, comunidades eclesiais de base (CEB) e pastorais, como exemplo, apontamos também o caso da COMAPI.

A COMAPI, Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes, no Piauí, foi criada em 2007 a partir da experiência de organização e comercialização do mel na Associação dos Apicultores de Simplício Mendes - AAPI. De acordo com Caldas (2004), a AAPI, fundada em 1994, foi implementada sob iniciativa e responsabilidade do padre alemão Henrique Geraldo Martinho Gereon (conhecido como Padre Jerún), da paróquia de Simplício Mendes, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos pequenos produtores da região.

A COMAPI, com sede em Simplício Mendes, atualmente não integra a Central de Cooperativas CASA APIS, no entanto, conta com uma estrutura apropriada para produção, beneficiamento e exportação de mel. No momento, os seus principais compradores externos são: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália, Inglaterra, dentre outros; encontrando também o produto nas prateleiras do mercado interno. A COMAPI juntamente com a CASA APIS são os maiores exportadores de mel do Piauí, organizados em cooperativas e capazes de mudar a realidade socioeconômica de agricultores familiares que vivem no semiárido piauiense.

Ainda se tratando do início das atividades apícolas no Piauí, é pertinente destacar as dificuldades encontradas no processo de venda do mel, tendo em vista que os agricultores familiares não foram preparados para comercializar o excedente produzido. Nesse contexto, Caldas aponta que: “a produção familiar, no início, não foi pensada e realizada para gerar excedentes produtivos, mas apenas como complemento da renda e para a subsistência da família. A renda (monetária) familiar seria adquirida fora da propriedade, por meio da prestação de serviços (diárias)” (CALDAS, 2004, p.64).

Contudo, o cenário social e econômico em torno do mel piauiense foi se transformando à medida que os agricultores familiares foram se dedicando à atividade. Assim, Guimarães (1989) já via a apicultura como uma atividade que cumpre os critérios que envolvem a base da sustentabilidade: “o econômico, porque gera renda para os agricultores; o social, porque ocupa a mão-de-obra familiar no campo, diminuindo o êxodo rural; e o ecológico, porque não se desmata para criar abelhas” (GUIMARÃES, 1989, p. 32).

De forma geral, a primeira classe a ser destacada nesta análise se refere ao processo de cultivo das abelhas, bem como os elementos ligados à produção direta no campo (Classe 5). Em seguida o corpus passa por uma divisão que gera dois blocos de informação, o primeiro agrupa aspectos acerca do mercado em torno do mel (Classe 4) e de outras formas de atuação das cooperativas, especialmente no suporte aos agricultores (Classe 3). O segundo bloco aborda os efeitos produzidos pelas cooperativas na qualidade de vida dos agricultores, bem como em suas condições de trabalho (Classe 2), além de destacar a entrada dos gestores na apicultura, e do início das atividades em cooperativa (Classe 1).

#### 4.2.2.2 Relações entre central, singulares e unidades familiares

O segundo corpus de entrevista analisado se refere a questões acerca de aspectos ligados às relações entre as singulares e a central, bem como com as famílias das localidades. O corpus é formado pelas respostas dos participantes às questões 10 a 15, sendo essas, assim como para o primeiro corpus, identificadas nas entrevistas semiestruturadas e organizadas em um único texto. O segundo corpus das entrevistas é formado por três textos, os quais são compostos por 2.566 ocorrências, sendo 694 formas, das quais 55,2% são hápax. Na Figura 34, é possível observar o resultado da nuvem de palavras para esse corpus, no centro da imagem nota-se em destaque o verbete “estar”, além dos verbetes “vir”, “assembleia” e “participar”, indicando que esses são os elementos mais frequentes no corpus.

Figura 34 – Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 2.

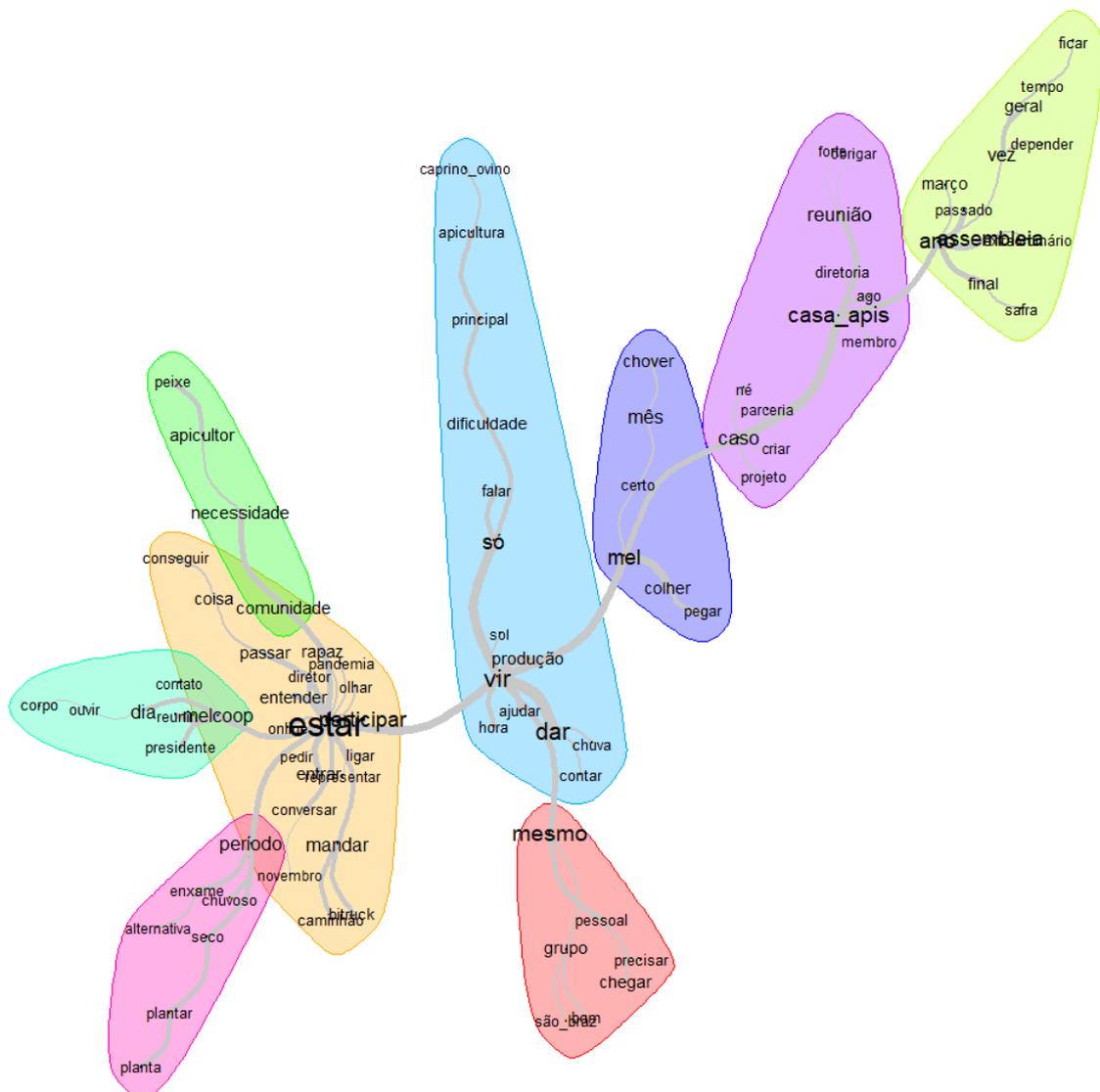


Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Por sua vez, na Figura 35 é possível observar o resultado da análise de similitude para o corpus, na qual se observam diversas comunidades organizadas de forma linear iniciando em “estar”, à qual estão ligadas as comunidades “período”, “MELCOOP”, “comunidade”, “vir”, “mel”, “CASA APIS” e “assembleia”. A partir das

palavras que formam as comunidades, bem como das palavras que as formam, é possível inferir que o corpus aborda aspectos relacionados à estrutura de funcionamento das singulares em relação à central, destacando a participação delas nas decisões nos diferentes espaços. Além disso, é possível inferir que o corpus apresenta aspectos relacionados ao enfrentamento de dificuldades dos apicultores, bem como do processo de gestão e levantamento das demandas de trabalho.

Figura 35 – Análise de similitude, entrevistas, bloco 2.



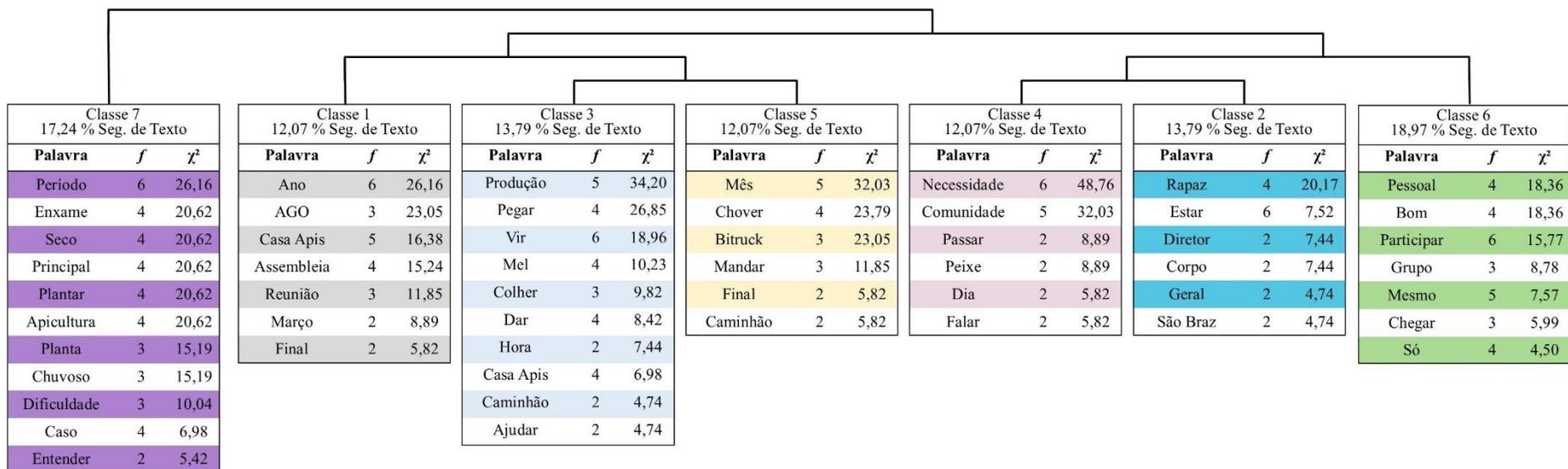
Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

É possível perceber ainda aspectos relacionados a atividades grupais, desde decisão até a implementação de determinadas atividades, todas essas ressaltando o

caráter grupal do trabalho. Nota-se ainda a participação da CASA APIS na captação e execução de determinados projetos, além de reuniões com os diretores das singulares. Para aprofundar essas percepções, realizou-se uma análise de classificação hierárquica descendente (CHD), cujo resultado apresenta retenção de 78,38%, satisfazendo os critérios estabelecidos pela literatura (CAMARGO e JUSTO, 2021).

Na Figura 36 é possível observar o dendrograma de classes resultante desse processo de divisão, bem como as palavras associadas a cada uma das classes.

Figura 36 – Dendrograma de classes, entrevistas, bloco 2.

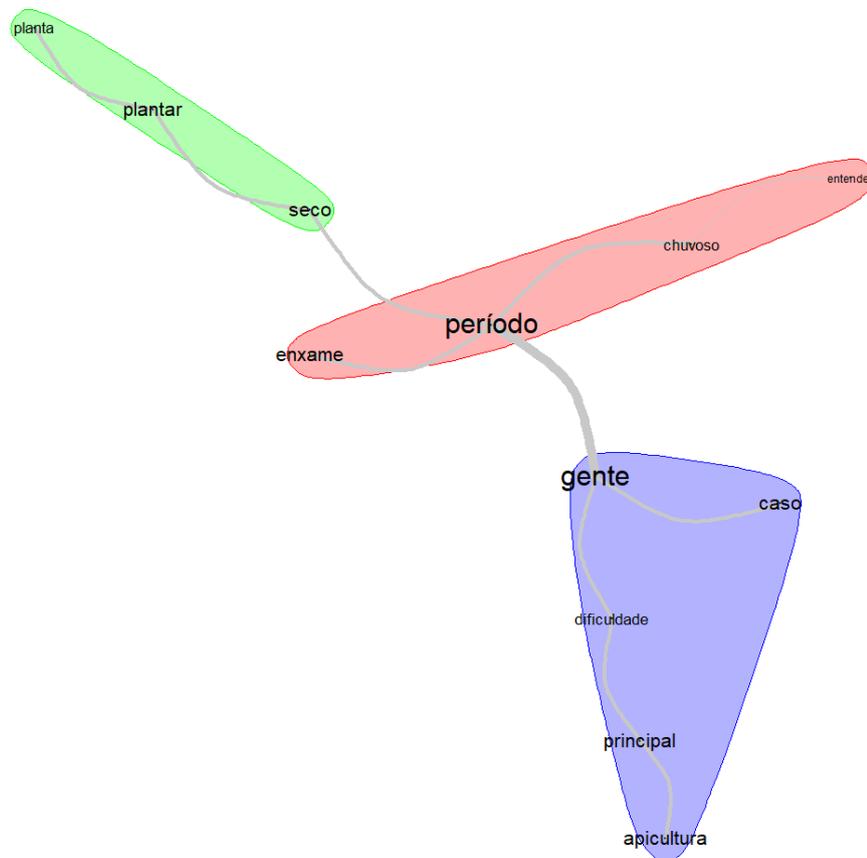


Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

As divisões sequenciais do corpus se iniciam a partir da separação da classe sete, seguida por uma divisão de dois blocos de informação. O primeiro bloco passa por uma divisão inicial que gera a Classe 1 e um outro conjunto de informações, que por sua vez se divide nas Classes 3 e 5. O segundo bloco de informação passa por uma divisão inicial que gera a Classe 6 e um outro bloco de informações, que por sua vez se divide nas Classe 4 e 2. Para cada uma dessas classes apresenta-se o resultado da análise de similitude e os segmentos de texto típico de cada uma, com base na média dos escolares dos verbetes ativos.

A primeira classe a ser separada no corpus foi a Classe 7, composta por 17,2% dos segmentos de texto típicos. As palavras associadas a ela fazem menção à dificuldade de produção do mel em período de seca, ao passo que essa compreensão encontra respaldo na análise de similitude (Figura 37), onde se verificam três comunidades interligadas. De acordo com as palavras que formam as comunidades bem como suas relações, o período da seca pode ser considerada a principal dificuldade na apicultura.

Figura 37 – Análise de similitude, Classe 7, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Quando os segmentos de texto dessa classe são observados, é possível identificar as estratégias pensadas e adotadas pelos gestores para enfrentamento das adversidades, como ilustram os segmentos “*Tem como amenizar assim, por exemplo, tem alternativas para amenizar a perda de **enxames**, para que a **gente** segure os **enxames**, para, quando chegar o **período chuvoso**, a **gente** produza*” ( $M\chi^2 = 16,23$ ) e “*(...) é só nesse **período chuvoso**, aí a **gente** fica o restante do ano sem colher o mel, no **caso**, sem ter renda da **apicultura**, **entendeu?! Ah, as principais dificuldades** nossas é perda de **enxame** nesse **período** que não tá chovendo, esse **período** de escassez*” ( $M\chi^2 = 14,29$ ).

Entre estratégias de enfrentamento indicadas pelos participantes, destaca-se o cultivo de plantas que floresçam no período da seca, como enfatizam os segmentos: “*Eu mesmo iniciei um experimento aqui na minha roça, ano passado. **Plantei** quase um hectare de algumas **plantas**, moringa, leucena, sabiá, irrigados! Eu coloquei alguns **enxames** e segurou, né?!*” ( $M\chi^2 = 17,11$ ) e “*Digamos, hoje a **gente** tá com uns*

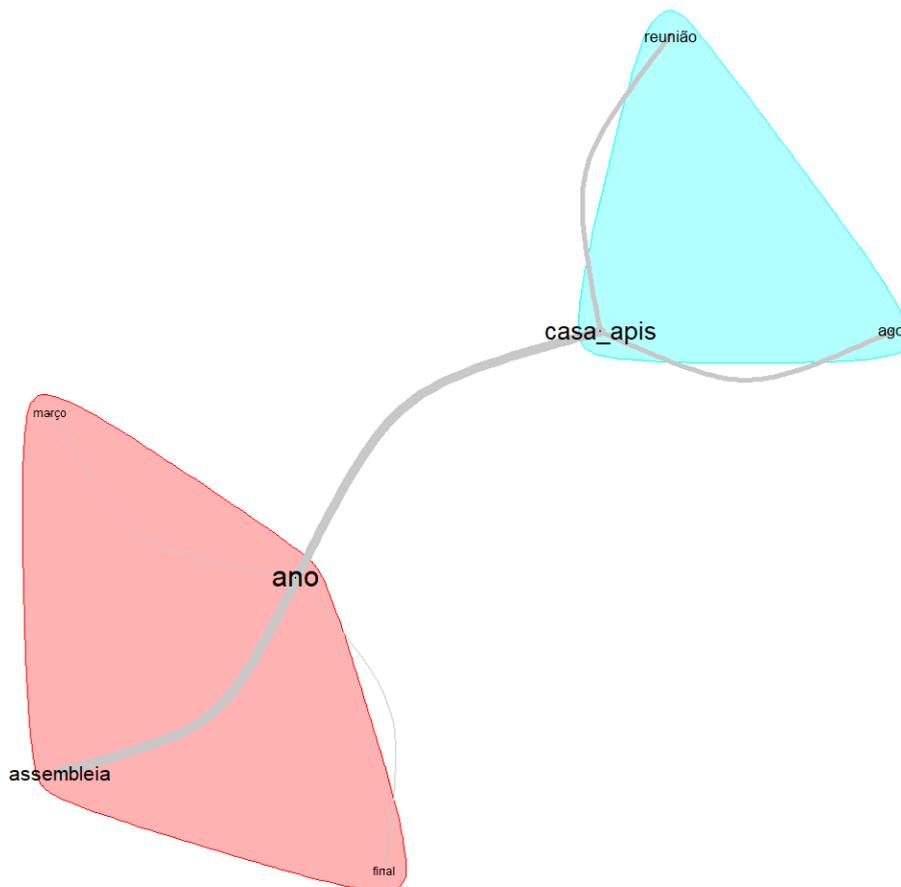
viveiros de **plantas**, nós temos um viveiro que a **gente** tá iniciando. **Plantar plantas** que a **gente** sabe que flora durante o **período seco**” ( $M\chi^2 = 17,11$ ).

Assim como na classe 2, representada pela figura 17, a seca aparece como “*um grande vilão*” demonstrando necessidade de estratégias de enfrentamento para evitar a perda de enxames. A partir dos segmentos de texto acima, podemos inferir que os gestores das cooperativas singulares têm a compreensão da possibilidade de convivência com o semiárido. Contudo, considerando o diário de campo, podemos destacar a ocorrência de iniciativas individuais de alguns gestores frente às estratégias para evitar a perda de enxame durante o período de estiagem.

Na visão de Paul Singer, a economia solidária se refere à “rede de organizações, onde os trabalhadores se incumbem de criar sua própria fonte de trabalho, ou buscar acesso a bens e serviços de qualidade a baixos custos, através de uma participação cidadã e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos” (SINGER, 2002, p.116).

No que se refere à Classe 1, temos 12,1% dos segmentos de texto agrupados aqui, e as palavras associadas a elas fazem menção às reuniões e à assembleia na CASA APIS, com destaque para o período da pandemia. Na Figura 38 é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, na qual se observam duas comunidades, corroborando essa percepção.

Figura 38 – Análise de similitude, Classe 1, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Quando os segmentos de texto dessa classe são analisados, é possível observar de maneira mais objetiva a participação dos cooperados nas reuniões da CASA APIS, como indica o segmento “(...) *faço parte da diretoria da **CASA APIS**. Então, eu sempre participei e sempre levei cooperados da MELCOOP para participar das **reuniões**, das decisões da central **CASA APIS**. As **reuniões** que precisam dos membros são as **AGO: assembleia ordinária**.” ( $M\chi^2 = 17,09$ ). Além disso, os segmentos seguintes destacam a fala dos gestores em relação ao conselho fiscal: “*E também tem as **reuniões** de diretoria, as reuniões de conselho fiscal, que acontecem durante o **ano**. Participa sim, porque a **CASA APIS**, as **assembleias** da **CASA APIS** são compostas por membros das singulares, né?! No caso, nós temos dez membros que participam das **assembleias** da **CASA APIS**” ( $M\chi^2 = 17,41$ ) e “*Essa **assembleia** é da prestação anual de contas, ela é feita até **março** de cada **ano**, também presta contas de tudo o que aconteceu durante o **ano**, tem os balancetes*” ( $M\chi^2 = 16,76$ ).**

A partir dos segmentos de texto acima, podemos destacar a participação dos gestores das cooperativas singulares e de alguns sócios nas principais decisões e reuniões da CASA APIS. Considerando o estatuto da Central CASA APIS, podemos apontar que essa central possui três órgãos de gestão: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, de acordo com a Figura 12, demonstrada no lócus de pesquisa.

Considerando os segmentos de texto, percebemos a participação dos gestores e de alguns sócios das singulares nas reuniões e decisões que envolvem a Central de cooperativas. Porém, considerando o diário de campo e a observação sistemática, destacamos que os agricultores familiares que estão na base do empreendimento em estudo não demonstram domínio dos assuntos e conteúdos discutidos durante tais reuniões. Dessa forma, podemos inferir que tais aspectos podem estar relacionados ao nível de escolaridade dos agricultores familiares estudados, já que a maioria deles conseguem apenas desenhar os seus respectivos nomes, conforme registrado no diário de campo.

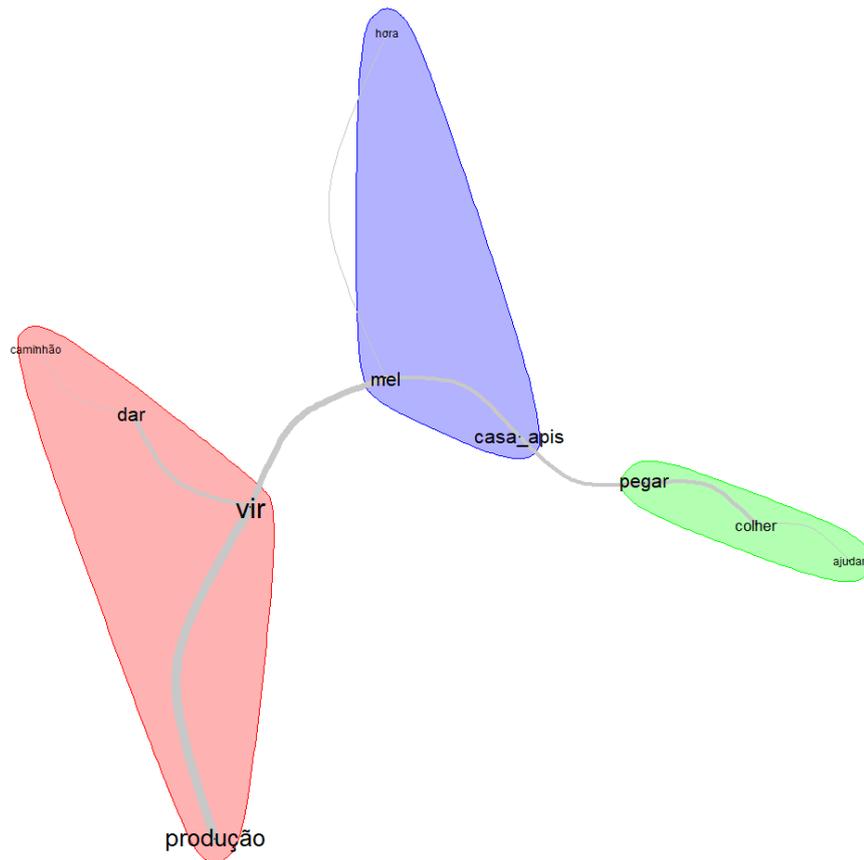
Em estudos anteriores, Bezerra (2015) aponta que a maioria dos agricultores familiares sócios de empreendimentos solidários piauienses declaram possuir apenas nível fundamental. Assim, podemos mensurar que tal fator pode limitar a atuação dos agricultores familiares estudados, inviabilizando a participação em tomada de decisões importantes tanto na cooperativa singular como na comunidade onde estes vivem. Dessa forma, faz-se importante e urgente a atuação de políticas públicas capazes de atuar no enfrentamento dessa problemática.

Nesse contexto, como dito anteriormente, atualmente a Assembleia Geral da CASA APIS é formada por 37 membros, dos quais 10 cooperados representam a COMPAI, 17 representam a MELCOOP e 10 sócios representam a COOPASC. Já a Diretoria Executiva é formada por 2 sócios da MELCOOP, 1 sócio da COMPAI e, por fim, 1 sócio da COOPASC. E, o Conselho Fiscal é formado por 2 sócios da MELCOOP, 2 da COMPAI e 2 da COOPASC.

Em relação à Classe 3, são agrupados 13,8% dos segmentos de texto retidos por esta análise, e as palavras associadas permitem inferir que a classe versa sobre o processo de transferência do mel das singulares para a central. Na Figura 39, é possível verificar o resultado da análise de similitude, na qual três comunidades interligadas são observadas. Com base nas palavras que formam as comunidades,

bem como nas relações que elas estabelecem, é possível confirmar essa percepção levantada com base nos verbetes associados, destacando o processo de chegada dos caminhões para a condução do mel para a CASA APIS, além disso é possível observar aspectos ligados ao suporte na colheita do mel.

Figura 39 – Análise de similitude, Classe 3, entrevistas, bloco 2.



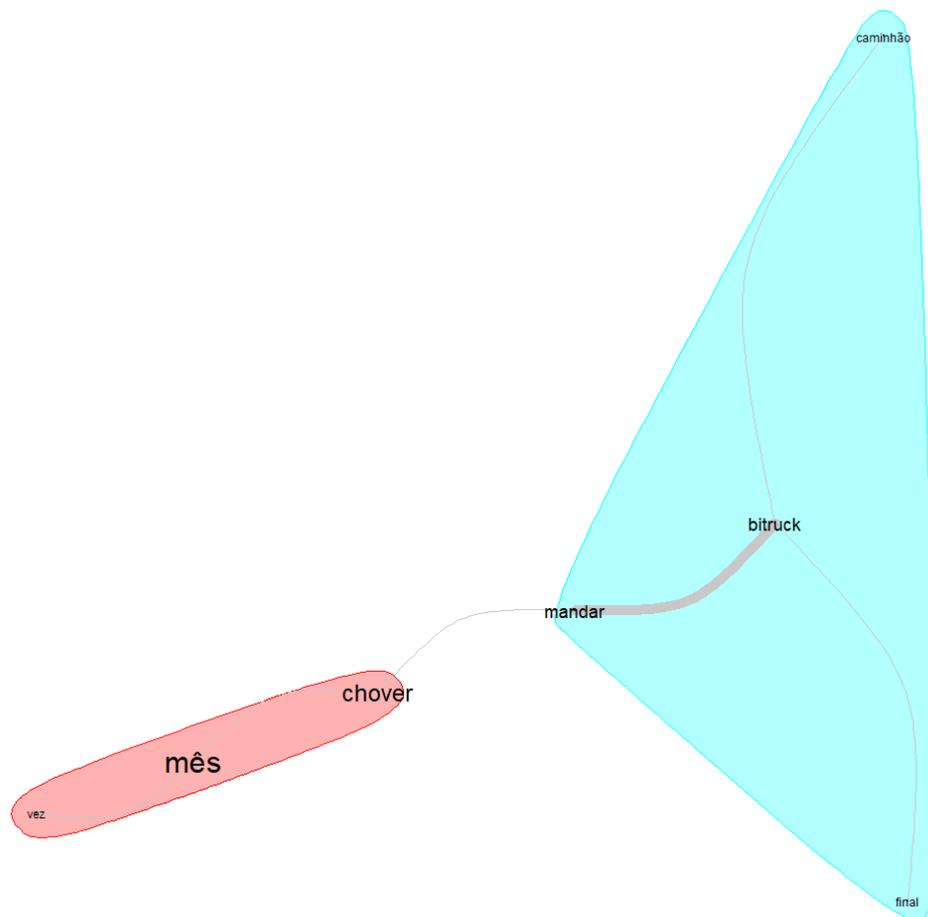
Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto destacam a facilidade ao se ter um caminhão buscando o mel, como pode ser visto em “a **CASA APIS** só tem facilitado na **hora** de comercializar a **produção**, quando a gente **colhe** o **mel** aqui, eles já **vêm pegar**. Tem sido uma coisa que tem facilitado bastante para os apicultores” ( $M\chi^2 = 16,35$ ) e “a **CASA APIS** tem **ajudado** bastante da **produção**, da infraestrutura, no caso de vasilhames, ela fornece vasilhames para gente **colher** e colocar; **vem pegar** o **mel** aqui” ( $M\chi^2 = 16,35$ ). Os gestores destacam ainda que esse processo de coleta do mel nas localidades é marcado por um processo de comunicação nítida e rápida, como ilustra o segmento “eu que ligo, quando está no ponto, eu agendo. Eles que **vêm**, mas, quando está pouco, a gente manda. A gente tem o **caminhão** aqui também e, quando

junta **produção**, esse **caminhão** aqui não **dá** conta de ir, aí aquele grandão lá que **vem**” ( $M\chi^2 = 16,58$ ).

Na Classe 5, estão agrupados 12,1% dos segmentos de texto retidos pela CHD, e as palavras associadas fazem menção ao período de chuva e às dificuldades de produção. Na Figura 40, é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, a qual é formada por duas comunidades, onde se observam os elementos levantados com base nas palavras associadas. Nessa classe, mais uma vez, aparece também o processo de coleta de mel realizado pela central de cooperativas nas comunidades.

Figura 40 – Análise de similitude, Classe 5, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto destacam o volume da produção em épocas de chuva, como destacam os segmentos: “*mas nós já entramos em fevereiro, já. A gente nunca*

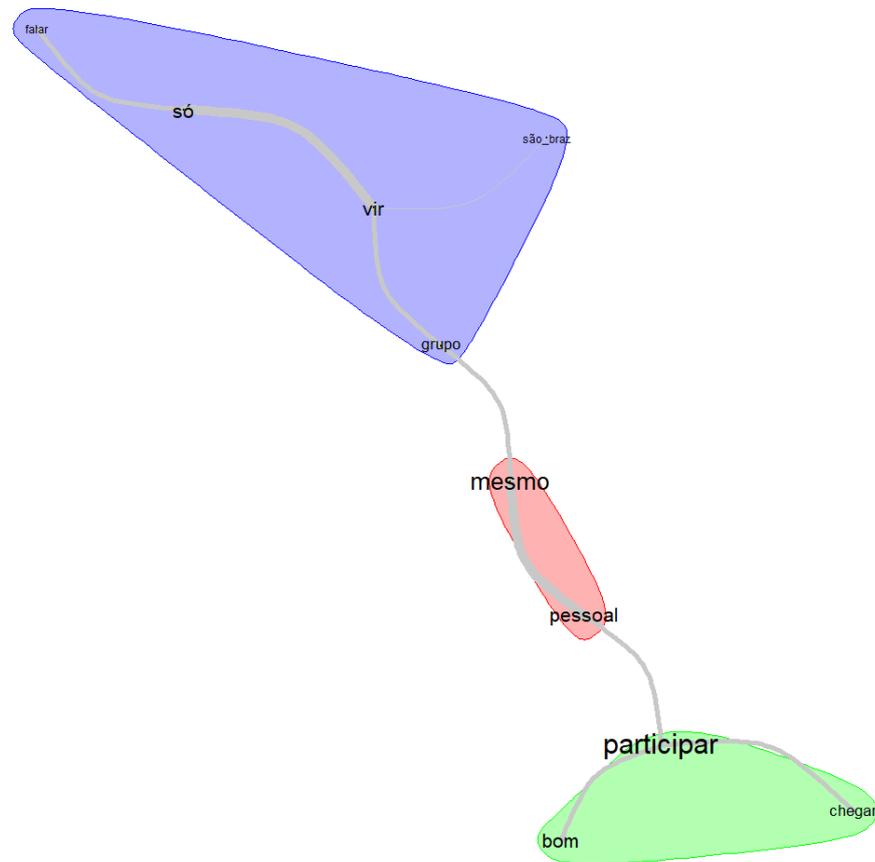
**mandou cinco [caminhões] Bitruck, que vai mais de trezentos tambores, né?! Agora final aí previsto, se chover agora em fevereiro e março, a safra mesmo forte que é abril, maio e junho... É o forte.**” ( $M\chi^2 = 16,13$ ) e “A gente tem um estoque de mais de vinte e cinco tambores talvez aí. Aí, se não **chover**, eu vou **mandar o caminhão** daqui levar. Se **chover**, aí vai ter outra carrada de **Bitruck**.” ( $M\chi^2 = 16,13$ ).

A partir dos segmentos de texto acima, podemos observar que tanto a classe 3 como a classe 5 tratam do transporte de mel da cooperativa singular até a central de cooperativas. Dessa forma, podemos destacar que quando as chuvas são escassas, os gestores da singular enviam os tambores de mel no caminhão da própria cooperativa singular que comporta uma quantidade menor de tambores. Contudo, quando as chuvas são satisfatórias e há um grande volume de produção, esses gestores fazem contato com a central de cooperativas, a qual envia um caminhão com capacidade de transporte superior para tambores de mel.

Podemos destacar ainda que os meses de abril, maio e junho, dependendo das chuvas de fevereiro e março, compõem o período de safra do mel no semiárido piauiense. Contudo, podemos mensurar que aqueles são os meses do ano em que os agricultores familiares pesquisados mais trabalham e se dedicam à coleta e à venda de produtos apícolas.

O segundo bloco de segmentos de texto, após a retirada da primeira classe, passa por uma divisão inicial e gera a Classe 6, a qual agrupa 19,0% dos segmentos de texto considerados pela CHD. Palavras associadas a essa classe fazem menção ao grupo de trabalho desenvolvido nas cooperativas, bem como apresentam elementos que permitem inferir sobre as reuniões das cooperativas, tanto nas singulares como na central. Na Figura 41, é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, onde se verificam três comunidades organizadas de maneira linear, cuja interpretação vai ao encontro das percepções levantadas a partir das palavras associadas.

Figura 41 – Análise de similitude, Classe 6, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto destacam a participação coletiva dos cooperados em reuniões, como pode ser visto em: “hoje **mesmo** tem uma hoje, estava para à tarde. Eu marquei ontem de noite, tem um **grupo** que **vinha chegar** de São Raimundo, e o **pessoal** ainda **veio**, e é porque eu não ia chamar, **só** para o **pessoal** de mais perto” ( $M\chi^2 = 7,98$ ). Além disso, os gestores apontam que a participação dos cooperados tende a ocorrer em pequenos grupos, em função da localidade em que moram, como pode ser visto em “mas tem uns que **participam** sim. Esse **grupo** lá são umas vinte a trinta pessoas. Agora, **bom mesmo** é o **grupo** de Tanque Velho, é **bom demais**” ( $M\chi^2 = 12,62$ ) e “mas é porque aqui tem um **grupo** de **São Braz** que, se eu marcar com meia hora, **vem** todo mundo, é um povo **bom** demais. **Falam**, participam. Dão. Tem uns que ajudam, outros **vêm só** para ouvir” ( $M\chi^2 = 7,92$ ).

Por meio dos segmentos de texto acima, podemos inferir que os gestores das cooperativas singulares conseguem melhor participação dos agricultores familiares

sócios em reuniões, quando estas acontecem ou são organizadas por grupos e/ou comunidades. Dessa forma, pode-se mensurar que tal fato acontece devido às cooperativas singulares serem compostas por várias comunidades e, ainda, umas distantes das outras, e tal fator demanda do agricultor sócio transporte, disponibilidade e organização diante suas tarefas diárias.

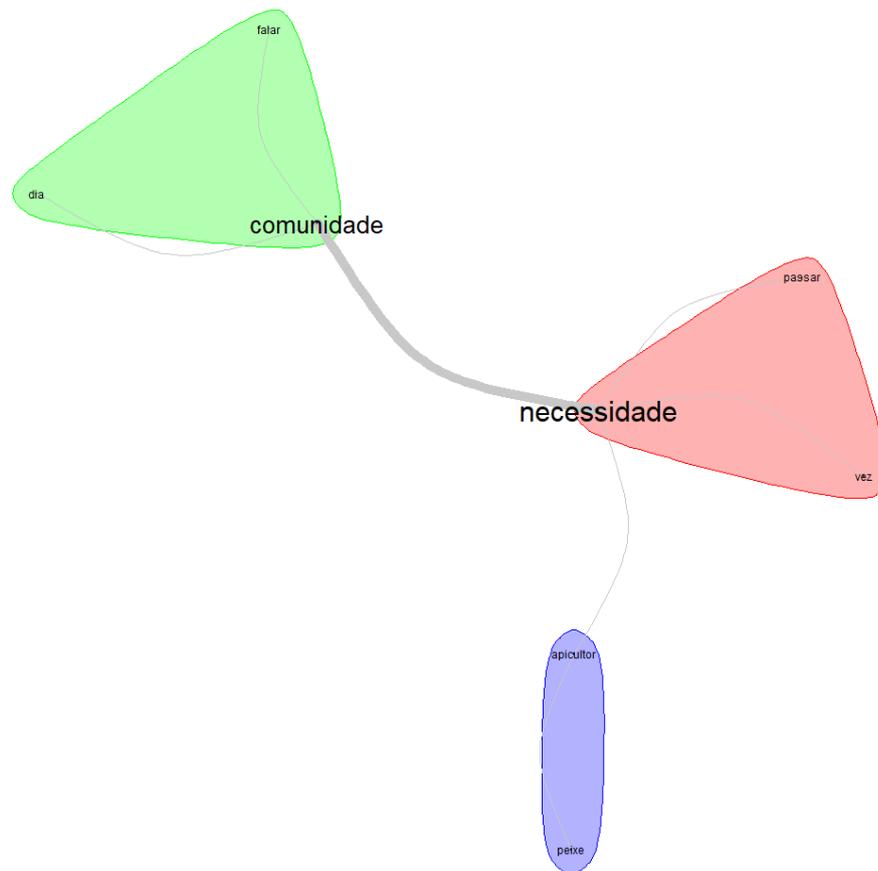
Ademais, destaca-se o processo de comunicação e como a tecnologia auxiliou esse processo, como em “*a gente tem o e-mail, mas o zap é mais rápido. Era só e-mail ou ligava. Era mais... não era **bom** como hoje não. Hoje, a gente resolve tudo ligeiro*” ( $M\chi^2 = 11,43$ ) e “*sexta **mesmo**, ou foi quinta, eu precisei de uma documentação para pagar o mel do povo e enviar, **pessoal** aqui de **São Braz**, se eles precisarem de informação. É, a gente faz via internet, via zap*” ( $M\chi^2 = 9,54$ ).

Por meio do diário de campo, podemos inferir que alguns agricultores familiares em estudo possuem acesso a aparelhos celulares, de uso próprio ou pertencente a algum membro familiar mais jovem. O aparelho, especialmente no período pandêmico, tem viabilizado a comunicação da cooperativa singular tanto com os agricultores familiares que vivem nas comunidades como com a central de cooperativas. Através da observação sistemática e do diário de campo, podemos destacar que algumas casas nas comunidades rurais possuem ‘antena rural’, permitindo assim o uso do aparelho celular e, a partir deste, disseminar a informação entre os moradores de determinada comunidade.

Assim, podemos mensurar que tal fato se tornou realidade em muitas comunidades rurais por meio do programa social Luz para Todos, criado pelo decreto federal nº 4.873/2003 e que permitiu moradores de áreas rurais terem acesso a geladeiras, celulares, internet etc, realidade que até então não fazia parte da vida da maioria dos agricultores familiares do sertão piauiense.

No tocante a Classe 4, a qual agrupa 12,1% dos segmentos de texto retidos pela CHD, as palavras associadas a essa classe estão relacionadas às necessidades da comunidade, ao passo que na Figura 42, o grafo da análise de similitude aponta para três comunidades, interligadas, além de destacar alguns aspectos narrados pelos gestores em relação à necessidade das comunidades.

Figura 42 – Análise de similitude, Classe 4, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto destacam a relevância que os gestores atribuem ao levantamento das necessidades das comunidades, como em “*então, meu pensamento é que, quando desse certo, quando a minha **vez** chegasse, eu poder ir a Lagoa do Barro, a Acauã, a São José do **Peixe** ver a **necessidade** dos **apicultores** numa assembleia*” ( $M\chi^2 = 16,63$ ). Além disso, há ênfase na ideia de que a atividade de gestão não ocorre longe da produção do mel, como em: “*porque você ser gestor de uma pasta e estar trancafiado ali e as pessoas à distância, mesmo por videoconferência, pelo online, pelo WhatsApp, você não consegue enxergar a real **necessidade** que a **comunidade** está **passando***” ( $M\chi^2 = 29,89$ ) e “*Rapaz, olha, eu posso **falar** com o meu reitor da Universidade para ajeitar isso e isso para a **comunidade** do seu Marmeleiro<sup>3</sup>, eu posso ajeitar. Então, assim, é aquela viagem*

<sup>3</sup>Marmeleiro: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor

que você vê com seus próprios olhos a **necessidade** que aquela **comunidade** está **passando**. É importante” ( $M\chi^2 = 23,88$ ).

Considerando os segmentos de texto acima, podemos inferir que os gestores das cooperativas singulares têm compreensão da articulação necessária nas cooperativas singulares tendo em vista a melhora de sua respectiva gestão, a partir do momento em que ele sugere levantar demandas nas comunidades que compõem as cooperativas. Dessa forma, podemos ressaltar que cada comunidade, mesmo pertencendo a um coletivo, possui características e problemas peculiares. Tal fato exige do gestor um olhar pontual e dirigido às especificidades dessas comunidades e de seus agricultores familiares.

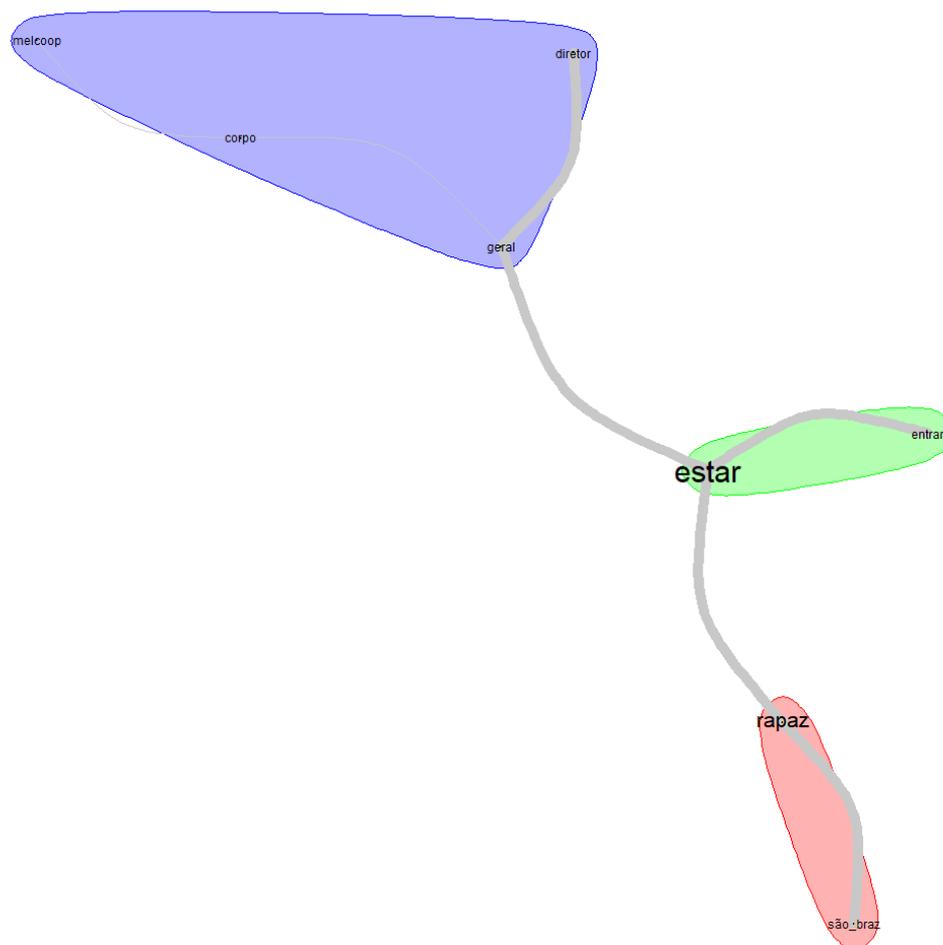
Por esse motivo, faz-se necessária uma gestão que leve em conta as particularidades das organizações de economia solidária. Dessa forma, Andion (1998) considera que a gestão nessas organizações:

(...) deve sair dos limites estreitos do *management* tradicional, para tentar entender a singularidade do fenômeno em questão. (...) a economia solidária apresenta-se como um movimento inspirador e inovador também no que se refere às formas de organização do trabalho (ANDION, 1998, p. 21).

Corroborando Andion (1998), França Filho (2001, p. 247) aponta que o termo economia solidária é capaz de identificar “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas”.

A última classe extraída do corpus é a Classe 2, a qual concentra 13,8% dos segmentos de texto considerados na análise. As palavras associadas parecem estar relacionadas ao corpo diretor das singulares, destacando algumas pessoas e comunidades. Na Figura 43, é possível observar o resultado da análise de similitude para essa classe, onde são observadas três comunidades ligadas de forma linear. A partir das palavras que formam as comunidades, bem como nas relações estabelecidas entre elas, é possível inferir que a Classe 2 aborda aspectos relacionados ao corpo diretor das unidades singulares, bem como a figura de um específico rapaz como ponto focal de uma determinada comunidade.

Figura 43 – Análise de similitude, Classe 2, entrevistas, bloco 2.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Os segmentos de texto dessa classe destacam a formação da equipe, como em: “*entrando em contato com o Jatobá<sup>4</sup>, que é um dos diretores, e com Jacarandá<sup>5</sup>, que fazemos parte do corpo administrativo, e Juazeiro<sup>6</sup>, como diretor geral, estamos sempre conversando, sempre alinhados. Nós não tomamos decisão sem antes ouvir nenhum dos cinco diretores*” ( $M\chi^2 = 6,79$ ). Além disso, a Classe 2 destaca o processo de comunicação entre as gestões, como visto em: “*A gente liga para o **diretor geral**, liga para o comercial, que é o Marmeleiro, às vezes, faz ligação para o nome, com o nome também, com aquele **rapazinho** novo que **entrou**, agora esqueci o nome dele, **estou** sempre conversando com ele, sempre quando precisa*” ( $M\chi^2 = 8,61$ ) e “*É como*

<sup>4</sup> Jatobá: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor

<sup>5</sup> Jacarandá: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor

<sup>6</sup> Juazeiro: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor

*eu disse agora, todo instante, todo dia, eu **estou** em contato com a nossa secretária, Jurubeba<sup>7</sup>, e, eu, presidente da MELCOOP, **entrando** em contato com o Jatobá”* ( $M\chi^2 = 4,61$ ).

A partir dos segmentos de texto acima e considerando a tomada de decisão, podemos inferir que os gestores pesquisados mantêm, com certa frequência, contato e resolvem questões que envolvem as cooperativas singulares através do telefone celular. Assim, podemos destacar também a importância do contato direto e pessoal junto aos agricultores familiares nas próprias comunidades tendo em vista o levantamento de demandas, conforme aparece na classe 4. Porém, podemos afirmar que o contexto pandêmico e o isolamento social das comunidades rurais possibilitaram o uso, com maior frequência, do aparelho celular como instrumento de gestão nos empreendimentos estudados.

De forma geral o segundo corpus apresenta sete nuances, sendo possível perceber entre elas as dificuldades do período seco em comparação ao período chuvoso (Classe 7). Ademais, é possível observar dois grandes grupos em relação às demais percepções dos corpus, o primeiro desses é associado a processos de trabalho de maneira mais estreita, como a descrição da forma como reuniões e assembleias acontecem (Classe 1), bem como da coleta do mel por parte da central na singulares (Classe 3), e de como esses caminhões se relacionam com o período chuvoso (Classe 5). O segundo bloco está relacionado aos processos coletivos da cooperativa, como a atuação em pequenos grupos (Classe 6), o levantamento das necessidades da comunidade (Classe 4), bem como a consideração desses elementos pelo corpo diretor das singulares e da central (Classe 2).

#### 4.2.2.3 CASA APIS e suporte de atores externos

O terceiro corpus de entrevista analisado se refere a questões acerca do suporte de atores externos recebido pelas cooperativas. O corpus é formado pelas respostas dos participantes a duas questões, a saber: “*Na sua opinião, como o governo federal, estadual e municipal poderiam estar contribuindo com a economia solidária?*” e “*Qual a importância da CASA APIS para a cooperativa singular?*” O terceiro corpus das entrevistas também é formado por três textos, os quais são

---

<sup>7</sup>Jurubeba: planta típica do semiárido representando nome fictício de um apicultor

compostos por 1.357 ocorrências, sendo 503 formas, das quais 62,8% são hápax. Na Figura 44, é possível observar o resultado da nuvem de palavras para esse corpus, no centro da imagem nota-se em destaque o verbete “governo”, além das palavras “projeto”, “cooperativa” e “produção”, configurando-se nos elementos mais frequentes no corpus.

Figura 44 – Nuvem de palavras, entrevistas, bloco 3



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

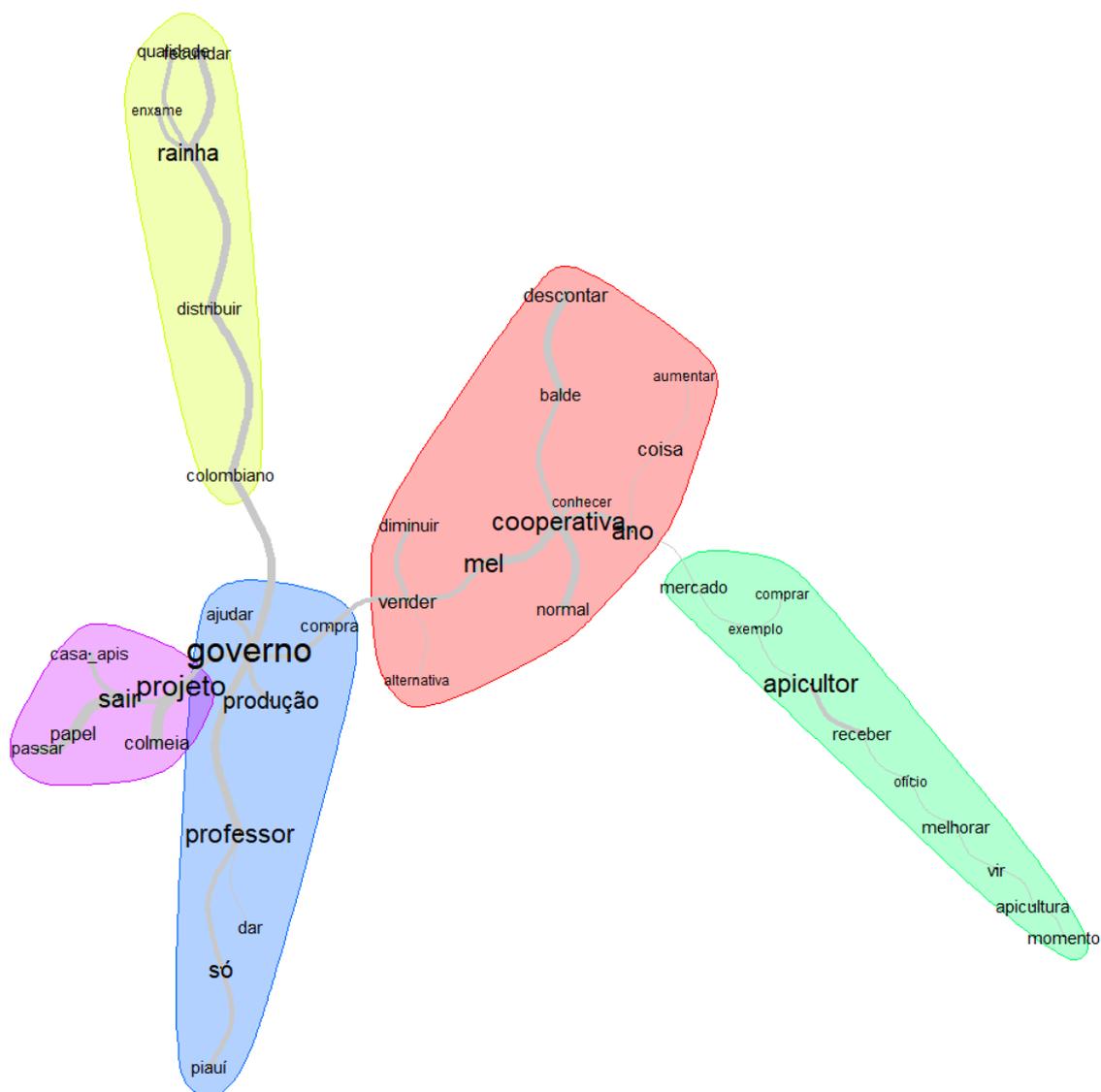
Considerando essa nuvem de palavras, podemos inferir que os agricultores familiares estudados veem o governo como principal parceiro do empreendimento solidário CASA APIS. Diante disso, podemos mensurar que o governo, em seus diferentes níveis, se manifesta junto às cooperativas estudadas, através de projetos realizados e que alcançam os agricultores familiares. Até então, esses projetos tiveram como principal objetivo aumentar a produção de mel. Considerando que o IBGE (2020), por meio da Pesquisa da Pecuária Municipal, coloca o estado do Piauí como o terceiro maior produtor de mel do país, alcançando uma produção de mais 5,6 mil toneladas, podemos mensurar que, de certa forma, a implementação desses projetos tem gerado consequências junto aos agricultores familiares.

Diante disso e considerando o diário de campo, faz-se necessária, neste momento, a discussão junto aos agricultores familiares pesquisados sobre a

importância de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para as áreas rurais brasileira, possibilitando o enfrentamento da pobreza e marginalização de homens e mulheres do campo de forma mais sustentável e consistente.

Para aprofundar as percepções levantadas na análise de similitude, realizou-se a análise de classificação hierárquica descendente (CHD), contudo, pelo volume do corpus, a análise não foi possível de ser realizada. Esse é um desfecho comum, tendo em vista que a CHD demanda um montante expressivo de informações, seja um menor número de textos mais longos ou um volume expressivo de textos curtos. Do mesmo modo que para os corpus anteriores, procedeu-se com a realização de uma análise de similitude, cujo resultado pode ser observado na Figura 45. Nessa figura, é possível observar o resultado da análise de similitude, onde são observadas cinco comunidades ligadas entre si. A partir das palavras que formam as comunidades, bem como nas relações estabelecidas entre elas, é possível inferir que esta análise aborda aspectos relacionados aos suportes de atores externos, sendo o governo considerado o principal parceiro.

Figura 45 – Análise de similitude, entrevistas, bloco 3.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

No gráfico é possível observar o conglomerado de comunidades interligadas, com destaque para aquela organizada ao redor do verbete “governo” e aquela organizada ao redor de “mel”. Essas comunidades estão ligadas a “projeto” e “rainha”, bem como a “apicultor”. A partir das palavras que formam as comunidades, bem como as relações estabelecidas entre elas, é possível identificar que os gestores destacam o governo, em suas múltiplas esferas, como um parceiro chave para o desenvolvimento das atividades, entretanto, parece não existir uma relação estável e

próspera, visto que o governo parece estar interessado na produção, sem fazer investimentos expressivos na capacidade produtiva dos EES.

Considerando que a CASA APIS foi implementada principalmente através de incentivos do governo, especialmente das esferas federal e estadual, podemos inferir que esse aspecto está ligado, de algum modo, ao fato dos agricultores familiares estudados considerarem o governo como um dos seus potenciais parceiros. Diante disso, destacamos a importância que os governos e Estados possuem na criação de ações e programas que objetivem garantir e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis.

É perceptível a aproximação da comunidade “governo” com a comunidade “projeto”. Tal fato permite inferir que os agricultores pesquisados veem no governo a possibilidade de projetos que envolvam a CASA APIS saírem do papel. A partir dessa inferência, apontamos que os agricultores familiares tiveram experiências com alguns projetos no início do empreendimento, tais como: Projeto de Mobilização e Comunicação, Projeto Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável - ADRS, ambos financiados pela Fundação Banco do Brasil, os quais permitiram que tanto agricultores familiares como comunidades envolvidas fossem beneficiados de algum modo.

Diante disso, vale destacar que os projetos, de modo geral, possuem início, meio e fim, além de prazo de validade. Considerando esse aspecto, torna-se pertinente, junto aos empreendimentos e agricultores familiares estudados, a discussão acerca de políticas públicas, sendo estas de maior amplitude, durabilidade, sustentabilidade.

De acordo com Llorens (2001), não se trata, pois, de formulação das políticas públicas de ações meramente compensatórias ou assistenciais. Para o autor, a promoção do desenvolvimento local e a geração de emprego são importantes para enfrentar a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente. Para o propósito, Llorens (2001) aponta que a atuação dos governos territoriais locais e regionais é indispensável e deve funcionar como catalisadores e animadores na criação do “entorno inovador” com vistas a impulsionar o potencial produtivo do território (LLORENS, 2001).

Por meio dessa análise de similitude, percebe-se também que a cooperativa aparece como um elo capaz de manter relações com o governo através de projetos que objetivem alcançar o apicultor. Considerando o diário de campo, podemos inferir que tal percepção está associada ao fato de as cooperativas singulares terem sido

beneficiadas recentemente por um projeto do governo do Estado Piauí, onde houve distribuição de caixas de abelhas para os agricultores familiares organizados em cooperativas e que trabalhavam com apicultura.

É possível observar ainda um exemplo de suporte da máquina pública, no caso da Colômbia, onde foram distribuídas abelhas rainha fecundadas para os apicultores locais. Nesse contexto, parecem encontrar principalmente suporte das cooperativas, tanto no processo de negociação dos valores do mel, quanto no acesso a maquinário e na melhoria dos processos de trabalho. A CASA APIS se destaca por meio da elaboração de projetos junto a diversos atores, para implementação de ações voltadas ao reflorestamento e à manutenção da produção de mel.

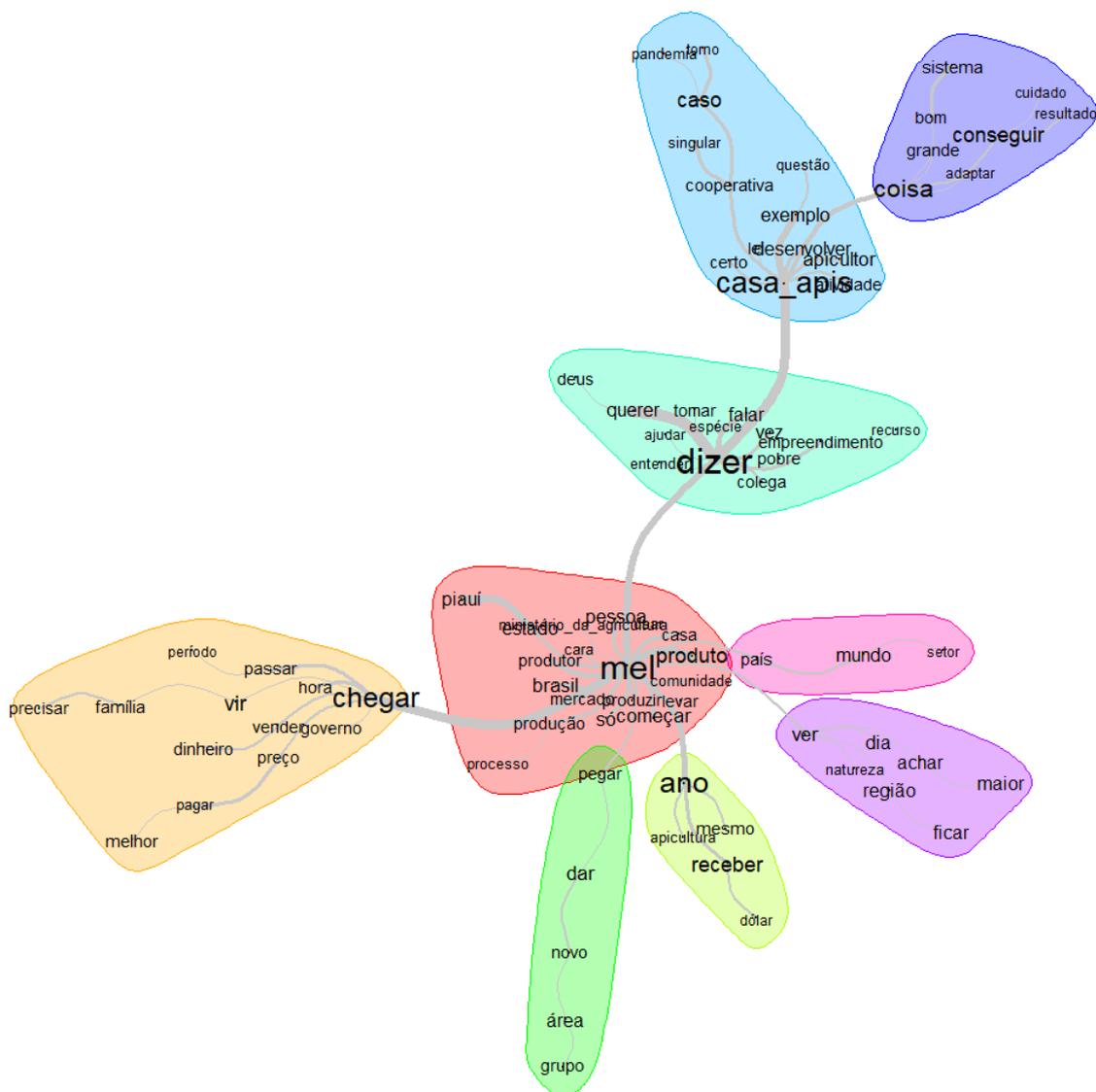
#### 4.2.3 Análise da entrevista com o gestor da Central de Cooperativas CASA APIS

O quarto e último corpus de entrevista analisado é oriundo da entrevista realizada com o gestor da Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro, CASA APIS. Optou-se por analisar essa entrevista em separado dos gestores das cooperativas singulares tanto por motivos técnicos, tendo em vista a diferença no roteiro de entrevista, quando para poder apresentar uma triangulação mais precisa dos resultados, tendo em vista as diferenças no processo administrativo da central de cooperativas em comparação com as cooperativas singulares. Dessa forma, a entrevista foi analisada como sendo um corpus de um texto, formado apenas pelas respostas do gestor, sendo suprimida a fala da entrevistadora, como indica o manual (CAMARGO e JUSTO, 2021).

De forma geral, o corpus é formado por 12.780 ocorrências, sendo 2.453 formas, das quais 56,5% são hápax. Na Figura 46, é possível observar o resultado da nuvem de palavras para esse corpus, no centro da imagem nota-se em destaque o verbete “mel”, além das palavras “dizer”, “chegar”, “ano” e “CASA APIS”, indicando que esses são os elementos mais frequentes no corpus.



Figura 47 – Análise de similitude, entrevista, CASA APIS.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Por outro lado, a organização em cooperativas agrega ao mel produzido pela agricultura familiar um maior alcance no mercado, tendo em vista o acesso à tecnologia e ao conhecimento, convertidos em renda para as famílias. Além disso, o gestor da CASA APIS a coloca como um exemplo de organização voltada para o beneficiamento mútuo de pequenos produtores. Há ainda ênfase nos resultados já alcançados pelas cooperativas, destacando-se nesse processo parceiras institucionais e políticas.

Para aprofundar as percepções levantadas pela análise de similitude, procedeu-se com a realização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a qual reteve 81,94% dos segmentos de texto do corpus. Na Figura 48, é possível observar o dendrograma de classes decorrente da CHD, o qual apresenta o processo de divisão sequencial sofrida pelo corpus até gerar as classes, além das palavras associadas a ela. A princípio, o corpus passa por uma divisão que gera dois volumes de segmentos de texto, o primeiro desses se divide na Classe 4 e em um novo volume, que por sua vez se divide nas Classes 3 e 2. O segundo volume inicial de informações é dividido nas Classes 5 e 1. Como feito nos demais corpus, cada uma das classes será abordada de maneira individual, apresentando-se o resultado da análise de similitude de cada uma, bem como a extração dos segmentos de texto típicos.

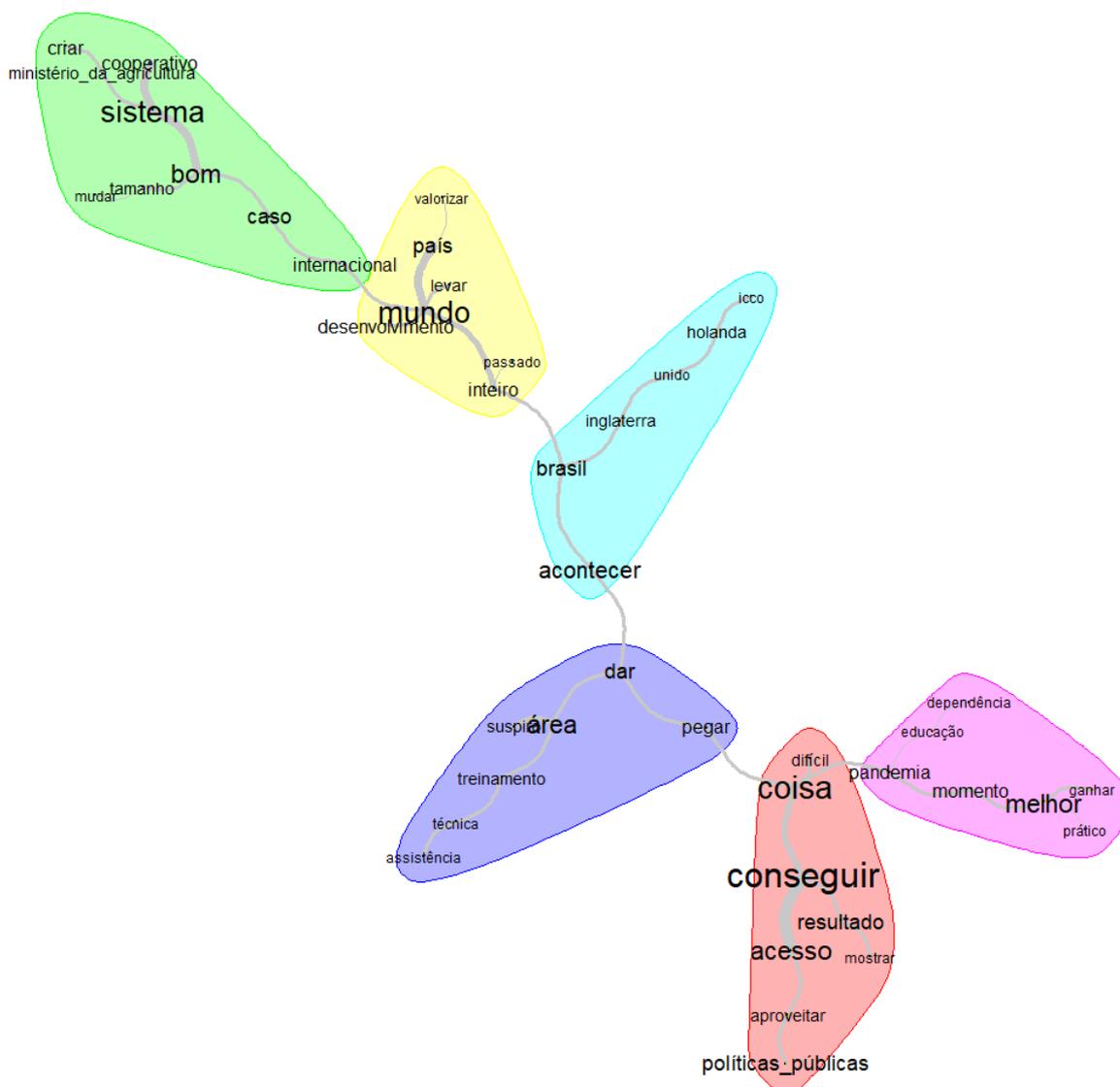
Figura 48 – Dendrograma de classes, entrevista, CASA APIS.

Classe 3 15,13 % Seg. de Texto			Classe 2 18,42% Seg. de Texto			Classe 4 14,80% Seg. de Texto			Classe 5 25,33 % Seg. de Texto			Classe 1 26,32 % Seg. de Texto		
Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$	Palavra	f	$\chi^2$
Atividade	11	45,99	Valor	6	27,11	Acesso	7	41,24	Gente	44	25,74	Vender	10	28,95
Nordeste	6	27,80	Estado	10	24,44	Mundo	9	40,64	Deus	11	25,24	Casa	11	27,52
Espécie	6	22,93	Instituto	5	22,51	Sistema	9	31,90	Dia	12	22,03	Mel	26	24,12
Empreendimento	8	22,77	Atender	5	22,51	Acontecer	6	28,57	Achar	11	22,00	Chegar	20	20,86
Juntar	4	22,73	Parceiro	6	14,37	Inteiro	4	23,33	Adaptar	8	19,81	Dinheiro	12	20,64
Forma	6	19,18	Bolsa	3	13,42	Cooperativo	4	23,33	Trabalhar	8	19,81	Acabar	7	20,06
Próprio	5	17,68	Importante	4	12,83	Conseguir	11	23,30	Janeiro	6	18,04	Querer	12	18,20
Junto	3	16,99	Piauí	8	12,80	Políticas públicas	5	18,22	Conhecimento	6	13,81	Deixar	6	17,14
Público	4	16,66	Pagar	6	11,90	Suspiro	3	17,44	Safra	6	13,81	Cara	5	14,23
Processo	6	16,21	Produzir	7	11,34	Inglaterra	3	17,44	Falar	8	13,56	Quilo	5	14,23
Dizer	15	15,22	Exemplo	9	11,30	Área	7	14,42	Cuidado	7	13,49	Dar	12	14,19
Entender	5	14,36	Região	8	11,21	Bom	7	14,42	Segurança	4	11,95	Entrega	4	11,35
Desenvolver	8	14,29	Casa Apis	15	11,16	Desenvolvimento	4	13,05	Esperar	4	11,95	Prêmio	4	11,35
Produção	7	12,22	Manter	5	10,62	Criar	4	13,05	Dezembro	4	11,95	Comprar	5	10,26
Apicultura	5	11,80	Grupo	6	9,91	Melhor	7	12,70	Colocar	4	11,95	Condição	5	10,26

Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

A primeira classe a ser extraída do corpus é a Classe 4, formada por 14,80% dos segmentos de texto considerados pela CHD. As palavras associadas a ela estão relacionadas à visão do gestor sobre as cooperativas tanto no Brasil como no exterior, além de apresentá-las como efeito de políticas públicas. Na Figura 49, é possível observar o resultado da análise de similitude dessa classe, onde se verifica um conjunto linear de comunidades, as quais, a partir das palavras que as formam e das relações estabelecidas, vão ao encontro das percepções levantadas a partir das palavras associadas.

Figura 49 – Análise de similitude, Classe 4, entrevista, CASA APIS.



De maneira geral, há uma indicação de que o sistema de cooperativas é algo positivo, além de ser visto e valorizado em diversos países. Os aspectos positivos desse tipo de organização, de acordo com o gestor da CASA APIS, estão relacionados principalmente ao fornecimento de suporte técnico aos produtores, tanto em relação a conhecimento quanto a equipamentos. Ademais, há ênfase na relação entre o cooperativismo e as políticas públicas, creditando a elas a efetivação desse tipo de empreendimento. Por fim, essa classe apresenta aspectos relacionados à pandemia de COVID-19, indicando que houve aumento na produção de mel.

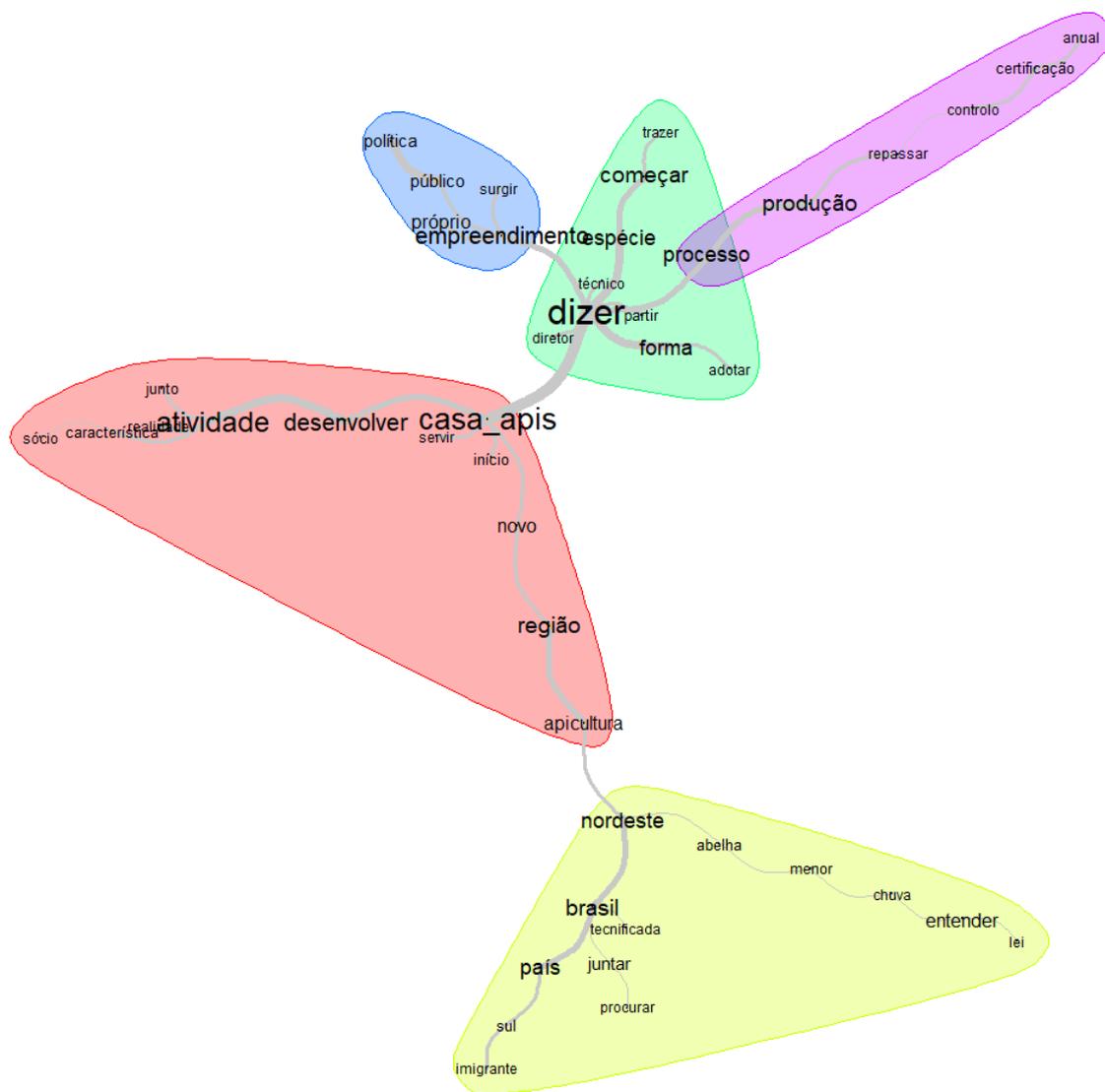
As percepções levantadas pela análise de similitude podem ser identificadas nos seguintes segmentos de texto típicos e associados a essa classe: “(...) *onde ele vai **ganhar** conhecimentos e ele vai **conseguir ter acesso** a essas tecnologias, ele vai **conseguir ter melhores** condições. É o que já está **acontecendo**. Muitos hoje **dão** depoimentos” ( $M\chi^2 = 111,92$ ) e “*nós tivemos uma sorte de **pegar** um período onde as **políticas públicas** estavam voltadas para o social, ao sustentável, e a gente **conseguiu ter acesso** e soubemos **aproveitar** e estamos **mostrando os resultados**” ( $M\chi^2 = 113,58$ ).**

Considerando os segmentos de texto e o diário de campo, podemos inferir que a associação da cooperativa singular a uma cooperativa central possibilitou aos agricultores familiares pesquisados acesso a conhecimento através de cursos, capacitações e treinamentos, além de participação em projetos, tais como aquisição de casas de mel para a comunidade, aquisição de máquinas e equipamentos para funcionamento das casas de mel, aquisição de transportes para as cooperativas singulares e distribuição de mudas de plantas. Destaca-se também que a Central de cooperativas – cooperativa de 2º grau – permite uma abrangência em maior escala dos produtos das suas filiadas, oportunizando assim a comercialização para o mercado internacional, enquanto as cooperativas singulares – cooperativa de 1º grau – permitem alcance em escala menor.

A segunda classe extraída do corpus foi a Classe 3, a qual congrega 15,13% dos segmentos de texto retidos pela CHD. As palavras associadas a ela fazem menção às atividades desenvolvidas pela CASA APIS e a sua localização na produção de mel no Nordeste. Na Figura 50, tem-se o resultado da análise de similitude para essa classe, onde se observam duas comunidades principais interligadas, a primeira organizada ao redor de “CASA APIS”, a qual se liga à

comunidade “nordeste”, ao passo que a segunda se organiza ao redor de “dizer”, estando ligadas a ela as comunidades “empreendimento” e “processo”.

Figura 50 – Análise de similitude, Classe 3, entrevista, CASA APIS.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

O resultado da análise de similitude permite inferir que essa classe aborda os efeitos da produção de mel da CASA APIS, tanto para a região das cooperativas singulares quanto para o Nordeste. Ademais, enfatiza-se a relevância das políticas públicas para o sucesso das cooperativas, em especial no início do processo, atribuindo os efeitos a longo prazo na produção de mel a esses investimentos

públicos. Há ainda destaque para as ações realizadas exclusivamente pela central a partir do produto enviado pelas singulares, como o controle e a certificação da qualidade do mel.

Observando os segmentos de texto típicos da classe, essa percepção é corroborada em fragmentos como: *“E, com isso, nesse último exemplo, dessas **atividades** que nós já estamos completando 40 anos de **apicultura** nacional, de destaque, em larga escala e tecemos **juntos** com o **Brasil** e o **Nordeste** como um todo, porque começou aqui no Piauí”* ( $M\chi^2 = 22,20$ ) e *“(…) nas lojas do Carrefour, mas que já fez o primeiro pedido logo, um pedido animador. O superintendente do CD do **Nordeste**, ele **disse** pra mim, ele **disse** por telefone: – ‘Você vai se surpreender com o nosso primeiro pedido’”* ( $M\chi^2 = 21,51$ ). E, no segmento *“A **política pública** ela tem que vir é de todos os sentidos, é de fortalecer a **atividade** desse cidadão que tem hoje esse **empreendimento**, que o nosso **empreendimento** sirva de espelho para que outras **CASA APIS** cresçam dentro do nosso estado, dentro da nossa **região**”* ( $M\chi^2 = 17,18$ ) temos a confirmação da importância e da necessidade de políticas públicas para a região estudada.

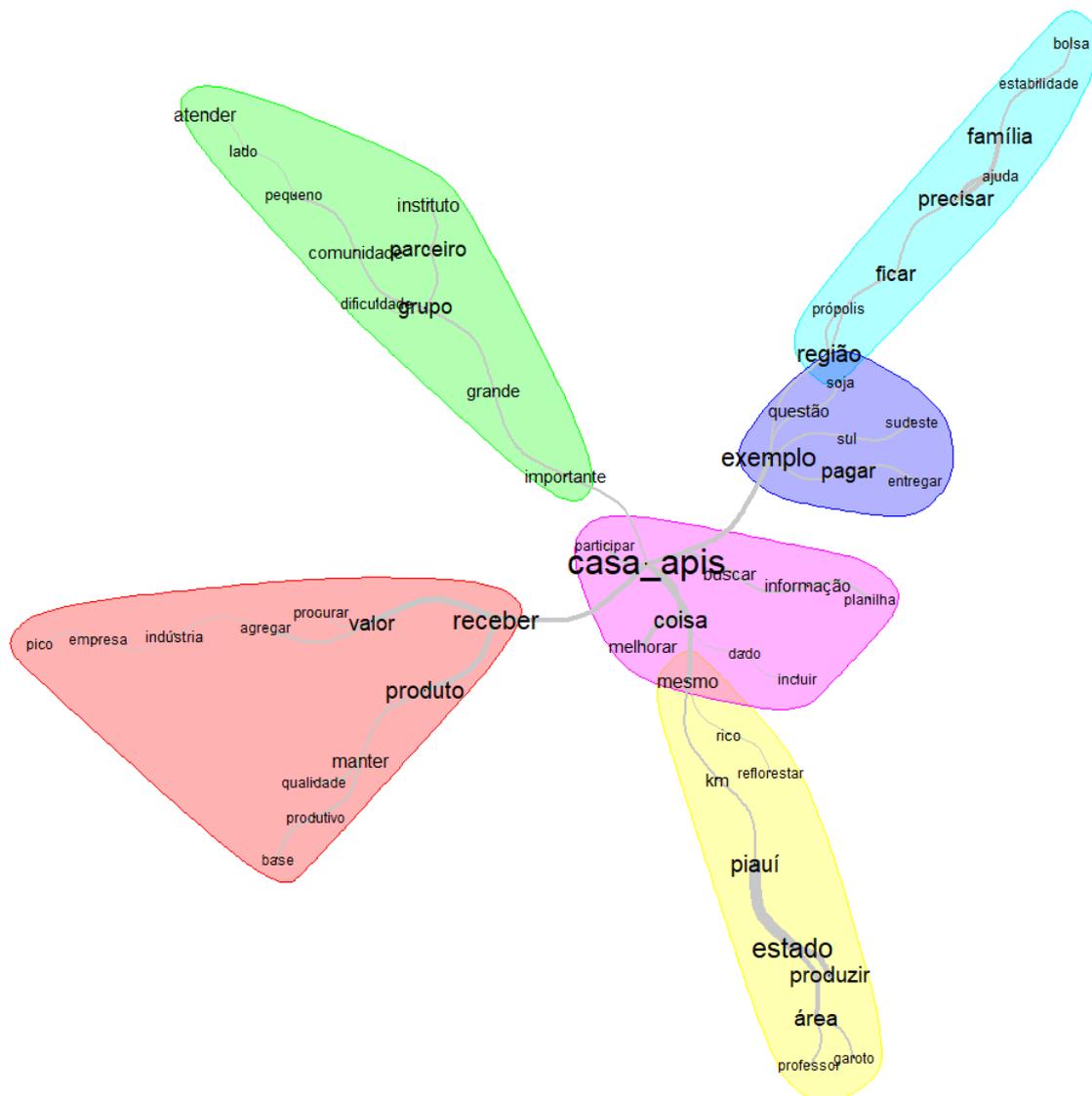
Considerando o diário de campo e a observação sistemática, podemos destacar que essas políticas públicas estão relacionadas tanto ao incentivo e ao fomento da economia solidária, como ao acesso à educação pública e de qualidade para crianças, jovens e adultos; acesso à saúde; ao saneamento básico; à água potável e encanada e à coleta de lixo nas comunidades que abrigam as cooperativas singulares estudadas.

Nesse contexto, Leite e Saborin (2021-22) destacam que as políticas públicas para o meio rural brasileiro vêm sofrendo um desmonte, sobretudo aquelas de abrangência nacional, experimentado nas três últimas décadas (1990-2020). Contudo, em entrevista, o Prof. José Eli da Veiga já expressava que “as vantagens de uma estratégia centrada na agricultura familiar ainda não foram bem percebidas pela sociedade brasileira” (OLADE e PORTUGAL, 2004, p.2)

Em relação à Classe 2, são agrupados 18,4% dos segmentos de texto retidos pela CHD, e as palavras associadas a essa classe se relacionam ao papel desempenhado pela CASA APIS, bem como a sua importância para o Estado piauiense, além de apontarem a percepção do gestor quanto a importância das parcerias. Na Figura 51, é possível observar o resultado da análise de similitude para

essa classe, na qual se verifica uma comunidade central organizada ao entorno de “CASA APIS”, à qual estão ligadas as comunidades “receber”, “importante”, “mesmo” e “exemplo”, ao passo que à essa última está ligada a comunidade “região”. Tal resultado permite inferir que a CASA APIS desempenha um papel de extrema importância junto às comunidades rurais e aos agricultores familiares do Estado do Piauí, tendo em vista que a central de cooperativas, por meio do beneficiamento e comercialização do mel, contribuiu com o aumento da renda dos agricultores associados.

Figura 51 – Análise de similitude, Classe 2, entrevista, CASA APIS.

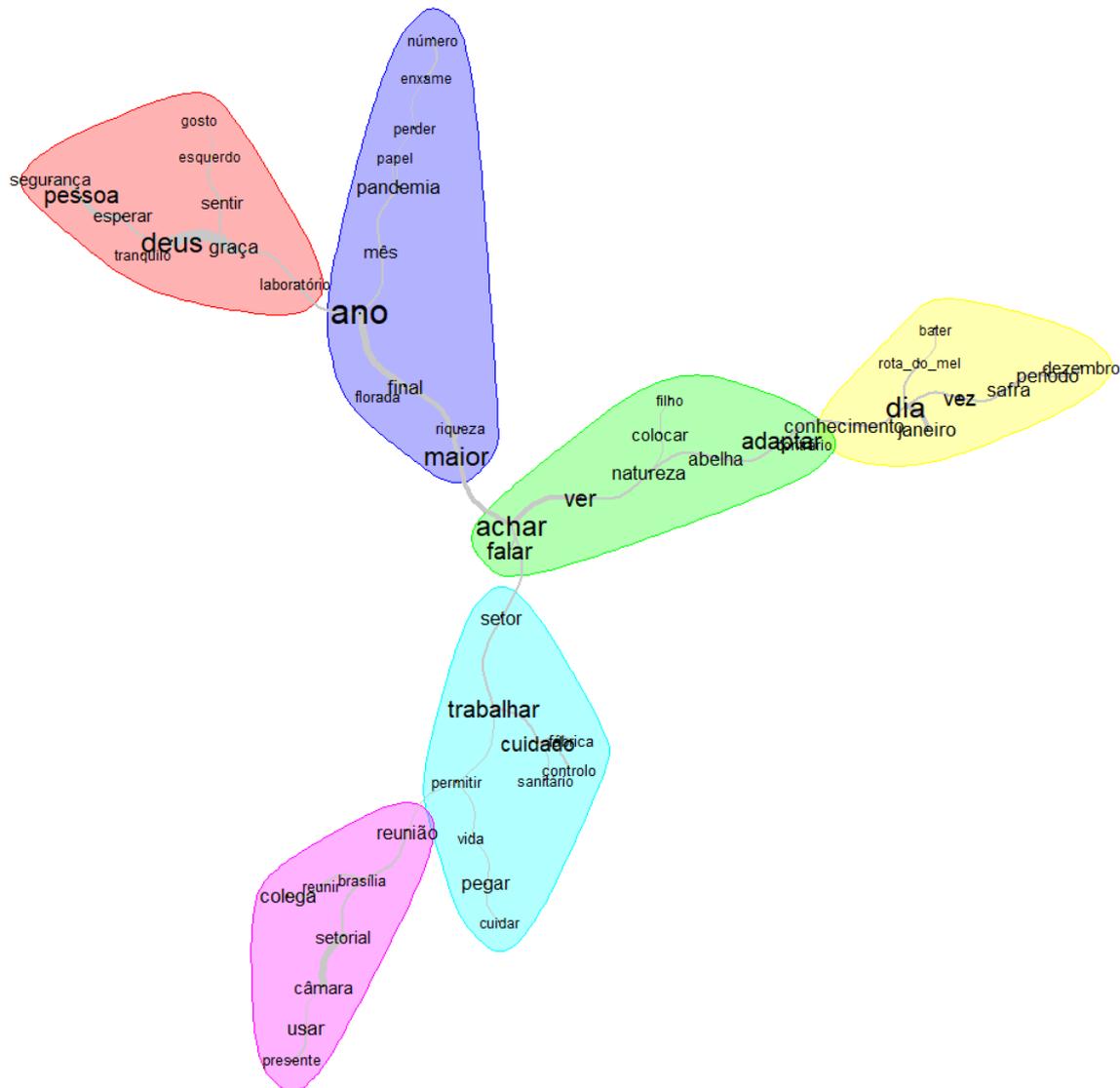


Os segmentos de texto típicos dessa classe reforçam tal percepção em segmentos como “(...) *que se sensibilizou com o trabalho que a gente vem realizando aqui, com que o **Estado** hoje vem **produzindo**, com a importância dessa atividade para os piauienses, para as **famílias** carentes, o que ela está gerando de oportunidades, **famílias** que estão tendo melhor oportunidade*” ( $M\chi^2 = 14,33$ ) e “*só o **Grupo CASA APIS**, porque o **estado** do **Piauí** tem vários outros apicultores independentes, outras cooperativas, como é o caso de Simplicio Mendes, e outras. Só em 2018, nós **produzimos** e comercializamos algo em torno de 1.000t. Nós faturamos 1.015t de mel*” ( $M\chi^2 = 13,93$ ).

A partir dos segmentos de texto acima e dos registros em diário de campo da pesquisadora, destacamos que nas comunidades de agricultores familiares estudadas já há filhos de apicultores sócios das cooperativas morando em outras cidades para fazer cursos de nível superior. “*Nós temos colegas que já estão começando a surgir os primeiros filhos médicos. Então, não é que um médico é mais, mas a gente sabe da concorrência acirrada. Não é uma comunidade pobre que consegue colocar um filho seu numa faculdade de Medicina*” (Fala de Gestor entrevistado). Além do curso de medicina, há filhos de apicultores também nos cursos de Agronomia, História, Administração, Letras, dentre outros. Destacamos ainda que as instituições que mais recebem esses alunos são a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Estadual do Piauí e o Instituto Federal do Piauí, na cidade de Picos. Assim, podemos apontar que tais resultados são provenientes de políticas públicas destinadas ao meio rural durante as décadas (1990-2020), conforme aponta Leite e Saborin (2021-22).

Em relação à Classe 5, temos 25,3% dos segmentos de texto que formam esta classe, sendo que as palavras associadas estão relacionadas à produção do mel no campo, em especial ao período de safra. A análise de similitude dessa classe vai ao encontro dessa percepção, destacando-se ainda o período da florada e da pandemia, enfatizando o volume de mel produzido. Há ainda ênfase no conhecimento aplicado na produção do mel, visando aumentar a produção, além de viabilizá-la em outras épocas do ano. O resultado da análise de similitude pode ser visto na Figura 52.

Figura 52 – Análise de similitude, Classe 5, entrevista, CASA APIS.



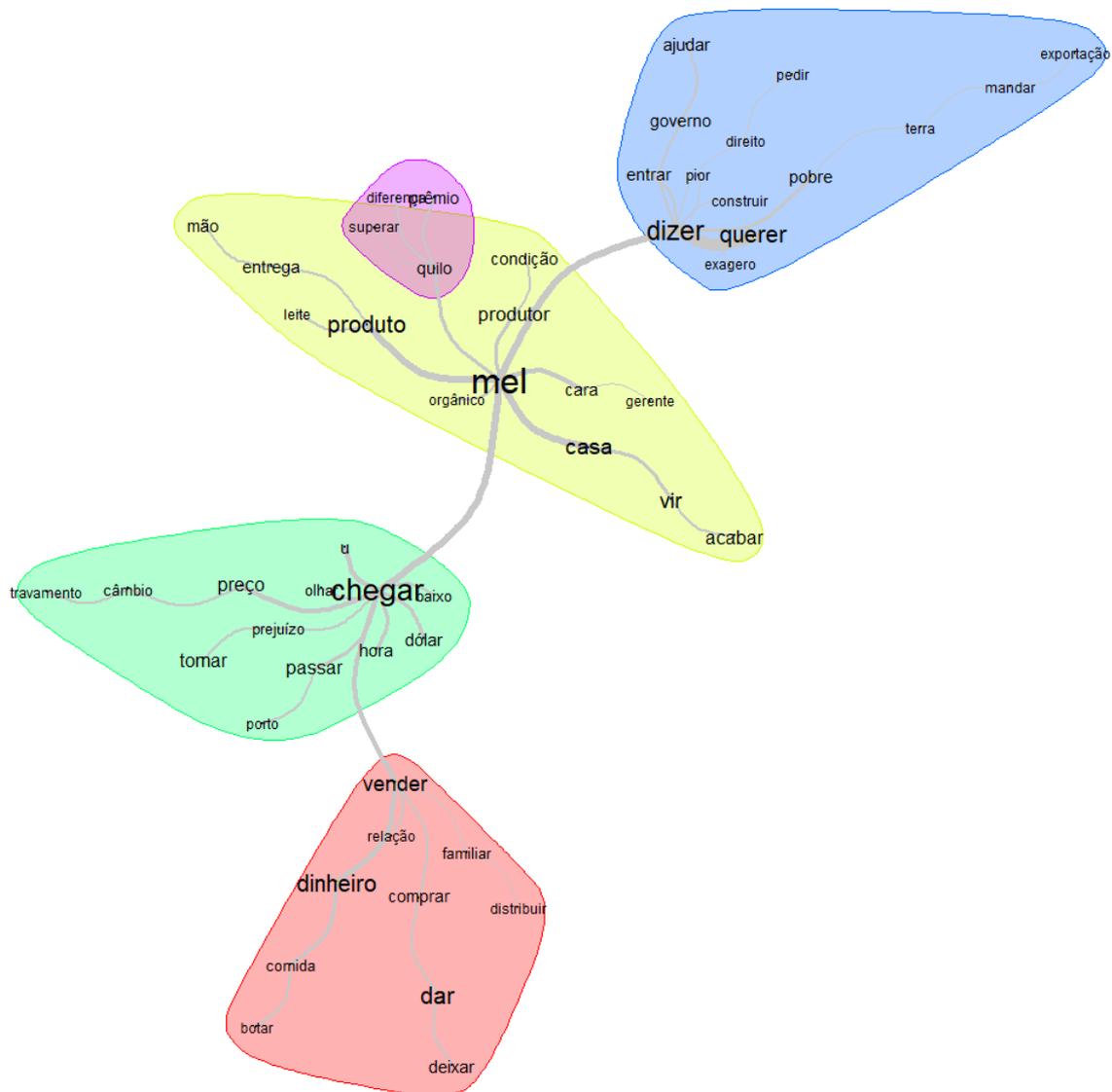
Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Quando os segmentos de texto dessa classe são observados, identificam-se elementos que corroboram as percepções decorrentes da análise de similitude, como os procedimentos necessários diante da pandemia por COVID-19, visto em “E aí, depois, a **gente** foi se **adaptando**. A **gente** foi percebendo que era possível, até pelo domínio das técnicas que a **gente** já tinha dentro da casa, que nos **permitia** com pouco mais de **cuidado** se **adaptar**” ( $M\chi^2 = 16,62$ ) e “no exercício de 2020, ele foi positivo, porque tivemos uma boa **safra** e, na nossa agroindústria, a **gente** continuou **trabalhando** normalmente com todos os **cuidados** que foram tomados, tivemos todo um planejamento, principalmente, por nós sermos do **setor** alimentício” ( $M\chi^2 = 15,47$ ).

No ano de 2020, a CASA APIS teve uma produção superior àquela do ano anterior. Em 2020, a central produziu um total de 1.258 toneladas de mel, arrecadando o valor de R\$ 11,1 milhões; enquanto em 2019, produziu 1.109 toneladas de mel e arrecadou R\$ 16.741.761,66, registrando um aumento de cerca de 40%, em relação ao ano anterior. Diante do contexto pandêmico e considerando o isolamento social, em certa medida, podemos considerar que esse crescimento pode estar relacionado ao isolamento social do atravessador. Pondera-se também que o isolamento social pode ter causado algum tipo de interferência nas relações de reciprocidade entre os agricultores familiares estudados.

Por fim, a Classe 1 agrega 26,3% dos segmentos de texto da CHD e as palavras associadas estão relacionadas à venda do mel. Na Figura 53, é possível observar o resultado da análise de similitude dessa classe, na qual um conjunto linear de comunidades pode ser visto. A partir das palavras que formam as comunidades, bem como nas ligações entre elas, pode-se inferir que a Classe 1 destaca o processo de venda do mel, indicando que esse é o sustento de diversas famílias que fazem parte da cooperativa. Há ainda destaque para elementos internacionais que influenciam nos lucros da cooperativa, como o valor do dólar, e a posição que o mel orgânico ocupa no mercado. Por fim, a classe aborda aspectos relacionados à presença/ausência de suporte do governo, em suas múltiplas esferas.

Figura 53 – Análise de similitude, Classe 1, entrevista, CASA APIS.



Fonte: Autora da pesquisa, 2022.

Por sua vez, os segmentos de texto típicos dessa classe vão ao encontro desses elementos, como em “*porque aí eles vão ter **dinheiro** pra **botar comida** dentro de **casa**, para pagar a farmácia, para melhorar as **condições** de vida da família deles*” ( $M\chi^2 = 12,57$ ) e “*O Brasil, hoje, é o décimo primeiro **produtor** de **mel** do mundo, o quarto maior exportador, mas nós somos o primeiro **produtor** e primeiro exportador de **mel orgânico** do planeta, segundo lugar é o Canadá*” ( $M\chi^2 = 10,87$ ). Ainda nos segmentos de texto dessa classe, é pertinente destacar “*O que nós estamos **pedindo** é política públicas sérias, que não é **chegar** e **dar dinheiro** não, não adianta **dar***”

***dinheiro para o cara chegar e comprar um prato de comida e, amanhã, ele está com fome de novo***” ( $M\chi^2 = 13,03$ ).

Considerando os segmentos de texto acima, Sabourin (2011) aponta que uma das dificuldades das políticas de economia solidária está ligada principalmente às suas bases teóricas: “a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade, e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca” (SABOURIN, 2011, p. 43). O autor destaca ainda que essas novas relações, incluindo a concorrência para acumulação de capital, proporcionam a construção social de novos padrões de relações de reciprocidade, tornando apropriada a sua investigação em comunidades rurais contemporâneas.

Dessa forma, torna-se pertinente que o Estado se aproxime e ouça as populações rurais e, a partir disso, possa criar, fortalecer e implementar políticas públicas para o meio rural brasileiro capazes de incorporar a perspectiva territorial e incentivar a participação e a organização coletiva dos beneficiários.

Em suma, o processo de divisão do corpus destaca o modelo de cooperativas como sendo algo visto em diversos países (Classe 4), além de destacar os efeitos das cooperativas na produção de mel no Piauí (Classe 2) e no Nordeste (Classe 3), com ênfase nos efeitos de políticas públicas. Além disso, o corpus apresenta a relevância das cooperativas na garantia da qualidade da produção tanto por conhecimento técnico, quanto por equipamentos (Classe 5), tendo como efeito disso o aumento da renda dos agricultores familiares (Classe1).

## 5 CONCLUSÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo nos propomos a apresentar uma síntese desta tese, desde a sua concepção, dos caminhos percorridos até os principais resultados alcançados, incluindo as suas limitações, recomendações e sugestões de pesquisas futuras. Por fim, apresentamos as referências utilizadas na construção do trabalho, apêndices e anexos. Deste modo, começamos este capítulo apontando as principais limitações com as quais nos deparamos no decorrer desta tese.

No Brasil, a pandemia por COVID-19 teve início em fevereiro de 2020. Diante da confirmação da transmissão comunitária e do crescente número de mortes no país, ela se tornou a principal limitação deste estudo. Diante disso, surgiu a necessidade de repensarmos as estratégias de coleta de dados, já que no planejamento inicial era prevista a produção de um vídeo documentário como produto oriundo desta tese.

Na tentativa de responder à problemática e atender aos objetivos deste estudo, considerando ainda o contexto pandêmico, foi traçado um novo planejamento, dando-se início à coleta de dados. Assim, foram organizadas e realizadas as entrevistas com os gestores das cooperativas Central e Singulares, por meio do aplicativo *Zoom*<sup>®</sup>, considerando um roteiro semiestruturado e respeitando a necessidade do isolamento e do distanciamento social.

Contudo, apontamos que, de certa forma, tal procedimento limitou o processo de observação sistemática da pesquisadora. Destaca-se ainda, que devido às dificuldades com a internet e com o uso do aplicativo por parte de um dos gestores, houve a necessidade de traçar um novo planejamento para que esse componente fosse entrevistado, o feito de forma presencial no mesmo dia que o grupo focal, porém em horário diferente.

Já os grupos focais, realizados com os agricultores familiares sócios das cooperativas pesquisadas, aconteceram na própria comunidade, respeitando-se as medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Porém, só foi possível acontecer um encontro com os agricultores familiares de cada comunidade visitada, limitando-se o processo de observação sistemática. Destaca-se que o receio de contrair ou transmitir o vírus da COVID-19 por parte da pesquisadora e do seu orientador foram constantes, porém foram cumpridos todos os critérios de segurança. Ressalta-se que, durante essa etapa da pesquisa, nenhum dos participantes nem a pesquisadora infectaram-se com o vírus.

No que diz respeito ao objeto de estudo, destacamos que o empreendimento solidário CASA APIS soma um total de 805 agricultores familiares cooperados trabalhando na cadeia produtiva do mel, sendo que é no Território Vale dos Guaribas, na cidade de Picos, onde está localizada a central de processamento. Já suas cooperativas singulares estão distribuídas pelos Territórios Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Serra da Capivara, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira e Vale do rio Guaribas.

Dessa forma, a tese aqui defendida diz respeito à possibilidade da gestão solidária nesses empreendimentos de agricultura familiar ser uma alternativa efetiva, buscando-se analisar como tal vertente vem sendo construída, a partir da teoria da reciprocidade e como vem sendo apropriada pela Administração. Tem-se por objetivo, à luz dessas construções, investigar como a gestão solidária e as relações de reciprocidade vêm sendo postas em prática em comunidades rurais e empreendimentos solidários do sertão piauiense.

Tendo a evidente atuação deste empreendimento no cotidiano dos agricultores familiares sócios, a presente tese partiu da seguinte interrogação: como se caracterizam as relações entre a central de cooperativas e suas cooperativas singulares, tendo em vista os distintos espaços de atuação e gestão dos empreendimentos estudados e das unidades familiares que os integram?

Buscando responder tal questionamento e atender os objetivos pré-definidos no projeto, este estudo foi dividido em quatro etapas: Planejamento da pesquisa, Execução, Análise/Discussão e triangulação dos Resultados.

Em consonância com os pressupostos da pesquisa, foram definidos também os objetivos deste estudo, sendo o objetivo geral: caracterizar a relação existente entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades familiares que as integram, considerando os distintos espaços de atuação e gestão que se colocam para esse conjunto de EES.

A Revisão de Literatura contou com a seleção de obras pertinentes e que permitiram identificar os constructos que serviram de base para a elaboração dos instrumentos necessários à coleta de dados. Assim, foram estruturados os procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise dos dados. Nesta etapa optou-se pelo estudo de caso intrínseco, sendo elaboradas questões norteadoras para o roteiro de entrevistas semiestruturada, além de técnicas para análise e triangulação

de dados. Após coleta de dados em campo, partiu-se para a etapa de transcrição/codificação das entrevistas, a fim de se organizarem os dados para a Análise/Discussão de Resultados.

Considerando os principais resultados e discussões alcançados com esta tese, destacamos que a seca aparece como “*um grande vilão*”, demonstrando necessidade de estratégias de enfrentamento para evitar a perda de enxames. A partir das entrevistas, foi possível constatar que os gestores das cooperativas singulares têm a compreensão da possibilidade de convivência com o semiárido. Contudo, considerando o diário de campo, destacou-se a ocorrência de iniciativas individuais de alguns gestores frente às estratégias para evitar a perda de enxame durante o período de estiagem.

Essas iniciativas de convivência com o semiárido que envolvem a apicultura têm demandado elevado valor financeiro, o que o torna inacessível para a maioria dos agricultores familiares e para a cooperativa, os quais não têm autonomia para realização de projetos que envolvem elevados valores financeiros.

Contudo, a maioria dos agricultores pesquisados manifestaram interesse de viver e sustentar suas famílias exclusivamente através da apicultura. No entanto, tal atividade precisaria render trabalho o ano inteiro, porém os fatores climáticos característicos do semiárido interferem diretamente na produção de mel. Para isso, os gestores entrevistados destacam a importância e a necessidade da implementação de projetos que envolvam as técnicas de “Divisão e Multiplicação de enxames” além da “Fecundação da abelha rainha”. Nestes, os agricultores familiares seriam treinados e capacitados para realizar tais técnicas e, dessa forma, potencializar a melhoria da produtividade nos apiários no campo, aumentando assim as chances desses agricultores terem a apicultura como única fonte de renda.

Além disso, foi possível observar tanto nos grupos focais como nas entrevistas com os gestores das singulares e da central que, por meio da organização em cooperativa, o processo de produção de mel tem impactado diretamente na vida dos agricultores familiares estudados, tendo em vista que o mercado ao redor do mel permite uma maior circulação da renda na comunidade, além da possibilidade de aquisição de conhecimento adquirido pelos participantes a partir da experiência na cooperativa.

Quanto à gestão dos empreendimentos estudados, destaca-se que tanto a CASA APIS como cada uma das três cooperativas singulares estudadas possuem os

seus respectivos estatutos, que são documentos legais com objetivo de orientar a atuação, a organização, o funcionamento e a gestão da organização.

Por meio da leitura dos quatro estatutos, podemos destacar que eles possuem em comum e asseguram aos cooperados o direito de votar e ser votado, participar das Assembleias Gerais para debater e votar os assuntos nela tratados, exigir dos órgãos administrativos informações sobre os negócios da cooperativa, solicitar informações sobre os seus créditos e débitos, demitir-se da sociedade quando lhe convier, dentre outros direitos. Esses estatutos também apontam, de forma direta e/ou indireta, a autogestão como o modelo mais adequado para gerir os negócios dos sócios organizados nessas cooperativas.

Contudo, é pertinente destacar que grande parte dos agricultores familiares que estão na base do empreendimento não conseguem compreender e dialogar acerca das principais decisões tomadas durante tais reuniões. Tal fato, de certa forma, está associado à escolaridade dos cooperados, demandando maior atenção das cooperativas. Assim, faz-se necessária uma gestão que leve em conta as particularidades das organizações de economia solidária.

No que diz respeito à organização e à divisão do processo de trabalho entre os cooperados no campo, foi possível constatar a presença de relações de reciprocidade simétrica entre os agricultores familiares na cooperativa singular e no trabalho dentro dos apiários, já que eles se reúnem e, por meio de ajuda mútua, trabalham viabilizando a produção de mel, desde a instalação de melgueiras no campo até o processamento do produto e envio para a venda pela Central de Cooperativas. Desse modo, “a criação de valores humanos numa relação de reciprocidade simétrica em torno de uma produção material tem a ver também com a práxis, a partilha dos esforços entre pares” (SABOURIN, 2011, p. 117).

No que tange às relações que emergem no campo da agricultura familiar, podemos apontar que as relações de reciprocidade defendidas por Sabourin (2011) também se fazem presentes no cotidiano dos agricultores familiares e das cooperativas singulares, a partir da organização dos agricultores familiares em torno da produção e venda do mel. “No caso da ajuda mútua agrícola, essas formas de relações sendo recorrentes e universais, podemos falar de estruturas elementares de reciprocidade binária” (SABOURIN, 2011, p. 115).

Em referência às questões acerca do suporte de atores externos recebidos pelas cooperativas, foi possível constatar que os agricultores familiares estudados veem o governo como principal parceiro do empreendimento solidário CASA APIS. Diante disso, pode-se mensurar que o governo, em seus diferentes níveis, manifestou-se junto às cooperativas estudadas através de projetos realizados e que, de alguma forma, alcançaram os agricultores familiares.

A partir disso, foi possível observar que esses projetos tiveram como principal objetivo aumentar a produção de mel. Assim, atualmente, o estado do Piauí se posiciona como o terceiro maior produtor de mel do país, alcançando uma produção de mais 5,6 mil toneladas. Diante disso, evidencia-se que a implementação desses projetos tem gerado consequências junto aos agricultores familiares.

Considerando o diário de campo, faz-se necessária a discussão junto aos agricultores familiares pesquisados sobre a importância de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para as áreas rurais brasileira, possibilitando a convivência com o semiárido e o enfrentamento da pobreza e marginalização de homens e mulheres do campo de forma mais sustentável e consistente.

Considerando a importância de implementação de políticas públicas e dos atores de suporte externo na região estudada, recomendamos parceria com a Universidade Federal do Piauí, a fim de ofertar cursos que tratem da gestão de cooperativas destinados aos gestores e cooperados dos empreendimentos estudados, projetos de extensão que alcancem os agricultores familiares da região, elaboração de cartilhas e desenvolvimento de tecnologias sociais visando autonomia e convivência com semiárido. Diante de tais recomendações, a presente pesquisadora se compromete a dialogar com a UFPI e a CASA APIS tão logo retome suas atividades.

Recomenda-se ainda que os governos, nas esferas federal, estadual e municipal, mobilizem-se para criação de um Colégio Agrícola na cidade de Picos, com vistas a atender os filhos dos agricultores e demais interessados da macrorregião. Essa escola funcionaria no modelo de semi-internato, nos moldes do Colégio Agrícola da Universidade Federal do Piauí - Teresina, oportunizando aos alunos vivenciarem a teoria e a prática agrícola com foco para as características da agricultura praticada em regiões semiáridas.

E para estudos futuros sugerimos um estudo aprofundado e comparativo entre uma das cooperativas singulares pertencentes à CASA APIS (COMPAI, COOPASC e MELCOOP) e a Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes, a COMAPI, todas no Piauí. A COMAPI, com sede em Simplício Mendes, atualmente, conta com uma estrutura apropriada para produção, beneficiamento e exportação de mel. Os seus principais compradores externos são: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália, Inglaterra, dentre outros; encontrando-se também o produto nas prateleiras do mercado interno. A COMAPI juntamente com a CASA APIS são os maiores exportadores de mel do Piauí, organizados em cooperativas e que apresentam condições favoráveis e capazes de mudar a realidade socioeconômica de agricultores familiares que vivem no semiárido piauiense.

## REFERÊNCIAS

- AGRICULTORES familiares são essenciais para subsistência global, diz oficial da ONU. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, 29 mai. 2019. Notícias. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83273-agricultores-familiares-sao-essenciais-para-subsistencia-global-diz-oficial-da-onu>. Acesso em: 15 set. 2019.
- ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-25.
- ALVES, J. J. Geoeologia da caatinga no semi-árido do nordeste brasileiro. **CLIMEP** - climatologia e estudos da paisagem. v. 2 n. 1, p. 58-71, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/266667>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 31-54, ago. 2020. Suplemento especial.
- ARAÚJO, S. M. S. de. A Região semiárida do nordeste do Brasil: Questões Ambientais e Possibilidades de uso Sustentável dos Recursos. **Rios Eletrônicos** (FASETE), v. 5, p. 89-98, 2011.
- ARCANJO, M. A. S. de; OLIVEIRA, A. L. M. de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, ano 11, n. 13, 2017.
- ALMEIDA, E.; VILLAR, M. E. V.; NAKANO, M. A participação efetiva e a conquista da autonomia. *In*: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 1, p.70-84, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7680/6246>. Acesso em: 05 out. 2020.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BAIARDI, A. **Participação da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável**. Salvador: UFBA, 1998.
- BECKER, H. **Man in Reciprocity, introductory lectures on culture, society and personality**. New York: Prager, 1956.
- BECKER, L. C. **Reciprocity**. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. 1971. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm). Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, Planap**: Síntese Executiva: Território Vale do Rio Guaribas. Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2006b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caatinga**. Brasília, DF, MMA, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Perfil Territorial. **Vale Do Guaribas – PI**. Desenvolvimento Territorial. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2015. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_096\\_Vale%20do%20Guaribas%20-%20PI.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_096_Vale%20do%20Guaribas%20-%20PI.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

BEZERRA, J. R. de A. Comunicação Organizacional em Empreendimentos Solidários: perspectiva de transformação social e cidadã de agricultores familiares do Território Vale do Guaribas, no Piauí. 2015. 100 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2017, v. 18, n. 1, p. 3-15.

CALDAS, E. L. Pólo de Apicultores no Sertão do Piauí. In: I Seminário Internacional - Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas, 2004, Rio Claro - SP. **Anais**. Rio Claro – SP, 2004.

CAMARGO, R. C. R. *et al.* **Boas práticas na colheita, extração e beneficiamento do mel**. Teresina: Embrapa Meio Norte, 2003. 28 p.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição- LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2021. Disponível em: [http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues\\_22.11.2021.pdf](http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

CASTEL, O. **La réciprocité**: principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution. In: 5ème Conférence Internationale PEKEA. Dakar, Sénégal, dez. 2006. Disponível em: <http://www.pekea-fr.org/doc/dakar2006/casteldakadece06.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto alegre: Veraz, 2003. 306 p.

COSTA, P. A. O ensino de administração para empreendimentos populares: os cuidados metodológicos em busca de uma pedagogia emancipadora. In: EnEO, 3., 2004, Atibaia. **Anais**, Atibaia, 2004.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Escolhendo entre cinco abordagens. São Paulo: Penso Editora LTDA, 2014.

CUNHA, J. L. L. *et al.* **A participação da mulher na política no Piauí**: uma análise dos territórios de desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 2018.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Data - Production**. Disponível em: [faostat.fao.org](http://faostat.fao.org). Acesso em: 20 out. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004.

GAIGER, L. I. Empreendimentos solidários: uma alternativa para economia popular. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 101-126.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-142.

GAIGER, L. I. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GARDIN, L. **Les initiatives solidaires**. La réciprocité face au marché et à l'Etat. Paris: Eres, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. 8. Reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C.; LICHT, R. H. G.; OLIVA, E. de C. A utilização de estudos de caso na pesquisa em administração. **Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Unissinos, v. 2, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2005.

GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity. **American Sociological Review**, n. 25-2, p. 161-178, 1960.

PEDROSA, R. Produção agrícola do Piauí tem o segundo maior crescimento do país em 2021, segundo IBGE. **Governo do Estado do Piauí**, Teresina, 8 fev. 2021. Notícias. Disponível em: [https://www.pi.gov.br/noticias/producao-agricola-do-piaui-tem-o-segundo-maior-crescimento-do-pais-em-2021-segundo-ibge/#:~:text=A%20soja%2C%20que%20responde%20por,Nacional%20de%20Abastecimento%20\(Conab\)](https://www.pi.gov.br/noticias/producao-agricola-do-piaui-tem-o-segundo-maior-crescimento-do-pais-em-2021-segundo-ibge/#:~:text=A%20soja%2C%20que%20responde%20por,Nacional%20de%20Abastecimento%20(Conab).). Acesso em: 02 jan. 2022.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev./2000. 76 p.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUIMARAES, N. P. **Apicultura, a ciência da longa vida**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

HAIR JÚNIOR, J.F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 14 out. 2018

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 20 set. 2019.

IBGE. **Estimativas da População 2019**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 fev. 2020.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2020**. Rio de Janeiro, v. 48, p.1-12, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2020\\_v48\\_br\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2020_v48_br_informativo.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

LEITE, S. P.; SABOURIN, E. Introdução à seção temática: Entre continuidades e descontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 509-516, 2021-2022. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3\\_01\\_intro-st/esa29-3\\_01\\_pdf](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_01_intro-st/esa29-3_01_pdf). Acesso em: 04 jan. 2022

LIMA, J. P. R. Estudo de Caso. Em: NOVA, S. P. de C. C. *et al.* (Org.). **TCC Trabalho De Conclusão De Curso**. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. 111 p.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília/DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan./jun. 2018.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, [1924, 1950] 2003. p. 185-314.

MENEGON, V. M.; SPINK, P. Micro-lugares como produto e autor de sentidos. In: XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Belo Horizonte, MG. **Anais**. Belo Horizonte, MG, 2005.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Allyn and Bacon, 1998.

MINAYO, M. C. S. de. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, R. P. de; PASSOS, R. P. dos. Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade das Cidades. In: Colóquio Internacional sobre poder local: gestão XXI, gestão social e gestão do desenvolvimento, 9, 2003. Salvador, Bahia, **Cadernos de Resumo [SI]**: 2003. CD-ROM

MOREIRA, D. **Autogestão: desenvolvendo talentos para gerir escolas, empresas e instituições**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. **Anais**. Cuiabá, 2004.

PAPILLOU, C. **La réciprocité: Diagnostic et destins d'un possible dans l'oeuvre de Georg Simmel**. Paris: L'Harmattan, 2003. (Logiques Sociale).

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 01, p. 139-156, jan./mar. 2014.

PIAUI. **Lei Ordinária nº 6.057**, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em:

[www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc). Acesso em: 15 mar. 2021.

POLANYI, K.; ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie**. Paris: Librairie Larousse, 1975.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009. 238p.

SABORRIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2010.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo - cooperativa. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz, 2003. p. 63-71.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo. v. 18, n. 51, p. 99-122. fev. 2003.

SERVET, J. M. Economie solidaire. **Dictionnaire des institutions économiques contemporaines**. 2003. Disponível em: <http://www.univ-tlse2.fr/cerises/download/redirec.php?id=115>. Acessado em: 27 out. 2020.

SERVET, J. M. Le principe de réciprocité chez Karl Polanyi. **Tiers Monde**, n. 190, p. 255-273, avril-juin, 2007.

SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul./set. 2007.

SILVA, S. P. Economia solidária e políticas públicas de desenvolvimento local: uma análise de dois programas de gestão pública no Brasil. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. v. 2, n. 3, p. 45-67, jan./jun. 2009.  
Disponível em: <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal8P20120619112231.pdf>. Acesso: 01 out. 2017.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, n. 18, p. 53-76, jan./jun. 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília: IPEA, n. 56, 2014. Disponível em:

[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercado-trabalho/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercado-trabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf). Acesso em: 02 fev. 2019.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, M. S. R. de. Imaginário social de Semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina: UFPI, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16 p. 20-45. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acessado em: 31 set. 2021.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade** n. 20, p. 70-77, 2008. Edição Especial.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

STAKE, R.E. Case studies. In: N.K. DENZIN e Y. LINCOLN (eds.), **Handbook of qualitative research**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 435-453.

STAKE, R. **A arte de investigação com estudos de caso**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

TAUILE, J. R. **Do Socialismo do Mercado à Economia Solidária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

TEMPLE, D. Les origines anthropologiques de la réciprocité. **Education Permanente**, Réciprocité et réseaux en formation, n. 144, 2000-3, 2000.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento rural: o que é rural? O que é urbano? **Rumos, Economia & Desenvolvimento para os novos tempos**, ano 28, n. 212, p. 4-8, nov./dez. 2003. Disponível em: [http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/ENTREVISTA\\_para\\_a\\_RUMOS-DESENVOLVIMENTO\\_RURAL.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/ENTREVISTA_para_a_RUMOS-DESENVOLVIMENTO_RURAL.pdf). Acesso em: 1 set. 2019

VEIT, M. R. **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras**. Belo Horizonte: Sebrae, 2003.

VIDAL, M. F. Mel natural: cenário mundial e situação da produção na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**, ano 6, n. 157, 2021. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/801/1/2021\\_CDS\\_157.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/801/1/2021_CDS_157.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

VILELA, S. L. O. A cadeia produtiva do mel no estado do Piauí. IN: OLIVEIRA, M. E. de. *et al.* II Congresso Nordestino de Produção Animal. **Anais**. Teresina: SNPA, 2000. 2v. p. 233-239.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro. v. 16, n. 2, p. 241-273, abr./mai./jun. 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183>. Acesso em 29 nov. 2019.

ZANGARO, L. C. M. Agricultura Familiar no Brasil: uma revisão Teórica. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 15-29, jul./dez.1998.

**Apêndice A** – Roteiro utilizado na realização do Grupo Focal com Agricultores Familiares

- 1) Os senhores podem me falar um pouco da experiência de vocês enquanto apicultor. Como que vocês começaram? Quanto tempo trabalham com essa atividade?
- 2) O que a apicultura mudou na vida de vocês?
- 3) Houve alguma melhoria depois que vocês se organizaram em uma cooperativa? Quais essas melhorias?
- 4) Hoje vocês conseguem viver só da apicultura? Ou há necessidade de alguma outra atividade para complementar a renda?
- 5) Na percepção de vocês, o que falta para que possam viver só do mel?
- 6) Como vocês trabalham no campo? Há divisão de atividades?
- 7) E dentro das singulares, há divisão das atividades? Como que vocês se organizam para trabalhar dentro das singulares?
- 8) Vocês costumam participar das reuniões das singulares? Como?
- 9) Vocês costumam falar nas reuniões?
- 10) O que vocês mais gostam de falar/discutir nessas reuniões?
- 11) São quantas reuniões no ano? De quantas vocês participam?
- 12) Na percepção de vocês, como a cooperativa singular se relaciona com a Central CASA APIS? Como vocês se comunicam?
- 13) A Singular participa da gestão da CASA APIS? Como acontece essa gestão?
- 14) Quais os tipos de suporte que a CASA APIS consegue oferecer para vocês?
- 15) E das reuniões da Central, vocês participam? Quais reuniões vocês costumam participar? E depois dessas reuniões, vocês falam sobre elas? Comentam entre vocês sobre as principais decisões?
- 16) Na sua opinião, como o governo federal, estadual e municipal poderiam estar contribuindo com a singular?
- 17) Para vocês, o que é economia solidária?
- 18) Vocês conhecem o estatuto da singular? Vocês chegaram a ler esse estatuto ou alguém já leu pra vocês?
- 19) Na opinião de vocês, o que significa a singular para região de Anísio de Abreu? E para vocês?
- 20) O que vocês acham que pode melhorar na singular?
- 21) E o que pode melhorar nas famílias sócias da singular?
- 22) Qual a importância da CASA APIS para a singular? E para vocês?
- 23) Na sua opinião, qual a importância da singular para o território, Estado e região aqui perto?

## **Apêndice B – Roteiro de entrevista realizada com gestores das cooperativas singulares**

- 1) O senhor pode me falar um pouco da sua experiência enquanto apicultor. Como que o senhor começou? Quanto tempo que trabalha com essa atividade?
- 2) A quanto tempo o senhor está na gestão da singular?
- 3) O senhor pode me falar da sua experiência enquanto gestor da Melcoop? Como que é feita a gestão de uma cooperativa singular?
- 4) Qual o seu maior desafio enquanto gestor de uma cooperativa? Você gosta desse trabalho?
- 5) Há uma divisão de trabalho na gestão da cooperativa singular? Como que vocês se dividem?
- 6) Há participação dos agricultores familiares nessa gestão? Como?
- 7) Como a singular se relaciona com a Central CASA APIS? Como vocês se comunicam?
- 8) Como a singular participa da gestão da CASA APIS?
- 9) Quais os tipos de suporte que a CASA APIS consegue oferecer à Melcoop?
- 10) Na singular, vocês costumam fazer reuniões? Com que frequência? Há um calendário?
- 11) E das reuniões da Central, vocês participam? Quais reuniões vocês costumam participar?
- 12) Quais as principais dificuldades que o senhor enquanto gestor de uma cooperativa singular enfrenta hoje?
- 13) Na sua opinião, como o governo federal, estadual e municipal poderiam estar contribuindo com a economia solidária? E com a cooperativa singular?
- 14) Na sua opinião, o que significa a cooperativa singular para os agricultores familiares? E para o senhor?
- 15) O que o senhor acha que pode melhorar na singular?
- 16) E o que pode melhorar nos agricultores familiares?
- 17) E o que pode melhorar na sua gestão?
- 18) Qual a importância da CASA APIS para a singular?
- 19) Na sua opinião, qual a importância da cooperativa singular para o território, Estado e municípios envolvidos?

**Apêndice C - Roteiro de entrevista realizada com o gestor da central de cooperativa**

- 1) O senhor pode me falar um pouco da sua experiência enquanto apicultor?
- 2) Como o senhor define a CASA APIS?
- 3) Qual a importância/contribuição desse empreendimento para o Brasil, Estado e municípios envolvidos?
- 4) O que é a gestão da CASA APIS? Como acontece essa gestão ao longo do ano?
- 5) Quais as principais competências e atribuições de cada nível de gestão da CASA APIS?
- 6) Qual a importância das cooperativas singulares para a central CASA APIS?
- 7) Como a CASA APIS se relaciona com as singulares? E com os agricultores familiares?
- 8) Qual foi o papel/importância do governo no início do projeto CASA APIS?
- 9) Houveram outras parcerias, além do governo? Quais?
- 10) E hoje, como o governo (federal, estadual e municipal) vem contribuindo com a CASA APIS?
- 11) Tratando de políticas públicas de economia solidária, como o senhor tem visto? A nível de Brasil? Estado? E Município?
- 12) Como essas políticas públicas poderiam contribuir com o desenvolvimento da região onde a central e as cooperativas singulares estão situadas?
- 13) E como poderiam alcançar os agricultores familiares e comunidades envolvidas?
- 14) Quais as principais dificuldades que a CASA APIS enfrenta hoje?
- 15) O que o senhor acha que pode melhorar nas singulares? E nas unidades familiares?
- 16) Como o senhor vê o papel social da CASA APIS para a macrorregião de Picos? Para os agricultores familiares?
- 17) Para finalizar, o senhor poderia me falar um pouco sobre a sua experiência enquanto gestor de uma cooperativa central?

**Apêndice D - Quadro da Relação das comunidades, municípios e cooperativas singulares constituintes da CASA APIS.**

<b>Nº</b>	<b>Comunidades</b>	<b>Município</b>	<b>Cooperativa</b>
1	Favas	Itainópolis	Compai
2	Barroso	Itainópolis	Compai
3	Cacimba	Anísio de Abreu	Coopasc
4	Lagoa dos Porcos	Anísio de Abreu	Coopasc
5	Baixão da Gameleira	Anísio de Abreu	Coopasc
6	Caboclo	Anísio de Abreu	Coopasc
7	Sede	Anísio de Abreu	Coopasc
8	Boa Esperança	Anísio de Abreu	Coopasc
9	Queimada de Baixo	Anísio de Abreu	Coopasc
10	Baixão de Pernadema	Anísio de Abreu	Coopasc
11	Boa Vista	Caracol	Coopasc
12	Ass. Saco	Caracol	Coopasc
13	Sede	Caracol	Coopasc
14	Boa Vista	São Braz do Piauí	Coopasc
15	Caldeirãozinho	São Braz do Piauí	Coopasc
16	Campo Formoso	São Braz do Piauí	Coopasc
17	Tanque Velho	São Braz do Piauí	Coopasc
18	Sobradinho	São Braz do Piauí	Coopasc
19	Lagoa de Cima	São Braz do Piauí	Coopasc
20	Sítio do Meio	São Braz do Piauí	Coopasc
21	Sede	São Braz do Piauí	Coopasc
22	Sede	Acauã	Melccop
23	Suspiro	Betânia	Melccop
24	Sede	Belém do Piauí	Melccop
25	Chapada do Encanto	Caridade	Melccop
26	Poço Verde	Francisco Macedo	Melccop
27	Assentamento União	Geminiano	Melccop
28	Angical dos Magos	Angical dos Magos	Melccop
29	Tanquinho	Jaicós	Melccop
30	Água Suja	Jacobina	Melccop
31	Morro de Dentro	Jacobina	Melccop
32	Tanque Novo	Jacobina	Melccop
33	Juazeiro do Secundo	Jacobina	Melccop
34	Assentamento Arizona	Lagoa do Sítio	Melccop
35	Sede	Marcolândia	Melccop

36	São Francisco	Massapê	Melccop
37	Riacho do Padre	Padre Marcos	Melccop
38	Lagoa das Pedras	Patos	Melccop
39	Morro da Onça	Patos	Melccop
40	Boqueirão	Patos	Melccop
41	Junco	Patos	Melccop
42	Barro Vermelho	Paulistana	Melccop
43	São Martins	Paulistana	Melccop
44	Abelha Branca	Paulistana	Melccop
45	Carapuço	Paulistana	Melccop
46	Sede	Picos	Melccop
47	Serra da Baraúna	Pio IX	Melccop
48	Vereda Grande	Queimada Nova	Melccop
50	Chapadinha da Lagoa	Santana do Piauí	Melccop
51	Sede	São José do Peixe	Melccop
52	Baixio	São José do Peixe	Melccop
53	Curtume	Simões	Melccop
54	Monte Santo	Simões	Melccop
55	Retiro de Baixo	Simões	Melccop
56	Serra do Jatobá	Simões	Melccop
57	Pé da Serra do Olho d'Água	Simões	Melccop
58	Aningas	Wall Ferraz	Melccop

Fonte: CASA APIS, 2021.



**Anexo – Carta de Anuência para Autorização da Pesquisa****CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra** para desenvolver o seu projeto de pesquisa “A gestão solidária na agricultura familiar: estudo de empreendimentos solidários no sertão piauiense”, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Luís Paulo Bresciani do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS/SP, cujo objetivo é caracterizar a relação existente entre a central de cooperativas, suas cooperativas singulares e as unidades familiares que as integram, considerando os distintos espaços de atuação e gestão que se colocam para esse conjunto de EES.

Esta autorização está condicionada ao compromisso ético, onde a pesquisadora compromete-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Picos, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Antônio Leopoldino Dantas Filho  
Presidente CASA APIS